

2014 RELATÓRIO E CONTAS

Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



NOTA INICIAL	4
INTRODUÇÃO	6
O Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	7
Missão, Valores e Visão	8
Órgãos do Departamento de Jogos e Modelo de Gestão	10
PARTE I	
Análise de Exploração	22
1. Os Jogos Santa Casa em Números	24
As Vendas dos Jogos Sociais do Estado	25
Os Valores Devolvidos à Sociedade	26
O Desempenho dos Jogos do Portefólio	32
2. As Partes Interessadas	36
Apostadores	37
Mediadores	40
Colaboradores	41
Beneficiários	44
Estado	46
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	46
Fornecedores	47
Entidades Reguladoras	47
Lotarias Congéneres	48
Associações de Lotarias	49
3. A Atividade de Gestão	50
Enquadramento Socioeconómico de 2014	51
Análise de Exploração	54
4. Estratégia e Operação	64
Canais de Venda	65
A Comunicação na Afirmação da Marca	77
5. Balanço de 2014 e Apostas para o Futuro	86
Marcos Corporativos Alcançados	87
Metas para 2015	95

PARTE II	
Demonstrações Financeiras	96
Balanço	98
Demonstração dos resultados por naturezas	99
Demonstração das alterações no capital próprio	100
Demonstração dos fluxos de caixa	101
Anexo	
1. Introdução	102
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	103
3. Principais políticas contabilísticas	104
4. Fluxos de caixa	114
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	115
6. Ativos fixos tangíveis	116
7. Ativos intangíveis	118
8. Participações financeiras - outros métodos	119
9. Mediadores	119
10. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros	121
11. Outros ativos financeiros	124
12. Inventários	128
13. Estado e outros entes públicos	129
14. Outras contas a receber	129
15. Diferimentos – gastos a reconhecer	131
16. Fundo social	131
17. Resultados	132
18. Outras variações no capital próprio	134
19. Provisões	136
20. Prémios a pagar	137
21. Fornecedores	138
22. Outras contas a pagar	140
23. Diferimentos – rendimentos a reconhecer	141
24. Rédito	142
25. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	143
26. Fornecimentos e serviços externos	144
27. Gastos com o pessoal	145
28. Juros e rendimentos similares obtidos	146
29. Outros rendimentos e ganhos	146
30. Outros gastos e perdas	147
31. Juros e gastos similares suportados	147
32. Compromissos	148
33. Matérias ambientais	148
34. Partes relacionadas	149

NOTA INICIAL

O exercício económico do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa referente a 2014 fica marcado pelo aprofundamento da estratégia de atualização da oferta legal dos jogos sociais, no quadro das orientações definidas pelo Estado, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias e a prevenção do jogo excessivo.

Na verdade, é Missão do Departamento de Jogos criar todas as condições necessárias para canalizar a procura de jogo a dinheiro para a oferta de jogos sociais do Estado.

Cumpre, pois, assinalar que em 2014 as vendas dos jogos sociais do Estado voltaram a crescer, para um novo máximo histórico de 1.880 milhões de euros. De acordo com as nossas estimativas, a quota de mercado dos jogos sociais do Estado situou-se em 66,3% do total no ano que ora terminou. Como se verá no relatório, a parcela da procura de jogo a dinheiro satisfeita pela nossa oferta cresceu quase 16 pontos percentuais desde 2010, ano em que se situou nos 50,5%.

Naturalmente e tendo presente que a maximização dos resultados a distribuir ao Estado não é um objetivo, em si mesmo, da política superiormente definida, estando antes subordinada à prossecução da proteção da ordem pública e de objetivos de imperioso interesse geral, deve salientar-se que os Resultados Líquidos de Exploração dos jogos sociais do Estado atingiram cerca de 538 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 0,6% relativamente a 2013. Esta ligeira redução dos resultados líquidos fica essencialmente a dever-se à diminuição dos rendimentos provenientes dos prémios caducados relativamente a 2013 (recorde-se que, nesse ano, caducou um grande prémio do Joker). Não obstante, sublinha-se o facto de

estes resultados terem ficado acima do orçamentado para 2014 (+2,7%) em resultado de maiores ganhos de eficiência, designadamente da racionalização dos custos de exploração.

Por outro lado, o valor gerado a favor do Estado pelo Imposto do Selo (sobre as apostas e sobre os prémios) atingiu 145 milhões de euros, traduzindo um crescimento superior a 15,5%.

Em síntese, o valor das receitas públicas decorrentes da exploração dos jogos sociais do Estado cresceu mais de 2,5% em 2014, atingindo os 683 milhões de euros.

Não é de mais sublinhar este facto já que, no modelo português, estes rendimentos constituem uma importante fonte de financiamento das políticas sociais do Estado, quer as que são prosseguidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da sua missão, quer as que são por este diretamente conduzidas nas áreas da Ação Social, Saúde, Educação, Desporto e Cultura (entre outras).

E foi justamente para sublinhar esta dimensão única que aprofundámos, em 2014, a nossa estratégia de comunicação

dos Jogos Santa Casa, posicionando-os nas “Boas Causas”, na contribuição que dão para apoiar o mérito e o esforço dos portugueses através dos patrocínios concedidos, mas acima de tudo, no direito a sonhar como parte essencial da dignidade da pessoa humana.

No relatório que ora se apresenta, procurou-se evidenciar as principais atividades desenvolvidas e os projetos concretizados, ou em curso, de um modo mais objetivo, ouvindo as partes interessadas e procurando acolher as sugestões que, a este propósito, foram sendo feitas pelo Conselho de Jogos, pelo Conselho de Auditoria e as orientações da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

É certo que uma parte muito significativa do trabalho desenvolvido só será visível

a partir de 2015, quando for possível continuar o alargamento do portefólio dos Jogos Santa Casa, designadamente na área das apostas desportivas, na senda do que tem sido feito nas lotarias instantâneas. Este é o caminho que garante o cumprimento da Missão que nos está atribuída.

A terminar, e porque os últimos são os primeiros, não posso deixar de sublinhar e agradecer o esforço e empenho dos funcionários do Departamento de Jogos na resolução dos problemas que enfrentámos e na proposta de percursos e de soluções que garantam a sustentabilidade do caminho percorrido, abrangendo neste reconhecimento os trabalhadores dos serviços instrumentais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Lisboa, 12 de março de 2015

O Administrador Executivo,



(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)



INTRODUÇÃO



O DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

O Departamento de Jogos é um departamento estatutário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que tem por objetivo administrar e gerir a exploração dos jogos sociais do Estado – os Jogos Santa Casa – em nome e por conta do Estado, em regime de exclusividade para todo

o território nacional, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados líquidos aos beneficiários, nos termos da legislação aplicável. O Departamento de Jogos dispõe de orçamento e contas próprios, anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



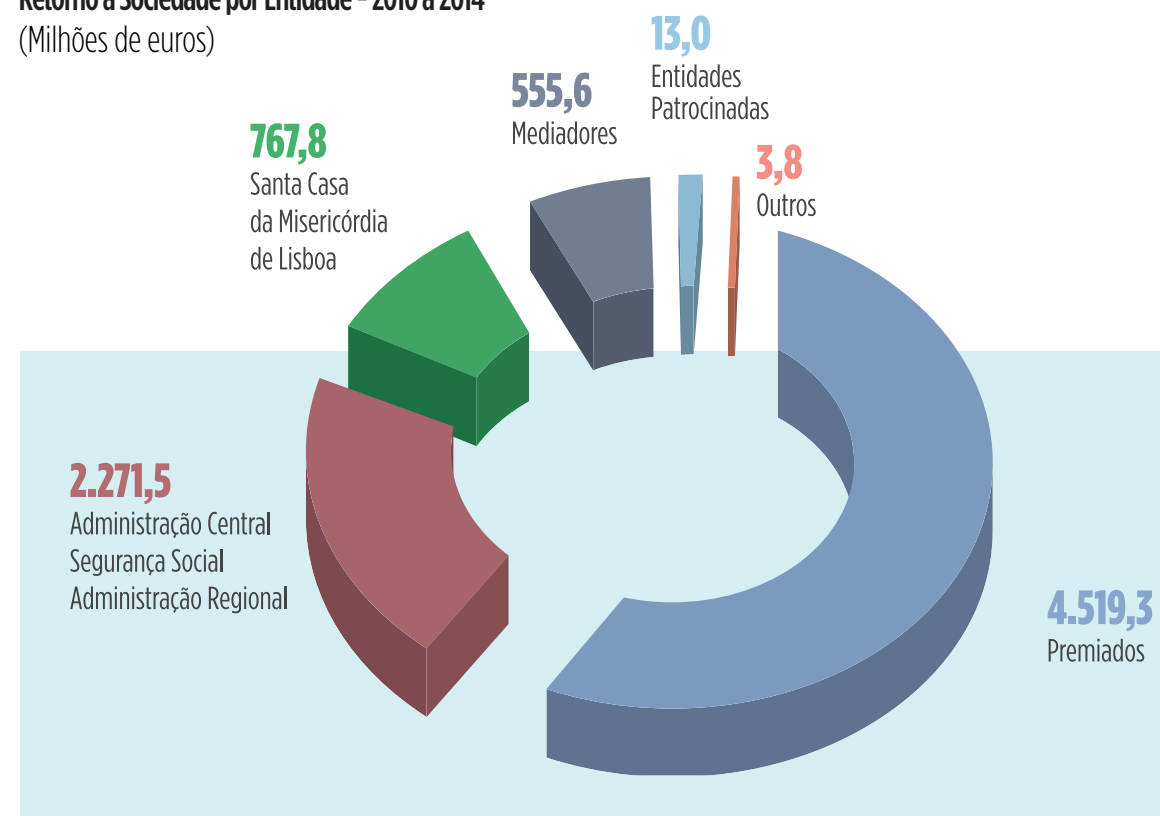
MISSÃO, VALORES E VISÃO

A NOSSA MISSÃO

A Missão do Departamento de Jogos é canalizar para a oferta legal do Estado a procura de jogo a dinheiro, incluindo a ilegal, por forma a garantir práticas de jogo responsável, que protejam o património das famílias, e devolver à sociedade o que esta

gasta em jogo, quer através dos prémios ganhos, quer através da distribuição dos resultados obtidos a um vasto conjunto de beneficiários que atuam nas áreas da ação social, saúde, desporto e cultura.

Retorno à Sociedade por Entidade - 2010 a 2014
(Milhões de euros)



OS NOSSOS VALORES

SOMOS MULTIPLICADORES DE SONHOS sempre que, através de uma pequena quantia, oferecemos aos nossos apostadores a oportunidade de transformarem as suas vidas.

SOMOS A ESPERANÇA de muitos portugueses quando devolvemos à sociedade as verbas gastas em jogo social, que permitem ao Estado financiar projetos nas áreas da ação social, da saúde, do desporto ou da cultura.

SOMOS O GARANTE DA SEGURANÇA de tantos – cada vez mais – portugueses que apostam nos Jogos Santa Casa, reconhecendo a nossa competência, idoneidade e rigor na exploração desta atividade económica tão especial.

TEMOS O PRIVILÉGIO DE SER SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA e, com o nosso trabalho, reforçar os meios financeiros necessários para desenvolver as mais nobres atividades: desde a proteção e guarda de jovens e idosos até ao apoio aos que nada têm.

A NOSSA VISÃO

É com os olhos postos no futuro – mas alicerçado no conhecimento e na experiência adquiridos ao longo da nossa História – que assenta o *saber fazer* dos Jogos Santa Casa. Para alcançarmos as nossas metas desafiamos-nos a cada momento, investimos na nossa capacidade de inovar, estudamos e antecipamos desafios com a atitude de quem quer fazer mais e melhor. O sucesso dos Jogos Santa Casa assenta, hoje mais do que nunca, no empenho e no compromisso que todos assumimos.

Centrados no apoio aos mais desprotegidos, com orgulho e paixão pelo trabalho que fazemos a cada dia, envolvemos e mobilizamos todos aqueles que connosco se cruzam – apostadores, beneficiários, fornecedores, mediadores e patrocinados – para o sucesso da nossa atividade. Dela dependem as Boas Causas.

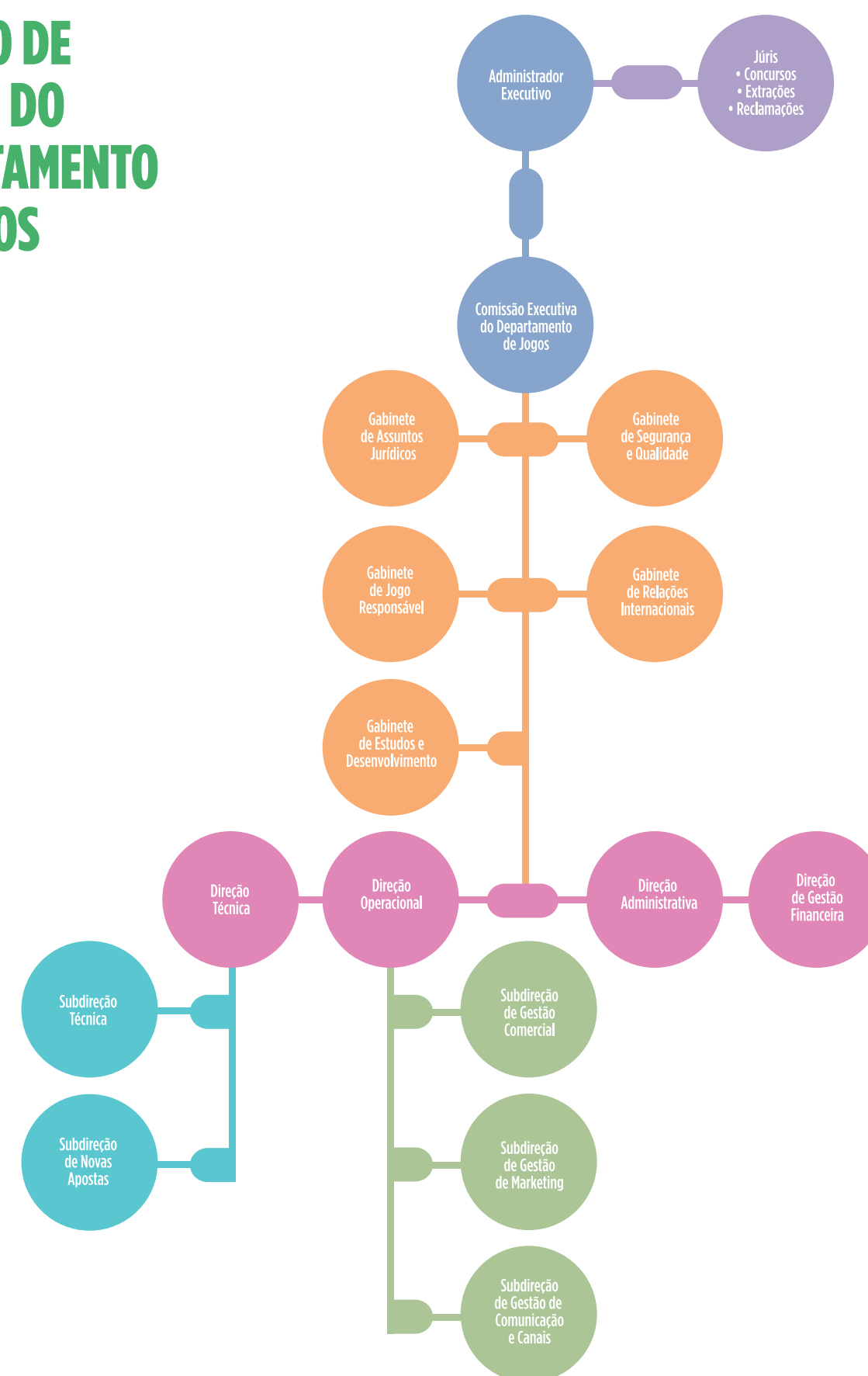
ESTA É A NOSSA APOSTA!

ÓRGÃOS DO DEPARTAMENTO DE JOGOS E MODELO DE GESTÃO

ÓRGÃOS DO DEPARTAMENTO DE JOGOS

São órgãos do Departamento de Jogos o Administrador Executivo, o Júri dos Concursos, o Júri das Extrações e o Júri das Reclamações.

MODELO DE GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE JOGOS





Da esquerda para a direita:

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Ricardo Gonçalves

DIREÇÃO OPERACIONAL
Anabela Sancho

ADMINISTRADOR EXECUTIVO
Fernando Paes Afonso

DIREÇÃO TÉCNICA
Magda Lapa

DIREÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA
Manuel Carlos Pereira



Da esquerda para a direita:

SUBDIREÇÃO DE GESTÃO
COMERCIAL

António Ricardo

SUBDIREÇÃO DE
GESTÃO DE MARKETING

Cristina Mendonça

SUBDIREÇÃO DE GESTÃO
DA COMUNICAÇÃO E CANAIS

Maria João Matos

SUBDIREÇÃO TÉCNICA

Carla Berlim

SUBDIREÇÃO DE
NOVAS APOSTAS

João Gonçalves

GABINETE DE
ASSUNTOS JURÍDICOS

Patrícia Inês

GABINETE DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Margarida Palma

GABINETE DE SEGURANÇA
E QUALIDADE

Magna Monte

OS JOGOS SANTA CASA

A **LOTARIA NACIONAL** foi criada pela Carta Régia de 18 de novembro de 1783, outorgada pela Rainha D. Maria I, e os seus resultados líquidos destinavam-se ao auxílio e proteção do crescente número de crianças abandonadas, que ficavam a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, assim como aos cuidados a prestar à população carenciada de Lisboa. A sua exploração passou por várias vicissitudes até meados do século XX, estabilizando nos moldes atuais a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 40 397, de 24 de novembro de 1955, que determinou, no seu artigo 11.º, que “a exploração da Lotaria Nacional compete à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em comparticipação com o Estado, em regime de monopólio”. Este diploma foi sucessivamente alterado quanto à forma de repartição dos resultados líquidos entre o Estado e a Misericórdia de Lisboa.



A **LOTARIA CLÁSSICA** é uma das modalidades do jogo Lotaria Nacional. A primeira extração da Lotaria Clássica realizou-se no dia 1 de setembro de 1784. É um jogo explorado sob a forma de emissões de bilhetes numerados, físicos e desmaterializados, para participação em sorteios de números, denominadas extrações. Obedece a um plano de prémios previamente definido que determina as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. As séries de bilhetes (compostos por 5 frações) e frações da Lotaria Clássica estão associadas a diferentes extrações relacionadas com épocas especiais, comemorações ou outros eventos festivos, dependendo o preço da fração do tipo de extração: Ordinárias: 5 euros; Especiais: 10 euros; Extraordinárias: 15 euros. O valor do prémio na fração corresponde a 1/5 do valor atribuído ao bilhete.



A **LOTARIA POPULAR** é uma das modalidades do jogo Lotaria Nacional. A 1.ª extração da Lotaria Popular aconteceu a 10 de março de 1987, na sequência da Deliberação de Mesa da Lotaria Nacional, com o objetivo de disponibilizar uma oferta de jogo mais acessível e assim combater a proliferação do jogo ilegal, onde se incluem as rifas. A Lotaria Popular insere-se na categoria das lotarias onde cada sorteio corresponde à emissão de bilhetes numerados, para participação em sorteios de números ou extrações. O plano de prémios é previamente definido, determinando as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. Os preços da fração da Lotaria Popular também variam consoante o tipo de extrações: Ordinárias: 2 euros; Especiais: 3 euros; Extraordinárias: 5 euros.



A **LOTARIA INSTANTÂNEA** – “Raspadinha” – foi criada pelo Decreto-Lei n.º 314/94, de 23 de dezembro, com o objetivo de gerar receitas a aplicar no financiamento da área da ação social, designadamente o apoio a crianças e jovens carenciados. A Lotaria Instantânea foi lançada na Rede Física a 31 de julho de 1995, e no Canal *Online* (Portal Jogos Santa Casa) no dia 1 de julho de 2013. Trata-se de uma categoria de jogos que se insere na categoria das lotarias e cada jogo obedece a um plano de prémios previamente definido, presente no verso do respetivo bilhete, que define as categorias, quantidades e valores de prémios a atribuir, face à emissão total de bilhetes. Caracteriza-se pela exploração da emissão de jogos independentes (autónomos) entre si, com temas, mecânicas e planos de prémios distintos, vendidos através de bilhetes em que a atribuição do prémio é de imediato conhecida por ação do jogador.

Na Raspadinha os prémios têm várias categorias, desde a recuperação do valor do bilhete até ao máximo de 5.000 euros, 10.000 euros, 20.000 euros, 30.000 euros, 50.000 euros ou 100.000 euros, dependendo do plano de prémios do jogo. Também é possível ganhar prémios faseados mensalmente no tempo, como é o caso dos jogos da família “Pé-de-Meia”, com valores totais entre 1.800 euros a 504.000 euros.



O **EUROMILHÕES** começou a ser explorado pelos países fundadores – França, Espanha e Inglaterra – em fevereiro de 2004. Em Portugal, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, regulamentado pela Portaria n.º 1267/2004, de 1 de outubro, com sucessivas alterações. O primeiro sorteio do Euromilhões em Portugal realizou-se no dia 8 de outubro de 2004, data em que mais 5 países se juntaram, igualmente, ao grupo: Irlanda, Áustria, Bélgica, Suíça e Luxemburgo. Este jogo social do Estado consiste num concurso de apostas mútuas do tipo loto e, no qual, os apostadores prognosticam o resultado sobre o acerto de 5 números em 50 possíveis, na grelha de “Números”, e o acerto de 2 números/estrelas em 11 possíveis, na grelha das “Estrelas”. A aposta no Euromilhões tem um custo de 2 euros, sendo que 50% desse valor reverte diretamente para prémios.

Com um 1.º Prémio garantido no valor de 15 milhões de euros, e podendo atingir um *Jackpot* máximo de 190 milhões de euros, tem uma probabilidade de obtenção de um qualquer prémio de 1 para 13.



O **TOTOLOTO** foi criado pelo Decreto-Lei n.º 382/82, de 15 de setembro, mas a sua regulamentação e exploração só foi definida pelo Decreto-Lei n.º 84/85, de 28 de março, realizando-se o primeiro concurso no dia 30 de março de 1985, com sorteios ao sábado.

A partir de 3 de março de 1997, deu-se início a um segundo sorteio semanal do Totoloto, à segunda-feira, tendo, a partir de 16 de março de 2011, passado a ser à quarta-feira.

Este jogo social do Estado consiste num jogo sobre o acerto de 5 números em 49 possíveis na grelha de “Números”, combinado com o acerto de 1 número em 13 possíveis na grelha do “Número da Sorte”.





O **TOTOBOLA**, baseado nos “concursos de prognósticos ou apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas”, foi criado através do Decreto-Lei n.º 43 777, de 3 de junho de 1961, em regime de exclusividade para a Metrópole e para o então Ultramar, iniciando-se a sua exploração a 24 de setembro desse ano.

O produto líquido da sua exploração revertia, em partes iguais, para o fomento da educação física e do desporto e para a “assistência a diminuídos físicos”, sendo parte desta última rubrica destinada a financiar a construção e manutenção do primeiro centro de reabilitação em Portugal – o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. Com o Decreto-Lei n.º 84/85, de 28 de março, deu-se início a um conjunto de alterações quanto à forma de distribuição dos resultados líquidos do Totobola.

No **TOTOBOLA** os participantes prognosticam os resultados de 13 jogos de futebol e o acerto do número de golos de um décimo quarto jogo. Organizado numa grelha constituída por 13 jogos base, em que o apostador prognostica o resultado de vitória da equipa visitada com um “1”, o empate com um “X” ou derrota da equipa visitada com um “2”, e ainda pelo jogo Super 14, em que o apostador prognostica o número de golos marcados por cada uma das equipas em jogo (‘0’, ‘1’, ou ‘M’ (de mais)).



O **JOKER** foi criado pelo Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro, iniciando-se a sua exploração no primeiro concurso de 1994. Trata-se de um jogo sem autonomia, jogado nos bilhetes do Totobola, do Totoloto e do Euromilhões; é o que se designa por *add-on game*.

O Joker é um dos jogos sociais do Estado que consiste num jogo adicional de Apostas Mútuas sobre o sorteio de 7 números (de 0 a 9.999.999) e cuja ordem de extração determina um número único que corresponde ao primeiro prémio.

CRONOLOGIA JOGOS SANTA CASA

Nasce a Lotaria Nacional.

Foi criada por Carta Régia a 18 de novembro de 1783, outorgada pela rainha D. Maria I, a quem a “**Mesa da Santa Casa da Misericórdia e Hospitais Reais de Enfermos “requereu” a graça de conceder-lhe a faculdade de fazer uma lotaria anual para acorrer com os lucros dela às urgentes necessidades dos ditos dois Hospitais”.**

É lançado o 1º jogo de Apostas Mútuas Desportivas em Portugal: o Totobola.

Nasce o Totoloto.

O 1º concurso foi realizado no dia 30 de Março e teve transmissão em direto na RTP.

Criação do Departamento de Jogos da SCML.

Pelo Decreto-Lei nº 322/91 de 26 de Agosto, compete-lhe gerir, em nome do Estado “a exploração de lotarias, apostas mútuas e quaisquer outros jogos que, a qualquer título, sejam cometidos à Misericórdia de Lisboa e, bem assim, controlar e fiscalizar o integral cumprimento das disposições legais que os regulamentam”.

Surge a Lotaria Instantânea, conhecida por “Raspadinha”.

- É introduzido o sistema de registo de apostas em tempo real, na rede de mediadores, denominado *online*;
- Início do **Contact Center** 11 de Julho de 2011.

É criada a marca comercial **Raspadinha**.

Lançamento da campanha da marca Jogos Santa Casa, intitulada “**Há mais em jogo**”.

• É apresentada a nova campanha da marca Jogos Santa Casa, com o título “**Direito de Sonhar**”, por altura do início do Mundial de Futebol.

• A campanha institucional do Departamento de Jogos “**Direito de Sonhar**” foi distinguida internacionalmente com o 1º Prémio dos *World Lottery Association Advertising Awards*.

• É inaugurado o novo armazém de logística.

• Início do processo de alargamento da rede de mediadores dos jogos sociais do Estado.

• Inserido no projeto de modernização da exploração dos Jogos Sociais do Estado, ficou completo o processo de renovação dos terminais de jogo, existentes na rede de mediadores.

1783

1784

1961

1984

1985

1987

1991

1994

1995

2001

2004

2010

2011

2012

2013

2014

1ª extração da lotaria Nacional

Com um primeiro prémio de 12.000\$ réis, iniciou-se, no dia 1 de setembro, o processo de apuramento dos números premiados, que se prolongou por 34 dias.

Inauguração do Edifício Totobola, na Rua das Taipas.

A 10 de março foi realizada a primeira extração da **Lotaria Popular**.

No dia 1 de janeiro foi lançado o **Joker**, jogo adicional de apostas mútuas diretamente associado às apostas do Totoloto ou do Totobola.

Abril 2004: O Departamento de Jogos adota uma nova marca e identidade visual: **Jogos Santa Casa**.

Agosto 2004: O DJ passa a ser uma das primeiras lotarias, a nível mundial, a ser certificada no âmbito do Sistema de Segurança e Gestão de Informação, certificado de acordo com as Normas de Controlo de Segurança da *World Lottery Association*.

Outubro 2004: No dia 6 de outubro, foi disponibilizado um novo canal de comunicação e de apostas: o **Portal Jogos Santa Casa** em www.jogossantacasa.pt.

Outubro 2004: No dia 8 de outubro, realizou-se o **primeiro sorteio do Euromilhões em Portugal**, com a seguinte chave sorteada: 1, 10, 12, 16, 48 + 2 e 6.

Introdução dos 2ºs sorteios semanais do **Euromilhões** (às 3ªs feiras) e do **Totoloto** (às 4ªs feiras).

Disponibilização da **Raspadinha** no Portal Jogos Santa Casa.



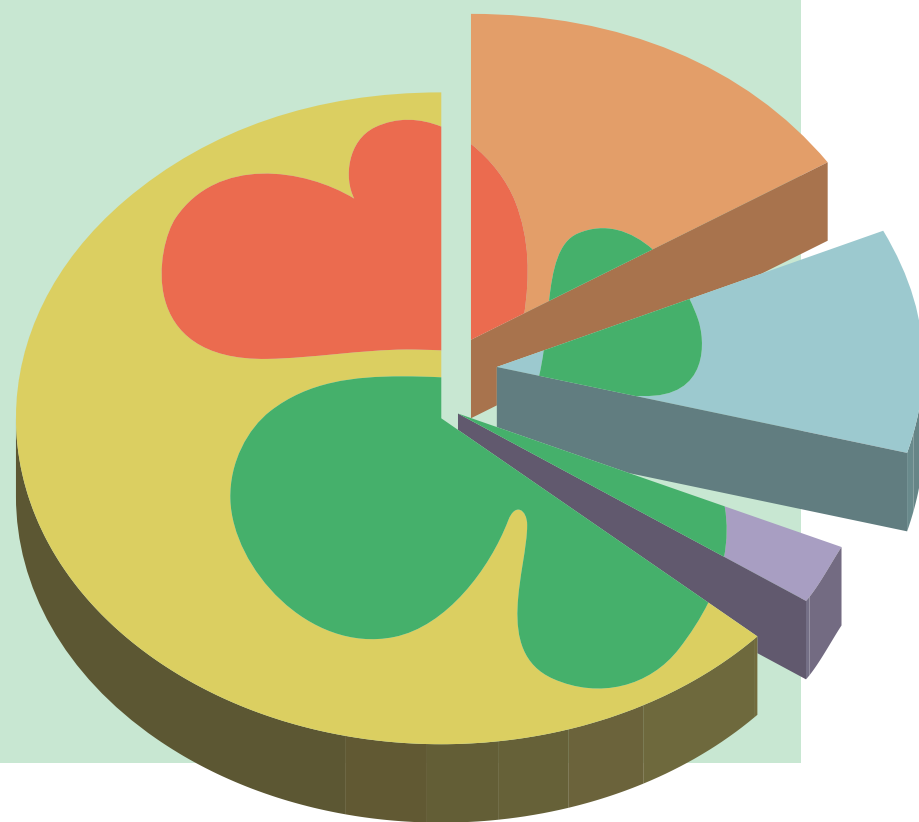
PARTE I

ANÁLISE DE EXPLORAÇÃO

Com uma mão
recebemos
com a outra
damos.



OS JOGOS SANTA CASA EM NÚMEROS



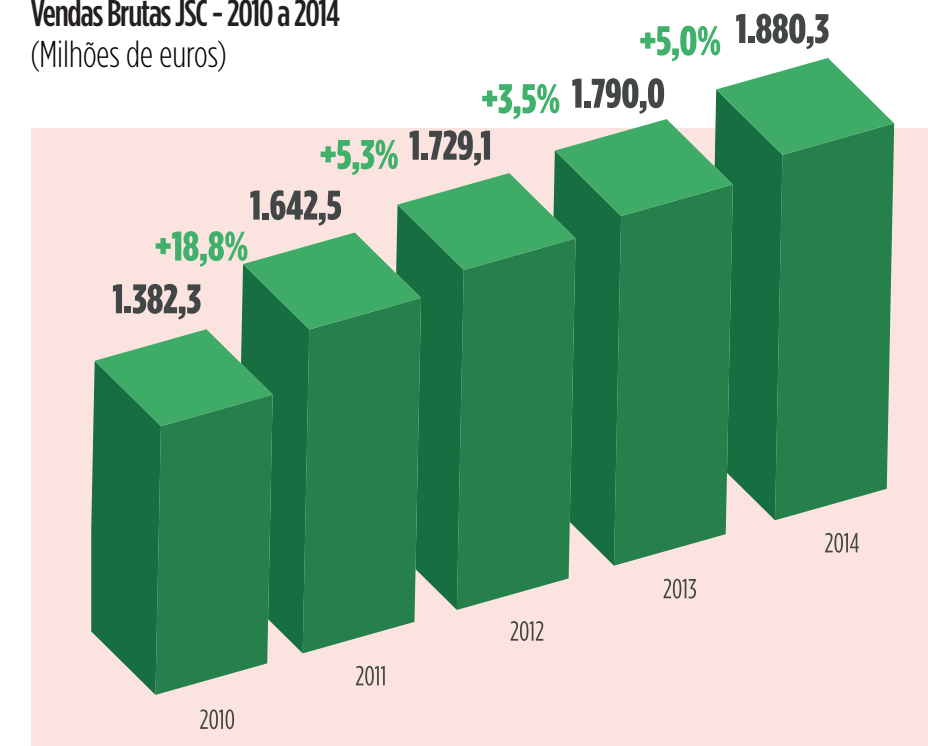
1. OS JOGOS SANTA CASA EM NÚMEROS

AS VENDAS DOS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO

Em 2014, cerca de 6,5 milhões de portugueses encontraram no portefólio dos jogos sociais do Estado resposta adequada à sua vontade de jogar a dinheiro. Essa procura foi satisfeita através de uma oferta de jogos renovada, com foco no entretenimento, e disponível de forma moderada na Rede nacional de mediadores e no Portal www.jogossantacasa.pt.

Seguindo uma curva ascendente e reforçando a tendência de crescimento iniciada em 2011, 2014 apresenta um total de vendas brutas de **1.880,3 milhões de euros**, correspondendo a um aumento de **5,0%** relativamente ao ano de 2013.

Vendas Brutas JSC - 2010 a 2014
(Milhões de euros)



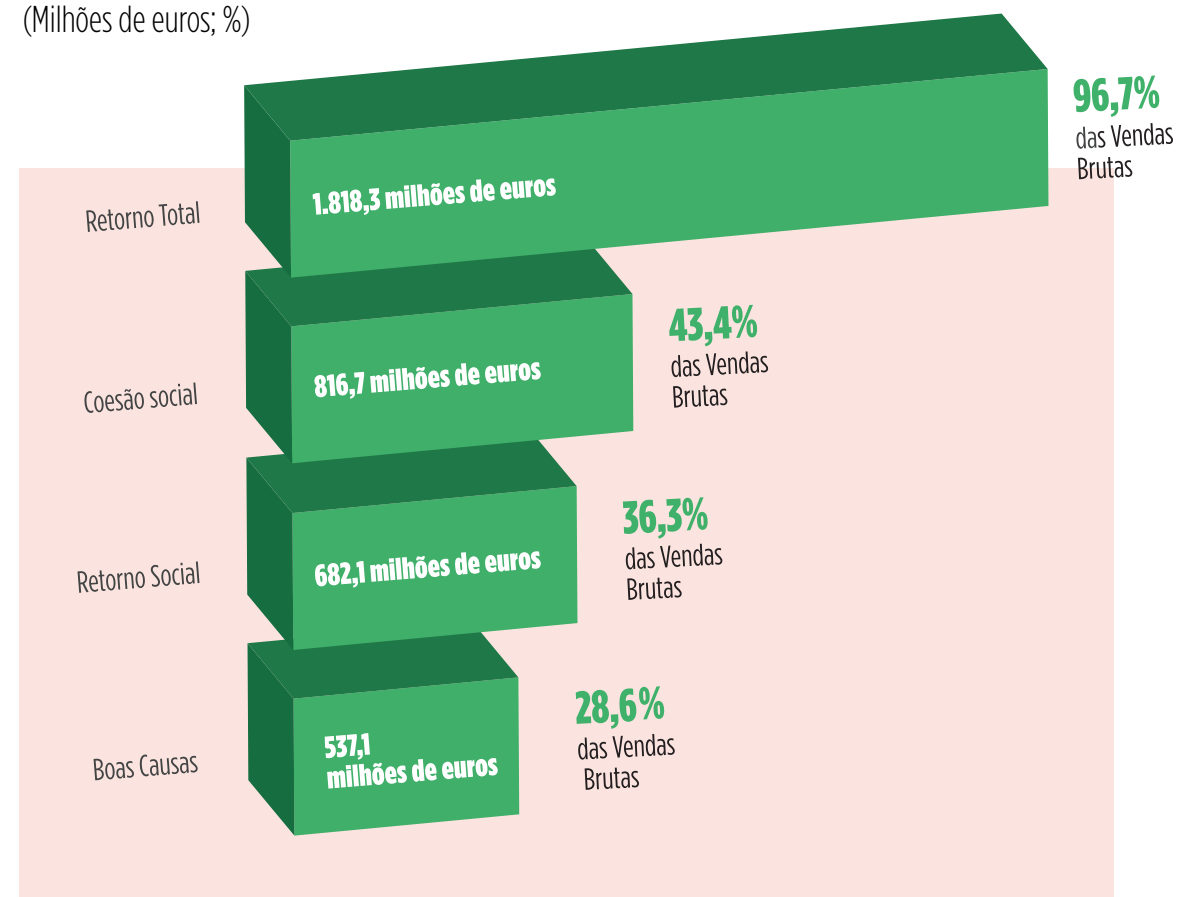
Num contexto socioeconómico difícil, estes valores demonstram a eficácia das medidas executadas pelo Departamento de Jogos no combate ativo ao jogo ilegal, e a consequente transferência das apostas para a oferta legal do Estado, espelhando ainda o reforço da confiança dos apostadores no Departamento de Jogos.

OS VALORES DEVOLVIDOS À SOCIEDADE

RETORNO TOTAL

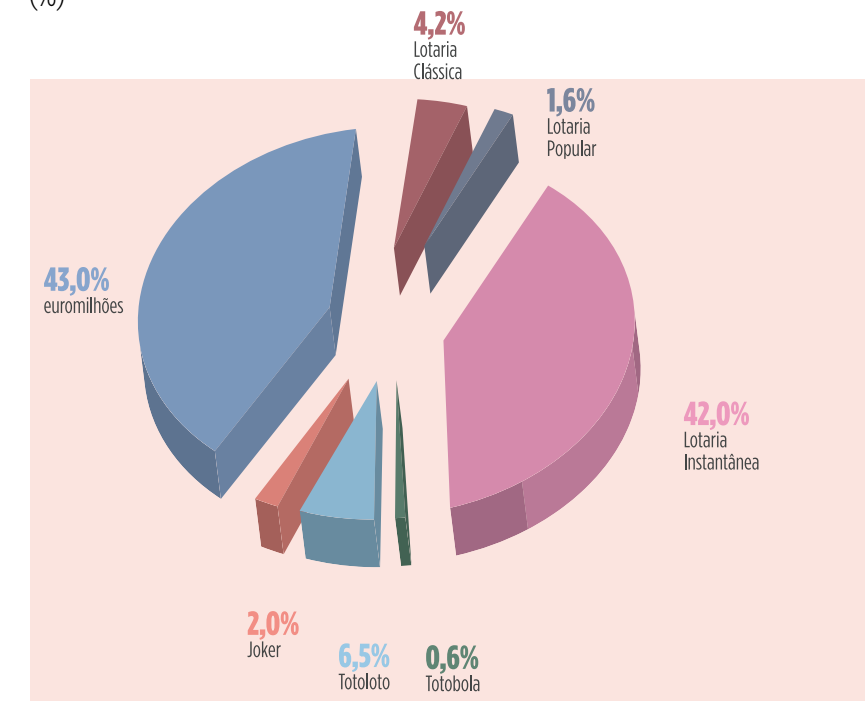
Em 2014, com as receitas geradas pelas vendas dos produtos que integram o seu portefólio, foi possível ao Departamento de Jogos devolver à sociedade portuguesa **1.818,3 milhões de euros**.

Retorno à Sociedade - 2014 (Milhões de euros; %)



Neste ano, **96,7%** das vendas brutas dos Jogos Santa Casa foram entregues aos portugueses sob a forma de prémios, remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores, Imposto do Selo, financiamento de Boas Causas, patrocínios e investimentos na promoção da legalidade e do jogo responsável.

Prémios Atribuídos por Jogo em % do Total - 2014 (%)

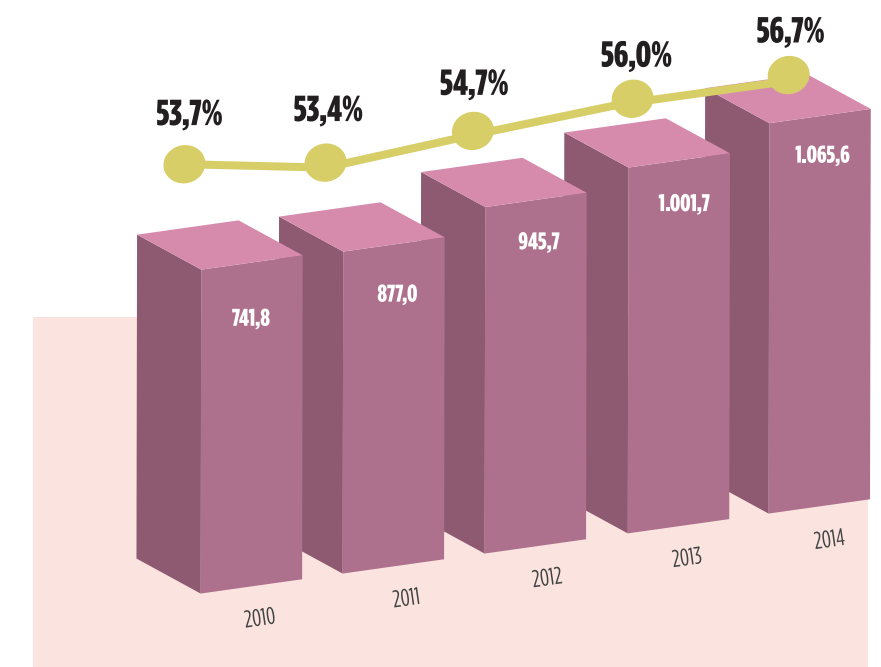


Em 2014, relativamente aos 6,5 milhões de apostadores, os Jogos Santa Casa atribuíram 166 milhões de prémios, perfazendo um valor total de 1.065,6 milhões de euros.^[1]

Ao longo dos últimos cinco anos, o montante atribuído em prémios tem sido crescente, sendo que, em 2014, o crescimento face a 2013 foi de 6,4%.

Prémios Atribuídos - 2010 a 2014 (Milhões de euros; %)

■ Prémios atribuídos
● Peso dos Prémios Atribuídos nas Vendas Brutas



[1] 1.065,6 milhões de euros corresponde ao valor bruto dos prémios. O valor líquido dos prémios corresponde ao valor atribuído deduzido de imposto do selo sobre prémios que, em 2014, foi de 1.001,6 milhões de euros.

PRÉMIOS SUPERIORES A UM MILHÃO DE EUROS - 2014
(Milhões de euros)

	N.º	Valor
Euromilhões	5	218,6
Totoloto	4	22,3
Joker	2	16,4



Desde o seu lançamento em 2004, e até ao final de 2014, Portugal contabilizou 53 primeiros prémios do Euromilhões, ocupando, assim, a terceira posição no *ranking* dos países com o maior número de primeiros prémios atribuídos. Com a atribuição do primeiro prémio em Portugal no sorteio n.º 49, de 20 de junho, a um boletim registado no distrito do Porto com um prémio de quase 25 milhões de euros, 2014 já poderia ter sido considerado um ano relevante em termos de prémios atribuídos.

A atribuição do primeiro prémio de 190 milhões de euros a um apostador português foi a melhor forma de comemorar o 10.º Aniversário do lançamento do Euromilhões em Portugal.

Foi no sorteio n.º 85/2014 que um apostador português juntou o seu nome a uma lista muito restrita, pois apenas uma vez, desde a sua criação, o Euromilhões tinha atribuído um prémio deste montante.

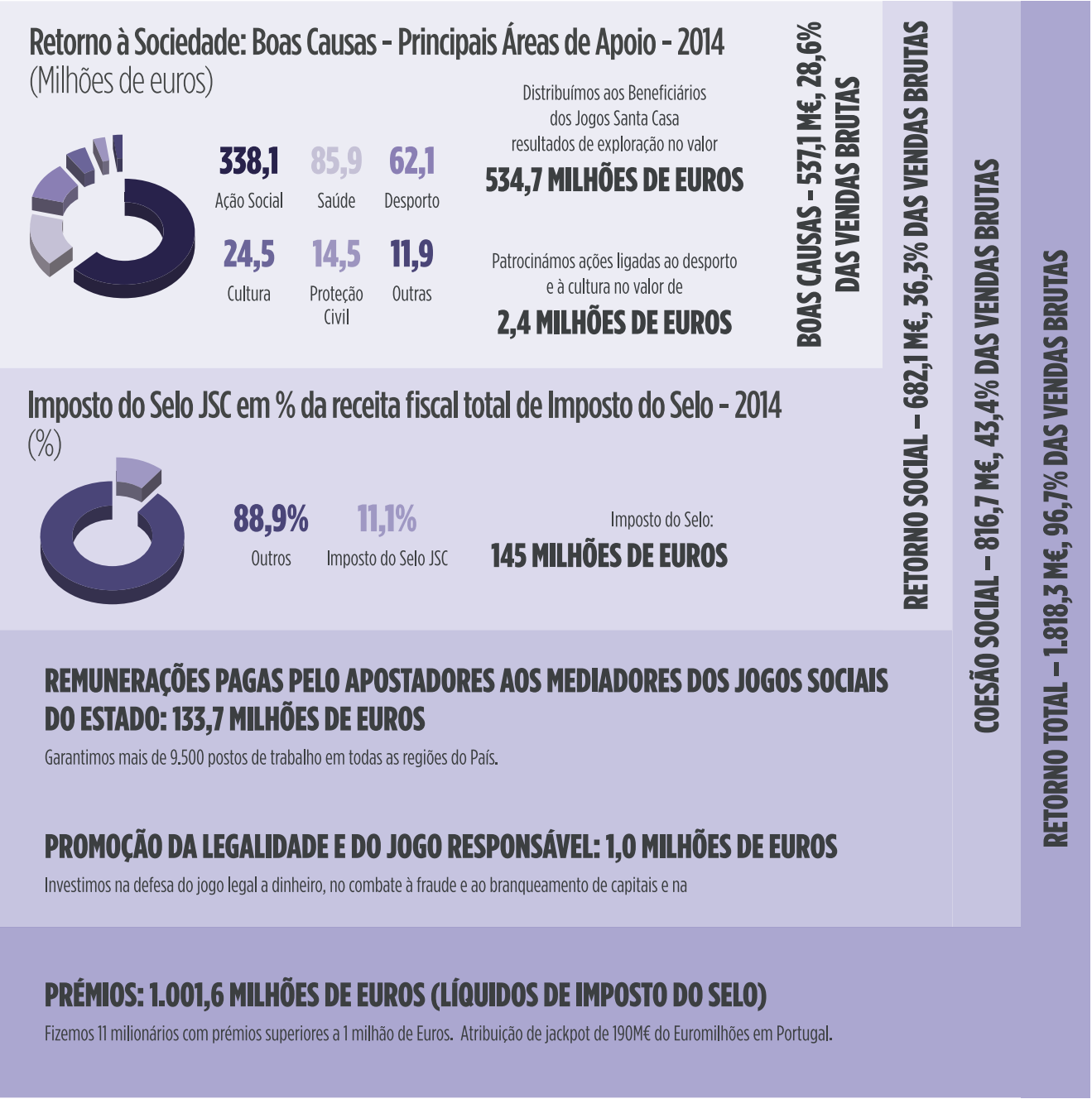
Os Jogos Santa Casa levaram a “festa” à mediação de Castelo Branco onde o bilhete vencedor foi registado, destacando assim o papel relevante que as mediações representam no âmbito da exploração dos jogos sociais do Estado.

Este momento foi também celebrado com os colaboradores do Departamento de Jogos, numa ocasião em que todos festejaram o aniversário do Jogo mais emblemático do portefólio mas, sobretudo, o sucesso da atividade.

Durante este exercício económico, 11 apostadores receberam prémios superiores a 1 milhão de euros.

Mais dois primeiros prémios do Euromilhões!

Em 2014, por cada euro efetivamente despendido pelas famílias portuguesas^[2] nos Jogos Santa Casa, **93 cêntimos foram redistribuídos à Sociedade e 63 cêntimos foram diretamente aplicados no financiamento de projetos e ações em prol das Boas Causas.**



[2] Despesa Líquida das Famílias em Jogos Santa Casa = Gastos com compra de Jogos Santa Casa - (Prémios - Imposto do Selo sobre Prémios)

COESÃO SOCIAL

Em 2014, os Jogos Santa Casa contribuíram com um total de **816,7 milhões de euros para a promoção da coesão social em Portugal**.

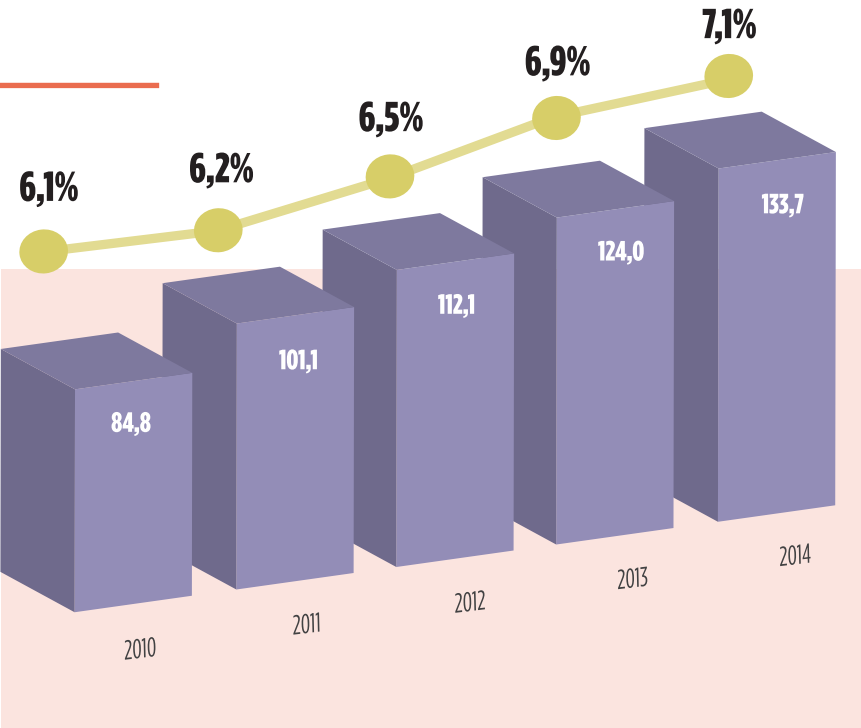
Acrescem às verbas destinadas ao financiamento das políticas sociais do Estado os valores das remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado que, em 2014, atingiram **133,7 milhões de euros**.

O valor gerado pela atividade de mediação permitiu aos nossos mediadores, distribuídos por todo o território nacional, assegurar uma dinâmica económica determinante para os seus negócios e relevante para a comunidade em que estão inseridos. Só em 2014, estas receitas da atividade de mediação dos Jogos Santa Casa garantiram o equivalente a pelo menos **9.500 postos de trabalho**.

Peso das remunerações nas vendas brutas a subir nos últimos cinco anos

Remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores – 2010 a 2014
(Milhões de euros; %)

- Remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores
- Peso das remunerações pagas aos mediadores nas vendas brutas



Foi ainda investido 1 milhão de euros em ações de combate ao jogo ilegal, ao qual estão associados tipos de criminalidade como a fraude e o branqueamento de capitais, entre outros, assim como em ações de promoção do jogo responsável, tendo em vista a proteção do património das famílias e da ordem pública.

De acordo com a análise dos últimos cinco anos, o valor absoluto pago pelos apostadores aos mediadores tem vindo a aumentar, assim como o seu peso relativo no total das vendas brutas. Em 2014, face ao ano anterior, o crescimento das remunerações foi de 7,1%. Tal facto deve-se fundamentalmente ao aumento relativo das vendas da Lotaria Instantânea, cuja remuneração para o mediador é superior à que resulta dos jogos de Apostas Mútuas.

RETORNO SOCIAL

Em 2014, o retorno social gerado pelos Jogos Santa Casa foi de **682,1 milhões de euros**.

Inclui-se neste valor, além do financiamento de causas sociais, o **Imposto do Selo gerado pelos Jogos Santa Casa que, neste ano, atingiu 145,0 milhões de euros**. Este valor representou 11,1% do total de receitas fiscais de Imposto do Selo, o montante mais elevado até à data.

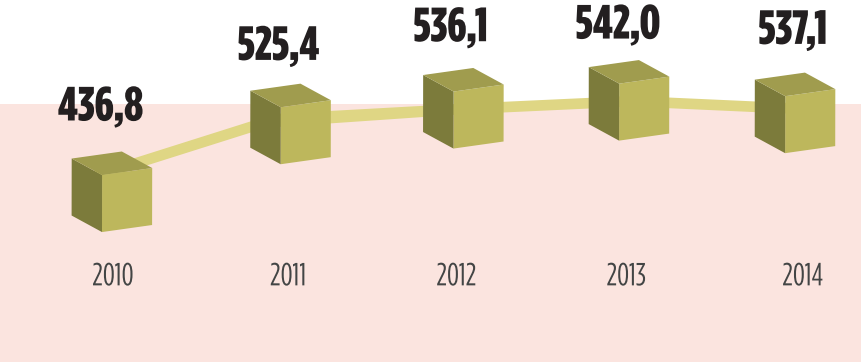
Imposto do Selo JSC e Receita Fiscal do Estado – 2010 a 2014
(Milhões de euros; %)

	2010	2011	2012	2013	2014
Imposto do Selo sobre Vendas	59,2	70,7	74,5	77,1	81,0
Imposto do Selo sobre Prémios				48,4	64,0
TOTAL	59,2	70,7	74,5	125,5	145,0
Peso na Receita Fiscal do Estado em Imposto do Selo	3,8%	4,8%	5,5%	9,2%	11,1%

O aumento significativo das receitas fiscais relativas ao Imposto do Selo gerado pelos jogos sociais do Estado em 2013, quando comparado com o ano de 2012, ficou a dever-se à alteração da base de incidência, que passou a abranger todos os prémios atribuídos de valor superior a 5.000 euros, à taxa legal de 20%, aplicável sobre a parcela que excede este valor.

AS BOAS CAUSAS

Financiamento de Boas Causas – 2010 a 2014
(Milhões de euros)

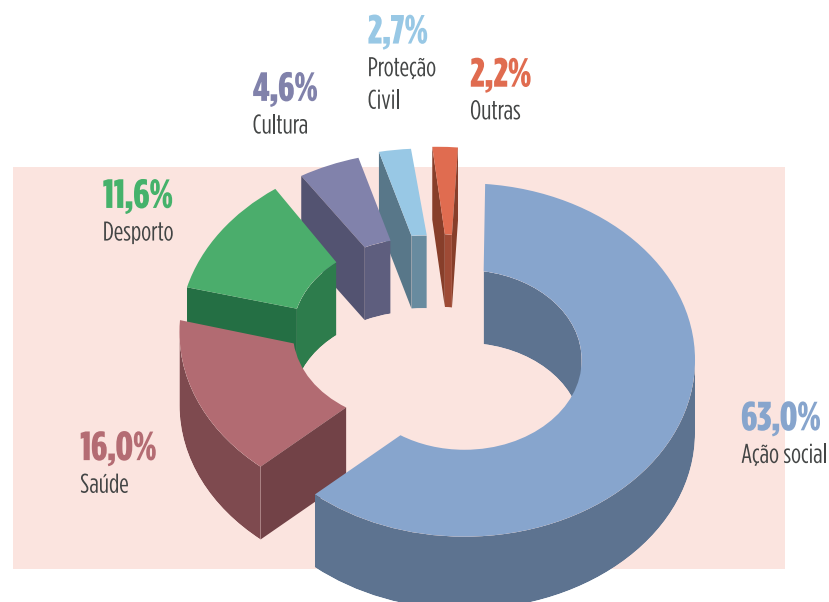


Em 2014, foi atribuído um total de 537,1 milhões de euros para financiamento das Boas Causas que estiveram na origem da exploração, em regime de exclusividade, dos jogos sociais do Estado.

Foram distribuídos aos **beneficiários** dos Jogos Santa Casa **534,7 milhões de euros**, decorrentes dos resultados de exploração. Estes montantes destinam-se integralmente a financiar políticas sociais, de acordo com o previsto na Lei. Destaca-se o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como à promoção e à valorização da cultura, à melhoria da qualidade educativa, ao incremento de atividades desportivas e ao combate às dependências.

Retorno à Sociedade: Boas Causas - Principais Áreas de Apoio - 2014 (%)

Este valor ficou ligeiramente abaixo do distribuído em 2013, fruto da circunstância extraordinária de, nesse ano, ter revertido para os beneficiários dos Jogos Santa Casa um prémio caducado do Joker no valor de 13,7 milhões de euros.

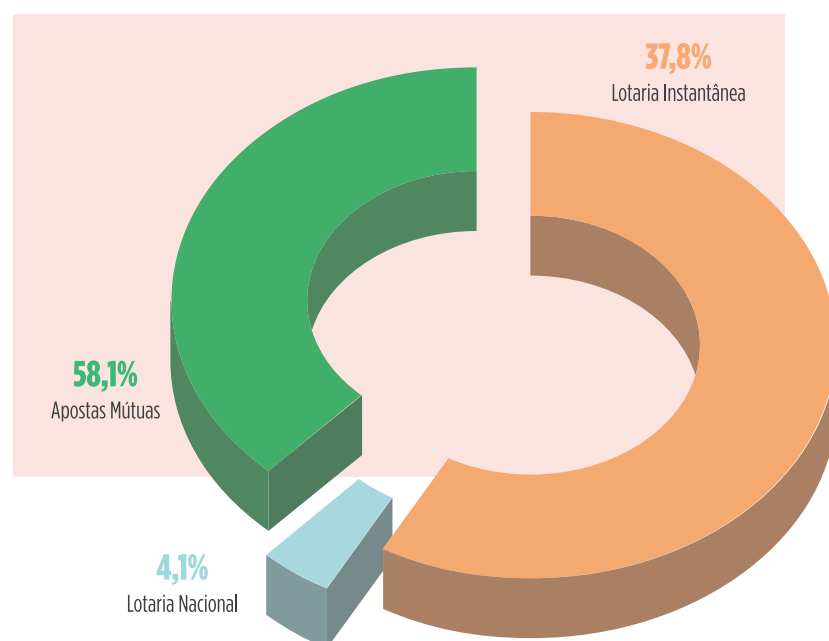


O DESEMPENHO DOS JOGOS DO PORTEFÓLIO

EM 2014, OS JOGOS DE APOSTAS MÚTUAS CONTINUARAM A ASSUMIR A MAIOR PARCELA DAS VENDAS.

Estrutura de Vendas – 2014 (%)

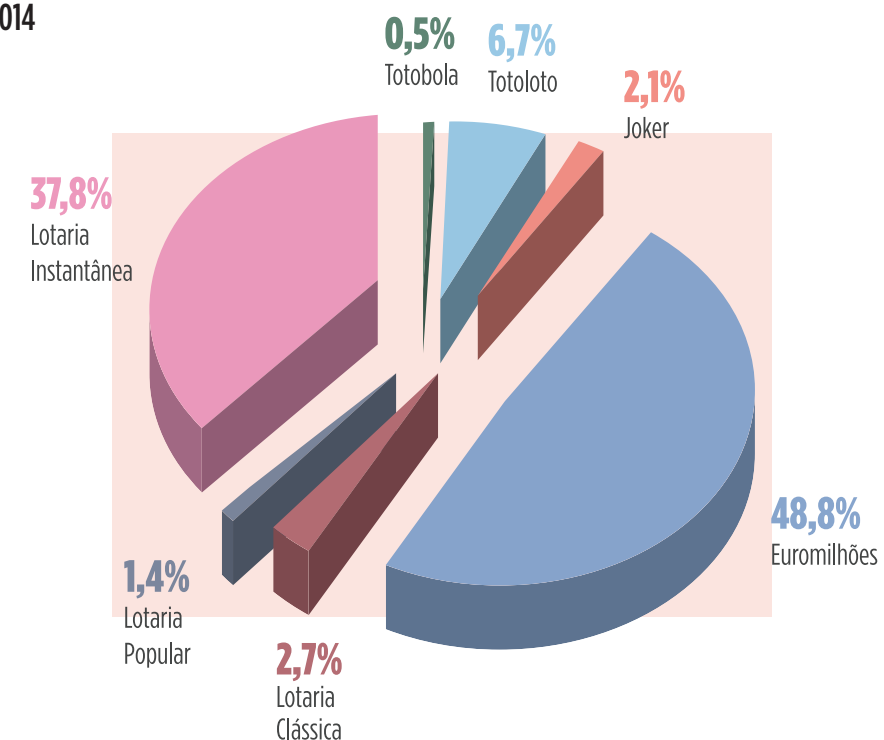
No conjunto das Apostas Mútuas destaca-se o **Euromilhões** que, embora perdendo peso relativo face ao aumento da Lotaria Instantânea, continua a ser o jogo mais vendido do portefólio dos Jogos Santa Casa, com 48,8% do total de vendas.



Estrutura de Vendas Brutas por Jogo - 2014 (%)

A **Lotaria Instantânea**, instrumento eficaz de canalização da procura de jogo, designadamente de jogo ilegal, para a oferta disponibilizada pelo Estado, registou um significativo crescimento, tendo reforçado a sua importância no portefólio dos Jogos Santa Casa, passando a representar 37,8% do total de vendas. No entanto, o ritmo de crescimento tem abrandado fruto, quer das dinâmicas do ciclo de vida do produto, quer das restrições associadas às políticas de jogo responsável e à prevenção do jogo excessivo.

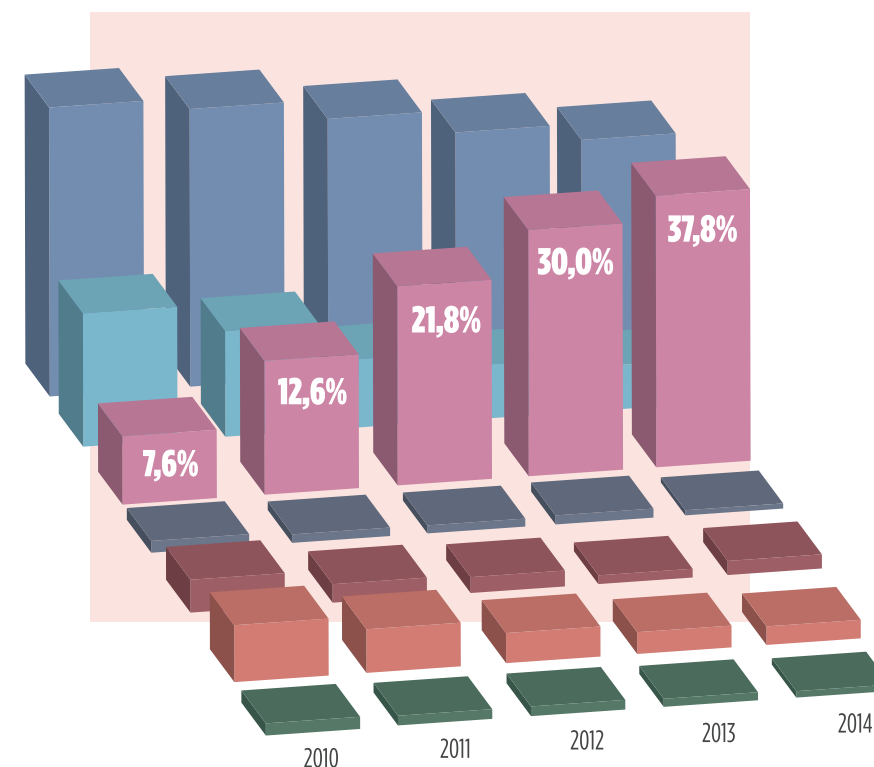
Face a 2013, em 2014 as vendas brutas de Lotaria Instantânea cresceram 20,3%, totalizando 710,8 milhões de euros.



Evolução da Estrutura das Vendas Brutas por Jogo - 2010 a 2014 (%)



Os restantes jogos prosseguiram um comportamento de descida generalizada de vendas associado à fase de maturidade em que se encontram. Ainda assim, essa queda foi inferior à prevista no orçamento para este ano, fruto das campanhas de comunicação de produto e do reforço da informação disponibilizada aos apostadores no ponto de venda, através dos novos canais disponíveis para o efeito e no portal dos Jogos Santa Casa.



Vendas Brutas por Jogo - 2010 a 2014
(Milhões de euros)

	2010	2011	2012	2013	2014
Totobola	10,4	11,1	12,1	10,5	10,2
Totoloto	192,8	195,7	149,4	127,4	126,2
Joker	88,8	72,0	55,1	42,3	39,4
Euromilhões	883,3	1.060,0	1.047,6	939,1	917,0
Lotaria Clássica	68,6	64,7	59,9	53,6	51,1
Lotaria Popular	32,8	31,9	28,5	26,6	25,7
Lotaria Instantânea	105,6	207,2	376,5	590,7	710,8
Total	1.382,3	1.642,5	1.729,1	1.790,0	1.880,3

Em resultado das políticas de gestão financeira, de produto e comercial, foram introduzidas melhorias no sistema de armazenamento, logística e distribuição de jogo, redefinidas regras e instrumentos financeiros de suporte à atividade comercial, permitindo assim aumentar a disponibilidade da oferta e, desse modo, satisfazer a procura dos apostadores.

Os apostadores mantiveram a sua preferência pelo canal de jogo tradicional (Rede Física de mediadores) onde se realizou 96,3% do volume total de vendas.

A Rede Física dos Jogos Santa Casa era, no final de 2014, constituída por **4.403 pontos de venda**. Foram abertos mais de 800 procedimentos para seleção de novos pontos de venda, por forma a concluir a estratégia de expansão da Rede Comercial. Prosseguindo desse modo o objetivo operacional de crescimento e modernização da Rede Comercial, o Departamento de Jogos aumentou em mais 75 o número de estabelecimentos que disponibilizam a oferta de jogos sociais do Estado.

Ainda no canal físico procedeu-se a:

- Renovação da totalidade dos terminais de jogo, otimizando e agilizando todas as operações de venda;
- Disponibilização de suportes tecnológicos inovadores nos pontos de venda para reforço da comunicação, por forma a melhor veicular a informação aos apostadores;
- Implementação de novas regras de pagamento de prémios com o objetivo de reforçar a segurança e a comodidade dos apostadores na Rede Física;
- Realização frequente de auditorias (internas e externas) à Rede de mediadores, com o objetivo de continuar a garantir o rigoroso cumprimento da Lei, em particular no que respeita à adoção plena dos procedimentos obrigatórios de segurança e à observância dos requisitos da exploração responsável.

AS PARTES INTERESSADAS



APOSTADORES

Cerca de 6,5 milhões de portugueses apostaram nos Jogos Santa Casa ao longo de 2014, correspondendo a 76% da população portuguesa adulta.

Os nossos apostadores identificam os Jogos Santa Casa como jogos:

- Explorados por uma instituição séria e credível;
- Com resultados de exploração aplicados em causas sociais;
- Com valores de aposta baixos;

- Com dinâmicas de jogo fáceis e acessíveis;
- Com um modelo de atribuição de prémios transparente e fiável.

Estas apreciações são confirmadas pelos resultados de um estudo de *benchmarking* internacional ^[1], divulgado em 2014, sobre *performances* e atitudes perante o jogo, que comparou 16 Lotarias de 13 países, 10 europeus, Estados Unidos da América, Canadá e Austrália. Os Jogos Santa Casa obtiveram a melhor pontuação na opinião sobre a entidade que explora os Jogos: **96%** das respostas foram “**Boa Opinião**”.



Ao longo dos últimos 5 anos o CLab tem estudado de forma aprofundada as atitudes e comportamentos dos consumidores portugueses num contexto de crise económica e socialmente agressiva. No essencial, foi uma experiência com múltiplas aprendizagens, que revelaram um consumidor ágil, com capacidade de rápida leitura do contexto gerando respostas competentes e de pleno aproveitamento das oportunidades que a elevada competitividade da oferta acabou por gerar. O consumidor aprendeu muito e novos modelos de decisão com realismo e lucidez estão a ganhar forma.

Também ao longo destes anos de mudanças, o consumidor manteve os Jogos da Santa Casa como parte integrante do seu sistema de Sonho & Imaginação – uma dimensão da vida que, como sabemos, nunca se perde. Com o realismo adquirido o consumidor não se limita à procura da Sorte Grande, antes aposta numa espécie de Pequenas e Médias Sortes, alargando a expectativa de gratificação material, mas também afetiva.

[1] Worldwide survey on the gambling market, FDJ, Harris Interactive

Consciente do sentido do risco, apostar-se-á menos de cada vez, consciente da necessidade de pontuar um quotidiano mais duro, apostar-se-á em jogos instantâneos, com emoção ao minuto e, enfim, consciente da omnipresença do online na vida quotidiana, far-se-ão apostas na internet.

Mas tudo isto ganha esta configuração, em boa medida, porque há um elemento de fundo: a familiaridade, a boa Reputação da Santa Casa e dos seus Jogos. Talvez os trevos de 4 folhas, que marcam a paisagem das cidades, tenham desempenhado um inesperado e útil papel de desdramatização, um papel de fator constante e de gerador de coesão, no meio de tantas incertezas.

Carlos Liz Sócio fundador da Ipsos Apeme e do CLab.



O QUE DIZEM OS NOSSOS APOSTADORES

Se ganhasse um prémio grande nem sei o que faria! Teria que pensar no assunto. Mas tenho muita gente a quem ajudar...

Carlos Fernandes 65 anos

Se ganhasse aproveitava mais a vida... la conhecer o resto do mundo."

Rodolfo Holtz Santos 67 anos

Costumo jogar no Euromilhões e sei que quando aposto a Santa Casa apoia muitas instituições na área da cultura, da educação e da ação social. Mas se fosse eu a ganhar ajudava a minha família e desenvolvia alguns projetos sociais.

Pedro Appleton 32 anos

Em 2014, a nossa grande aposta foi na Segurança e Comodidade dos apostadores.

A introdução do **modelo único de pagamento de prémios** foi uma medida inserida no âmbito da modernização e unificação de procedimentos dos

Jogos Santa Casa, que visou garantir a segurança, a celeridade e comodidade no processo de pagamento de prémios, para o apostador e para o mediador. Este processo determinou que os prémios superiores a 150 euros e inferiores a 5.000 euros passassem a ser pagos nos pontos

de venda, através de transferência bancária diretamente para a conta do apostador. Para isso, o apostador passou a ter apenas que indicar o Número de Identificação Bancária (NIB), recebendo o seu prémio num prazo máximo de 72 horas.

O trabalho desenvolvido (pela Direção Técnica do Departamento de Jogos) incorpora, de forma pragmática, um dos valores que distingue, inequivocamente, a própria Instituição: a Integridade. Em 2014 foi implementado o Modelo Único de Pagamento de Prémios, tendo como objetivo a melhoria contínua do serviço prestado aos apostadores, reforçando a segurança e implementando comodidade e rapidez neste processo. Com esta alteração foi também reforçada a integridade: desde o momento da atribuição do prémio após cada sorteio até ao pagamento na conta bancária do apostador, permitindo-se, em cada fase do processo, a rastreabilidade das transações efetuadas. Responsável por todos os atos de sorteio, pagamento de prémios, suporte técnico à atividade de jogo e novas apostas, a integridade processual e de gestão com que o dia-a-dia é gerido assume, sem dúvida, o princípio fundamental onde assenta a confiança depositada pelos nossos mediadores e apostadores.

Magda Lapa Diretora Técnica

MEDIADORES

No final de 2014, a Rede de mediadores dos jogos sociais do Estado era composta por 4.525 terminais, distribuídos por 4.403 estabelecimentos (pontos de venda onde o mediador exerce a atividade de mediador dos jogos sociais do Estado), pertencentes aos 4.168 mediadores (pessoas coletivas ou singulares autorizadas a exercer a atividade de mediador dos jogos sociais do Estado) existentes.

Os estabelecimentos situados nos distritos do Litoral do País (Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal e Faro) representam 67,6% do total dos mediadores e 69,5% do total das receitas dos jogos.

A tipologia dos estabelecimentos que representam os nossos mediadores estão divididos da seguinte forma:

- Restauração (45,4%)
- Papelarias/tabacarias (44,8%)
- Negócios quase exclusivos de venda de jogos sociais (3,7%)
- Estabelecimentos comerciais diversos (6,1%)

Os ramos de restauração, papelaria e exclusivos jogos sociais do Estado, representam 93,9% do total da Rede de mediadores. As mediações dos jogos sociais localizam-se sobretudo em zonas centrais das freguesias, em vias com grande fluxo de pessoas, com concentração comercial, de serviços e residencial e em locais de distribuição moderna, nos centros comerciais, nas galerias das lojas das principais insígnias a operar em Portugal e no ramo alimentar.



Mediadores, Estabelecimentos e Terminais

Mediadores	4.168
Estabelecimentos	4.403
Terminais	4.525

Estabelecimentos por tipologia – 2014

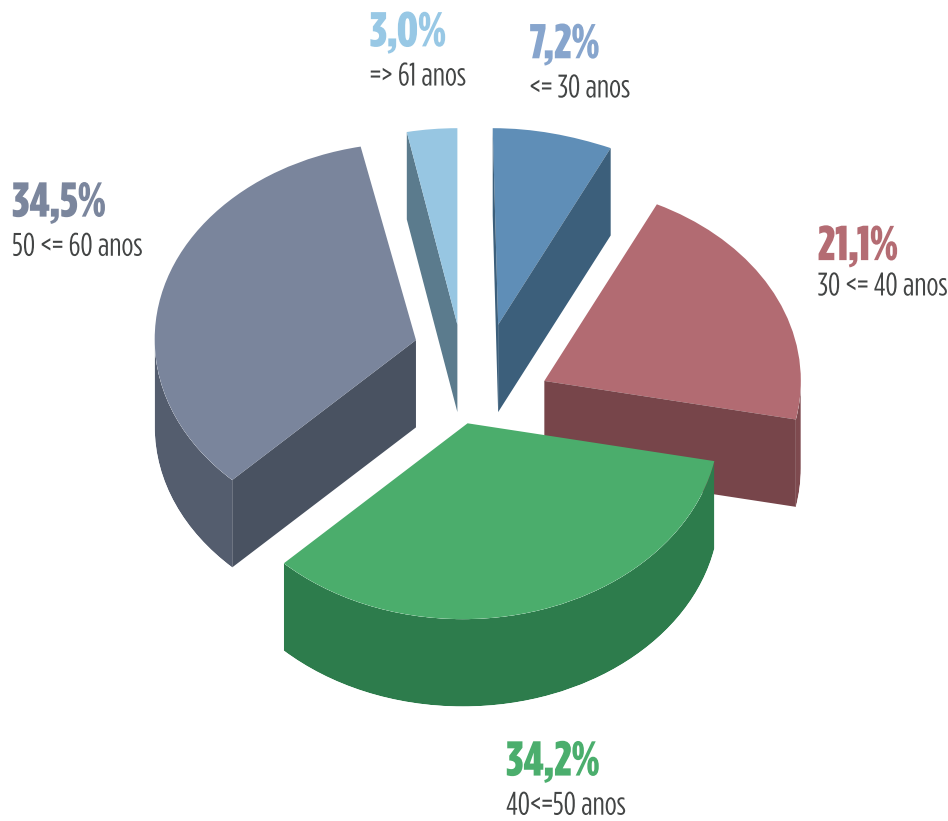
Restauração	1.997
Papelaria/Tabacaria	1.973
Exclusivo JSE	162
Total principais ramos	4.132
Outros	271

COLABORADORES

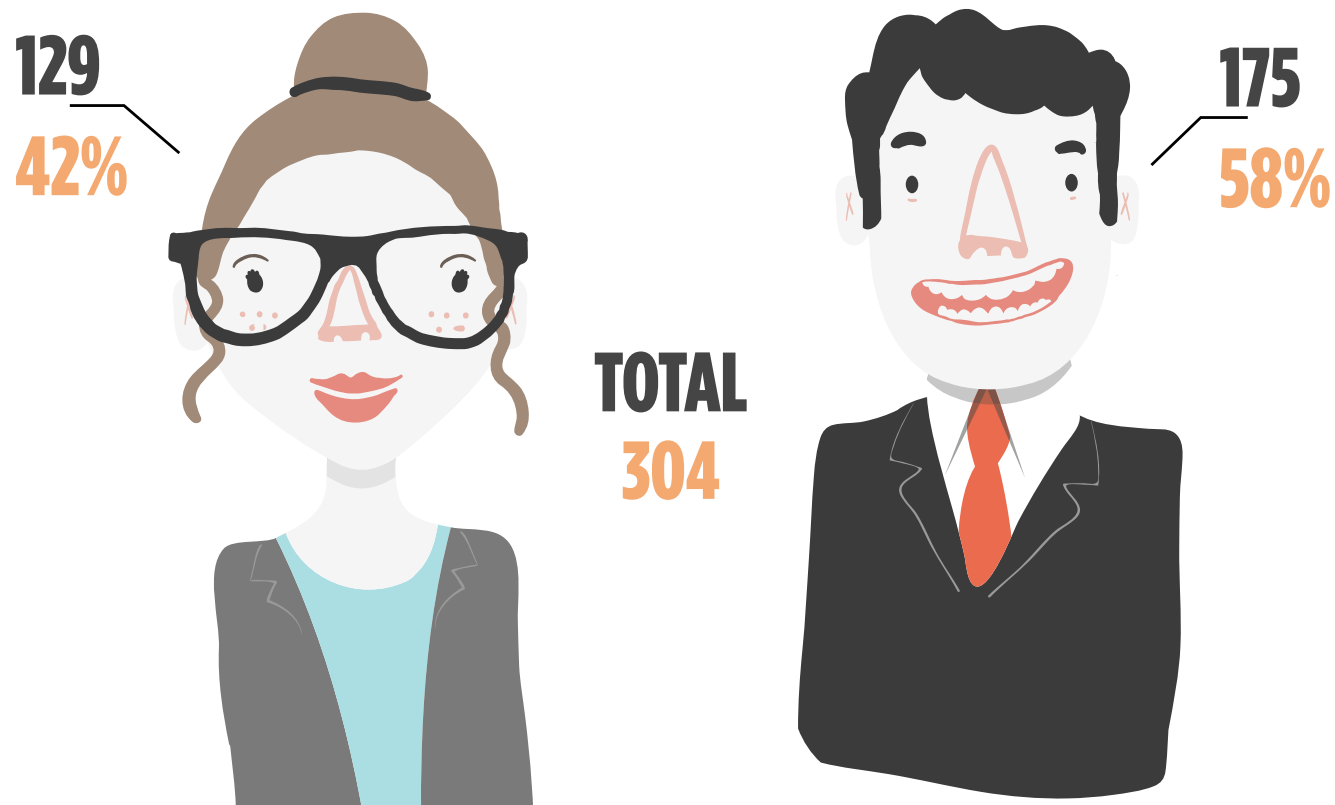
O Departamento de Jogos tem uma equipa com 304 colaboradores que direcionam a sua ação para o cumprimento da sua missão, tendo em conta a crescente complexidade do mercado do jogo a dinheiro e do respetivo negócio.

RETRATO DA EQUIPA EM 2014

POR NÍVEL ETÁRIO



COLABORADORES POR GÉNERO



Habilitações Literárias - 2014 (%)

Ensino superior	31%
Ensino secundário (12.º ano)	32%
3º ciclo do ensino básico	24%
< 3º ciclo do ensino básico	13%
Total	100%



O CAPITAL HUMANO E O CONHECIMENTO NA BASE DA AÇÃO

Em 2014, as 345 presenças em ações de formação demonstram a importância que damos à qualificação dos colaboradores.

Abrangendo todas as áreas organizacionais e todas as categorias profissionais, procurou dar-se especial atenção às matérias que permitem aprofundar o conhecimento dos nossos colaboradores em matérias específicas da ação do Departamento de Jogos, nas suas várias vertentes: tecnológica, inovação no produto (jogos), gestão da exploração de lotarias, segurança da informação e Jogo Responsável.

A aposta na formação é, de facto, um dos pilares da política de Recursos Humanos do Departamento de Jogos. Nesse sentido, estimula-se a aprendizagem, o desenvolvimento e

a integração em projetos que valorizam as competências (pessoais e profissionais) e o enquadramento socioprofissional da equipa. Contribuindo para um mais eficaz desempenho, promove-se a adaptação das tarefas e atividades profissionais às transformações tecnológicas, centrais para a evolução do negócio.

Tendo em conta a especificidade da exploração dos jogos sociais do Estado, entre todas as temáticas abordadas, refere-se o estímulo à participação regular em seminários sobre práticas de jogo responsável, em particular por parte dos colaboradores dos grupos-alvo prioritários: Área Comercial, Contact Center, Unidade de Prémios, Marketing e Comunicação.

OS PRIMEIROS A SABER

Porque é importante contar com o envolvimento de todos para a concretização dos objetivos estratégicos e operacionais prosseguidos, é totalmente valorizada a comunicação interna.

Na convicção de que os colaboradores têm de ser “os primeiros a saber”, ao longo de 2014, foram agilizados os canais de comunicação dentro do Departamento de Jogos. Uma informação clara, veiculada de forma aberta e atempada, deixa o Departamento mais preparado para fazer chegar a mensagem ao exterior.

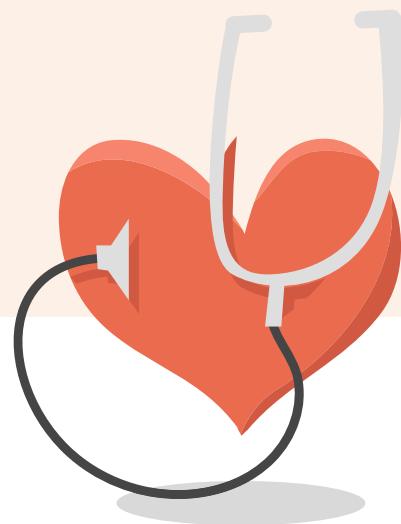
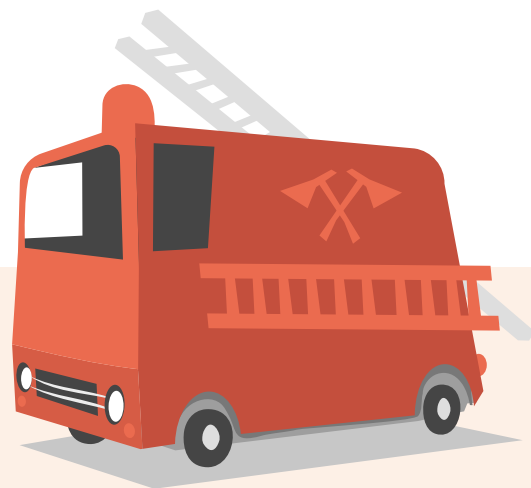
Todos os colaboradores, por diversas vias e com regularidade, foram antecipadamente informados sobre os resultados alcançados pelos Jogos Santa Casa, sobre as campanhas levadas a cabo e sobre o reconhecimento da nossa atividade em Portugal e no estrangeiro.



BENEFICIÁRIOS

A totalidade dos resultados líquidos dos jogos sociais do Estado é distribuída por uma lista de entidades beneficiárias de acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e o Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro. Abrange entidades

que desenvolvem a sua atividade em áreas como a promoção da saúde e a prevenção da doença e da incapacidade, programas de combate à pobreza e exclusão social, proteção civil, segurança social, policiamento de espetáculos desportivos, desporto escolar ou turismo social e sénior.



O Desporto Escolar é provavelmente o maior e o mais abrangente programa do Ministério da Educação: cobre todas as escolas públicas e um significativo número de escolas privadas, em todo o território, de Norte a Sul passando pelas regiões autónomas. É um programa histórico e emblemático, com uma longa tradição em Portugal e uma invulgar capacidade de agregar vontades, e funciona como uma escola de valores que aposta na formação de cidadãos. Acreditamos que uma escola saudável, com jovens saudáveis, dará origem a uma sociedade que se quer cada vez mais saudável.

Podemos dizer que o apoio que chega por via do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através da percentagem que nos cabe nas receitas da exploração dos jogos sociais, é decisivo para o desenvolvimento deste programa. Com esse dinheiro foi possível comprar equipamentos e materiais para a prática desportiva, foi possível a realização das provas previstas no calendário competitivo, assim como o pagamento das deslocações de alunos e professores para essas competições, nacionais ou internacionais. Quer isso dizer que sem estas receitas não teríamos o programa de Desporto Escolar com as condições de excelência que hoje podemos dizer que oferecemos. E também vale a pena lembrar que é aqui, no Desporto Escolar, que começam o seu percurso alguns dos que depois vêm a ser os maiores atletas do país, com medalhas nos campeonatos do mundo ou nos Jogos Olímpicos. Rosa Mota ou Nelson Évora são só dois dos nomes que podemos referir.

Pedro da Cunha

Subdiretor Geral da Direção Geral de Educação

ESTADO

Sendo uma prerrogativa sua a exploração do jogo em Portugal, o Estado atribuiu, em exclusivo à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através do seu Departamento de Jogos, o direito de exploração dos jogos sociais de base territorial e *online*, reconhecendo-lhe a capacidade, a integridade e idoneidade para desenvolver esta atividade em nome e por sua conta, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias e a prevenção do jogo excessivo.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA



Instituição com 516 anos de História a quem o Estado atribuiu, em regime de exclusividade para o território nacional, a exploração dos jogos sociais em reconhecimento da sua idoneidade, seriedade e segurança, demonstrados ao longo dos séculos. Integrando, na sua estrutura orgânica, o Departamento de Jogos, a Misericórdia de Lisboa é também um dos beneficiários das receitas dos Jogos Sociais do Estado, revertendo ainda a favor da sua reconhecida Ação Social o valor dos prémios caducados do Euromilhões e da Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular).

FORNECEDORES

Os parceiros externos, fornecedores de bens e de serviços ao Departamento de Jogos, são selecionados de acordo com os princípios da Lei da Contratação Pública a que estamos obrigados. Os fornecedores do Departamento de Jogos estão ainda contratualmente vinculados ao cumprimento dos requisitos normativos de acordo com os sistemas de certificação do Departamento de Jogos, nomeadamente o Sistema de Gestão de Segurança da Informação.



ENTIDADES REGULADORAS



A atividade do Departamento de Jogos é regulada pelo Governo, sendo a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa exercida pelo membro do Governo que superintende a área da Segurança Social.

LOTARIAS CONGÉNERES

O Departamento de Jogos mantém uma relação de grande proximidade com um significativo número de lotarias congéneres, em vários continentes, numa lógica de partilha de conhecimento das melhores práticas do mercado.

A Lotaria Portuguesa, como é conhecida, é frequentemente elogiada em fóruns internacionais, como um exemplo de boas práticas neste mercado e referenciada pelos princípios rigorosos pela qual é gerida.

REUNIÃO DO MANAGEMENT COMMITTEE DA SLE (SERVICES AUX LOTERIES EN EUROPE)

O *Management Committee* da SLE, entidade que gere o jogo Euromilhões, reuniu-se no Porto, em outubro, por ocasião da data em que o Euromilhões celebrou 10 anos. Tal facto foi oportunamente assinalado na reunião do órgão de gestão da SLE, onde estiveram presentes representantes dos 9 países que exploram conjuntamente o Euromilhões.

RECEBEMOS AS VISITAS DAS DELEGAÇÕES DE LOTARIAS CONGÉNERES:

SELAE (Espanha)

A visita da SELAE ao Departamento de Jogos ocorreu no seguimento da nomeação da nova Presidente e teve como objetivo a apresentação das equipas de ambas as lotarias. Para além da divulgação da missão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da sua história, foram tratados outros temas de interesse para ambas as delegações, nomeadamente no que diz respeito à exploração de jogos comuns, de que é exemplo o Euromilhões.

Caixa Económica Federal (Brasil)

A deslocação de elementos da Caixa Económica Federal, instituição com a qual o Departamento de Jogos colabora há vários anos, teve como principal motivação a partilha da experiência no domínio da gestão da Lotaria Instantânea, nomeadamente no que diz respeito ao seu processo logístico.



Sazka (República Checa)

Esta visita teve como objetivo o aprofundamento da relação existente entre a Sazka e o Departamento de Jogos, aproveitando a deslocação de uma delegação da lotaria Checa a Lisboa para participar no "Industry Days 2014". Para além da apresentação do mercado dos jogos sociais no nosso país, abordou-se o sucesso do Euromilhões em Portugal (2004-2014) bem como o futuro dos canais de venda físico e *online*.

Loterija Slovenije (Eslovénia) e Japan Hades, Japan Lottery Research Center e Japan Lottery System (Japão)

A presença destas lotarias em Lisboa ficou a dever-se ao interesse que o desempenho da Lotaria Instantânea em Portugal tem despertado, tendo o foco de ambas as visitas de trabalho incidido, sobretudo, no modelo de gestão implementado pelo Departamento de Jogos.

ASSOCIAÇÕES DE LOTARIAS

SOMOS ASSOCIADOS:



EL – European State Lotteries and Toto Association, em que o Administrador Executivo do Departamento de Jogos é membro da Comissão Executiva, tendo sido eleito em 2014 como 2.º Vice-Presidente.

A EL é a organização de lotarias de Estado que reúne instituições, com e sem fins lucrativos, que operam em nome do Estado. A Associação foi criada em 1983 sob a lei suíça e está sediada em Lausanne, Suíça.



CIBELAE – Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado, sendo o Administrador Executivo dos Jogos Santa Casa atualmente membro da Junta Diretiva.

A CIBELAE é uma associação internacional que reúne Lotarias de Estado dos países ibero-americanos e que se constituiu com o objetivo de promover o contacto e a troca de experiências que possam ser úteis para a gestão e comercialização dos jogos.



WLA – World Lottery Association

A WLA foi criada em 1999 e é uma associação que reúne Lotarias de Estado provenientes de mais de 80 países, com o objetivo de promover e defender os interesses deste sector.

PARTICIPAMOS EM GRUPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS:

EL, Legal Working Group;

EL, Public Order & Security;

EL, Public Affairs Coordination;

CIBELAE, Comisión Especial de Prevención del Lavado de Activos Y Financiación Del Terrorismo;

CIBELAE, Comisión Especial de Responsabilidad Social Corporativa y Juego Responsable;

CIBELAE, Comisión Especial Jurídica;

Grupo informal de reguladores de jogo *online*;

Grupo de Especialistas em jogo *online*, organizado pela Comissão Europeia, em representação do Estado Português;

Global Lottery Monitoring System (GLMS)^[3].

[3] A GLMS é uma entidade sem fins lucrativos mandatada pela comunidade de Lotarias a nível mundial para monitorizar as apostas desportivas e detetar padrões irregulares de apostas num esforço para combater a corrupção no desporto.

A ATIVIDADE DE GESTÃO



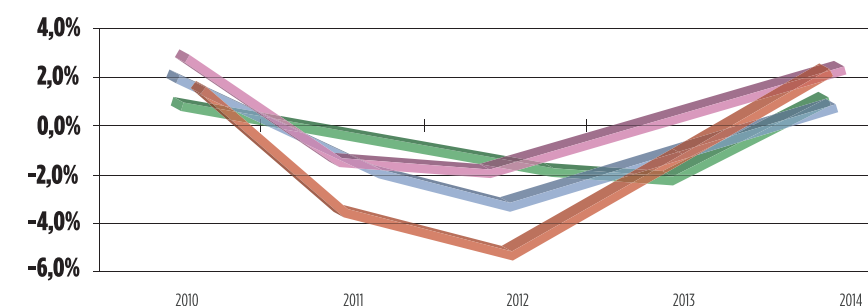
ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO DE 2014

No período, 2010 a 2014, insere-se o ciclo mais longo e mais intenso de recessão da economia portuguesa: trinta e cinco meses de ciclo reces-sivo, sob as medidas de austeridade previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o que, para os consumidores, se traduziu em profundos cortes de rendimento, quer pela redução dos salários, quer pelo fenómeno do desemprego, e em fortes restrições no acesso ao crédito.

A redução do rendimento disponível dos portugueses, e um novo contexto nos mecanismos de financiamento, vieram reconfigurar por completo os níveis e perfis de consumo, que hoje será seguramente um consumo “mais ponderado”.

Mercado do Jogo e Principais Indicadores Económicos (variação anual) - 2010 a 2014 (%)

■ PIB ■ Rendimento Disponível Bruto (Famílias)
■ Consumo Privado ■ Jogo a dinheiro (GGR*)



Ainda que moderadamente, o último ano ficou marcado pelo início de uma viragem na trajetória económica, com o alcance de variações positivas nos principais indicadores. Os dados mais recentes apontam para que, em 2014, o PIB tenha crescido 0,9%, o consumo privado 2,1% e o rendimento disponível 2,2%.

*GGR: Gross Gaming Revenue (Vendas Brutas-Prémios); Inclui estimativa das receitas do mercado não regulado

Fontes: INE, Sínteses Económicas de Conjuntura – janeiro 2013, janeiro 2014 e janeiro 2015; Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O MERCADO DE JOGO A DINHEIRO

Entre 2010 e 2013, o mercado do jogo a dinheiro^[4] registou uma queda acumulada de 4,2%, em linha com o expectável numa atividade pró-cíclica. Entre 2010 e 2014, já após a recuperação iniciada neste último ano, terá registado um decréscimo acumulado de 3,1%. Para os mesmos períodos, a descida acumulada do rendimento disponível foi de 3,1% e 1,0%, respetivamente.

Desta análise facilmente se conclui que, no ajustamento que os consumidores introduziram na alocação dos seus rendimentos, se reduziu, ainda que muito ligeiramente, o peso da despesa líquida das famílias em jogo a dinheiro. Em 2010, esta representava 1,0% do rendimento e, em 2014, a parcela de rendimento destinada ao Jogo foi de 0,98%.

APÓS UM LONGO PERÍODO DE QUEDA, A CONJUNTURA ECONÓMICA MAIS FAVORÁVEL EM 2014 DETERMINOU CRESCIMENTO DE 1,1% DO MERCADO DO JOGO A DINHEIRO

Em linha com a subida das variáveis económicas, estima-se um aumento das receitas do jogo em Portugal de 1,1% em 2014.

Nesta evolução, é notável o desempenho do Departamento de Jogos, uma vez que, na disputa pelo que os consumidores gastam em jogo, os Jogos Santa Casa saíram claramente ganhadores.

Mercado do Jogo e JSC - 2010 a 2014

(Milhões de euros; %)

■ GGR - TOTAL
■ GGR - JSC
● % Jogos Santa Casa



[4] O mercado do jogo a dinheiro é aqui medido através do GGR – Gross Gaming Revenue (Vendas Brutas deduzidas dos Prémios atribuídos aos apostadores), variável que permite uma comparação não enviesada entre as receitas dos diferentes operadores, ao eliminar o efeito do montante destinado a prémios (payout) que diverge de forma significativa, entre diferentes tipologias de jogo e modelos de operação.

2014 MARCADO PELA EXPECTATIVA DE NOVA REGULAÇÃO DO MERCADO DO JOGO EM PORTUGAL

O mercado do Jogo português foi marcado em 2014 não apenas pelos ténues sinais de retoma mas, também, num domínio completamente distinto, pelas alterações que ao longo do ano se foram perspetivando sobre a nova Lei do Jogo, embora esta não tenha chegado a entrar em vigor.

Não obstante, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa acompanhou de perto todos os desenvolvimentos realizados

sobre esta matéria, dadas as profundas alterações que uma futura entrada em vigor desta Lei trará às atividades de Jogo a dinheiro em Portugal, baseadas em novos regimes jurídicos de exploração e prática de Jogo *online*, de apostas hípicas mútuas e à cota, de apostas desportivas à cota de base territorial e de vídeo-bingo, tendo emitido parecer público.



No âmbito do projeto de alargamento das Apostas Desportivas à Cota à Rede de Mediadores, 2014 foi um ano de intenso trabalho para conclusão dos desenvolvimentos tecnológicos, bem como de definição e preparação para os processos operacionais e de negócio que serão o suporte à exploração deste novo Jogo.

O cumprimento do previsto no Plano de Atividades de 2014 permitiu assegurar que o Departamento de Jogos está preparado para explorar este novo Jogo quando o Governo aprovar o Decreto-Lei sobre as apostas desportivas à cota de base territorial, que prevê conceder a exploração à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em regime de exclusividade para todo o território nacional.

De facto, a exploração das Apostas Desportivas à Cota, dada a natureza específica deste Jogo, vai introduzir ainda no Departamento de Jogos a necessidade de reajustamentos em alguns dos seus processos internos e dar origem a novos processos, representando, por isso, novos desafios que a Organização está habituada a ultrapassar com êxito.

João Gonçalves Subdiretor da Área de Novas Apostas

ANÁLISE DE EXPLORAÇÃO



Os Jogos Santa Casa respondem, do ponto de vista financeiro, perante os apostadores, o Estado, os beneficiários institucionais dos resultados obtidos e restantes partes relacionadas. Esta responsabilidade é assegurada por uma gestão criteriosa e transparente, pela adequada cobertura dos riscos de liquidez e de crédito, e pela manutenção, em segurança, dos fundos obrigatórios e outros que se entendam necessários, zelando pela sólida situação financeira.

Não sendo o lucro o objetivo da exploração dos jogos sociais, cabe à área financeira a colaboração ativa e interessada na sua maximização, tendo em conta os desígnios de satisfação de necessidade de jogo idóneo e responsável. Esta colaboração traduz-se no acompanhamento e controlo dos movimentos patrimoniais e financeiros e no fornecimento dos dados, análises e estudos, que permitam às áreas operacionais e à própria Administração tomar as decisões mais ajustadas e eficientes.

Manuel Carlos Pereira Diretor de Gestão Financeira

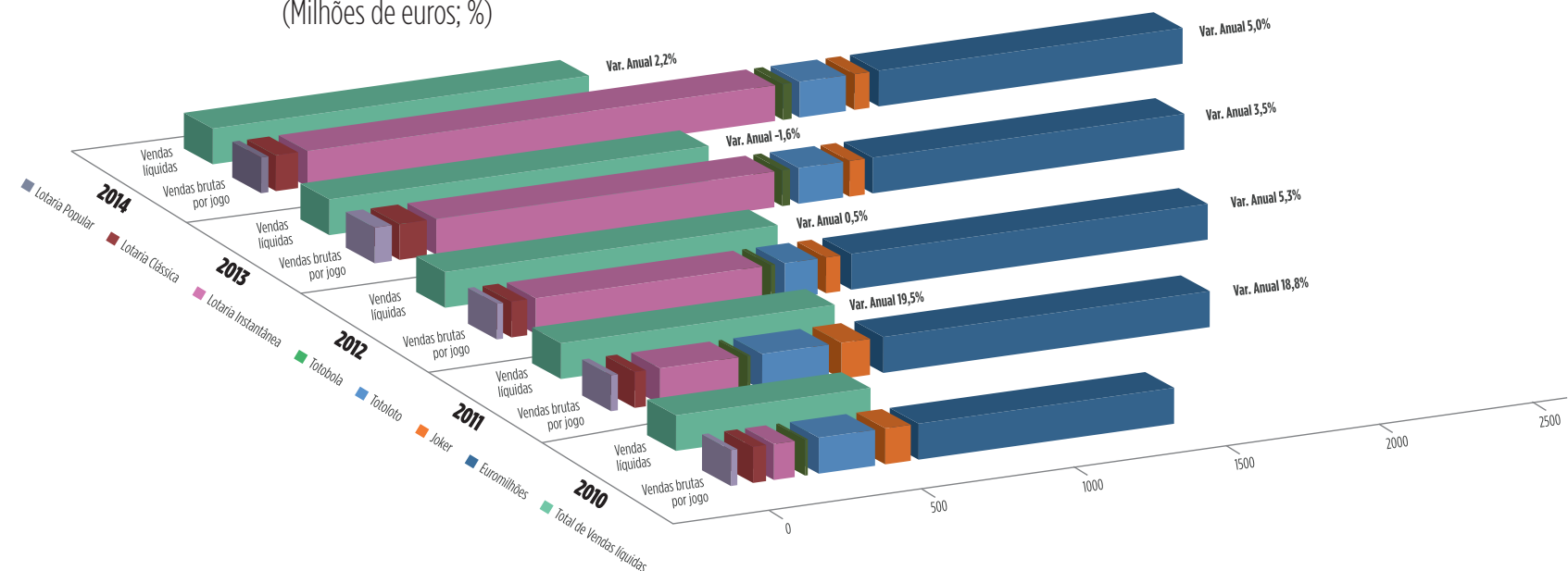
VENDAS LÍQUIDAS E RENDIMENTOS

ESTABILIDADE DOS RENDIMENTOS, APESAR DO CRESCIMENTO DO PESO DOS PRÉMIOS ATRIBUÍDOS E DAS REMUNERAÇÕES PAGAS AOS MEDIADORES

A evolução dos pesos relativos das vendas dos diferentes Jogos do portefólio Jogos Santa Casa tem vindo a ter impacto na forma como as vendas líquidas crescem, quando comparadas com as vendas brutas. De facto, o ganho de importância relativa da Lotaria Instantânea provocou uma evolução mais moderada das

vendas líquidas comparativamente às vendas brutas, uma vez que este Jogo tem implícitos valores superiores destinados a prémios e de remunerações pagas aos mediadores.

Vendas Brutas por Jogo e Vendas Líquidas - 2010 a 2014
(Milhões de euros; %)



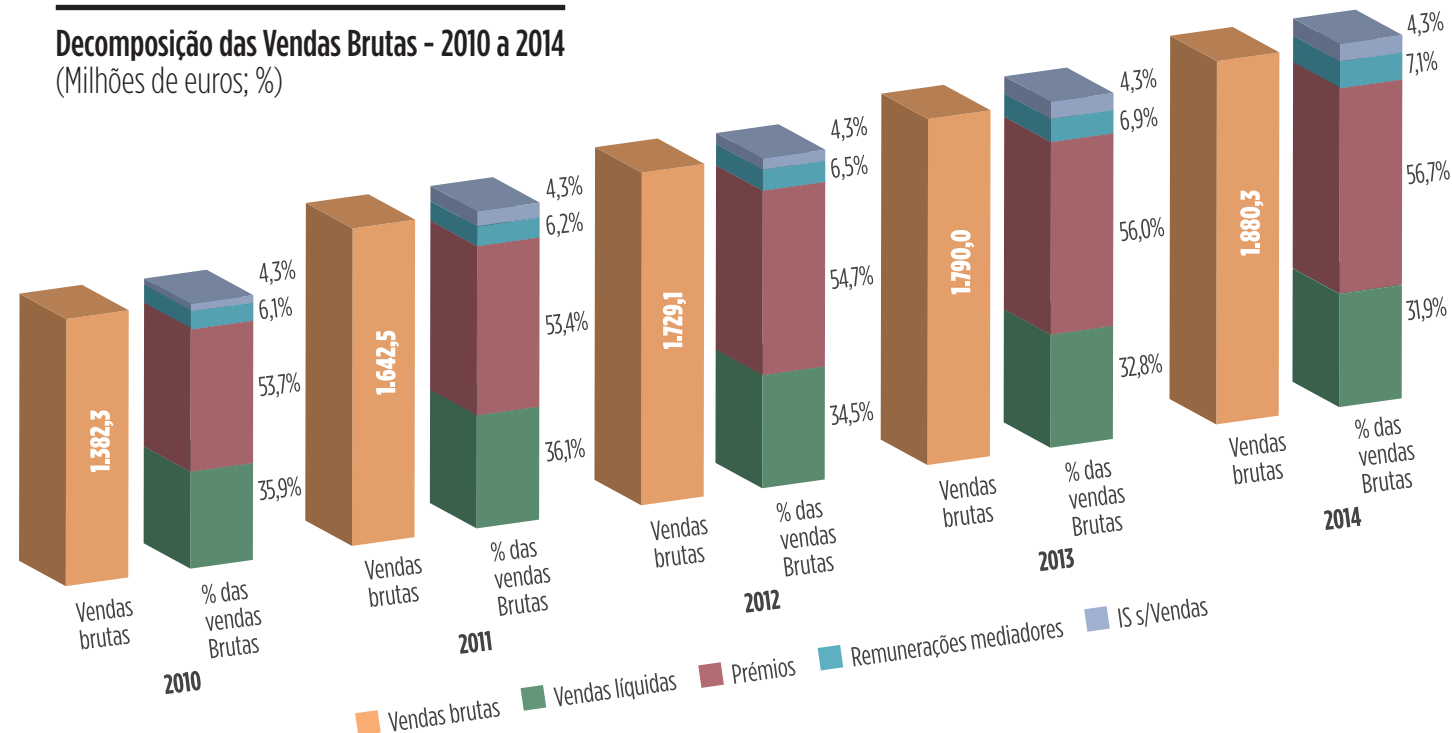
Por outro lado, face a taxas de colocação que se mantiveram a níveis reduzidos e em resultado da aleatoriedade própria da Lotaria Clássica, o *payout* real aumentou extraordinariamente nos últimos dois anos. Em 2013, o montante de prémios representou 78,7% das vendas brutas e, em 2014, esta proporção subiu para 88,5%. Em resultado, as vendas líquidas deste Jogo no último ano foram negativas (-2,2 milhões de euros), contribuindo, consequentemente, de forma também

negativa, para a formação dos rendimentos.

Este facto torna-se ainda mais visível ao decompor as vendas brutas nas suas diferentes componentes, de onde se evidencia uma crescente percentagem dos valores referentes aos prémios atribuídos, que passou de 53,7% em 2010 para 56,7%, em 2014.

Decomposição das Vendas Brutas - 2010 a 2014

(Milhões de euros; %)



As vendas líquidas representam a maior fatia dos rendimentos totais dos Jogos Santa Casa, tendo, no período em análise, oscilado entre os 95,1% (em 2013) e 97,5% (em 2014). Apesar desta percentagem não se ter alterado significativamente, o valor de 2014 revela que os outros rendimentos tiveram uma importância muito reduzida na formação dos rendimentos, assinalando-se uma diminuição dos prémios caducados.

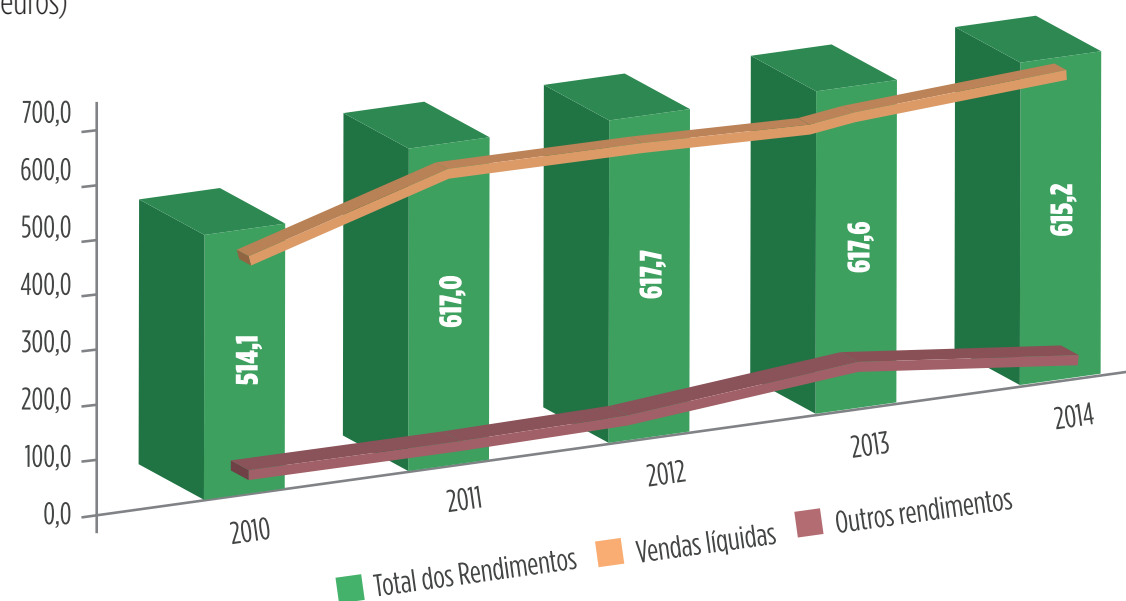
Em 2013, como já atrás referido, os prémios caducados tiveram um comportamento excecional devido ao facto de ter caducado um prémio do Joker no valor de 13,7 milhões de

euros. Por este motivo, esta rubrica apresenta uma descida de 62,6% entre 2013 e 2014. No entanto, mesmo calculando a variação corrigida deste efeito, a evolução teria sido de -14,5%, o que manifesta uma tendência para uma **redução efetiva da ocorrência da caducidade dos prémios**.

O total dos rendimentos tem vindo, assim, a estabilizar, não apresentando variações significativas nos últimos anos.

Total dos Rendimentos - 2010 a 2014

(Milhões de euros)



GASTOS

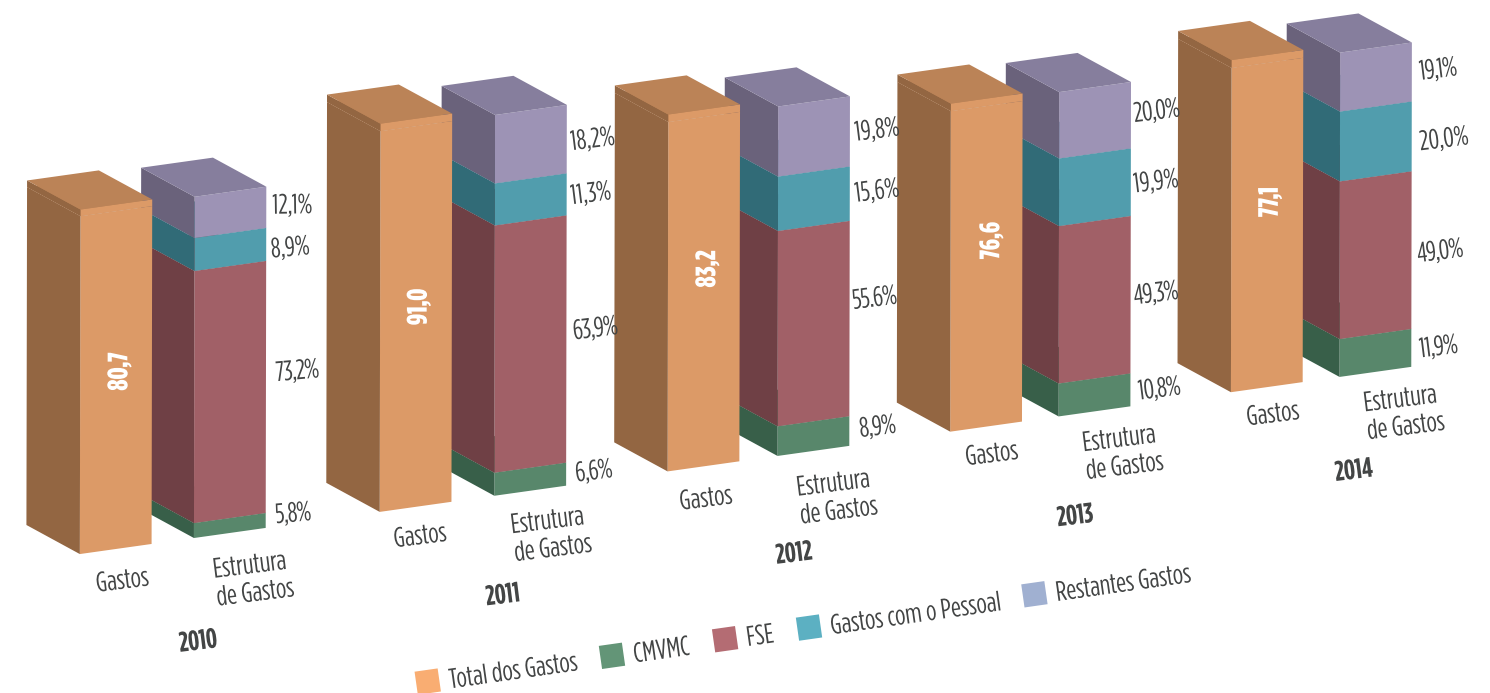
MAIOR EFICIÊNCIA NA EXPLORAÇÃO DOS JOGOS SOCIAIS EM RESULTADO DA MODERAÇÃO DOS CUSTOS DE OPERAÇÃO

O nível de gastos realizados pelos Jogos Santa Casa na sua atividade operacional tem vindo a manifestar uma tendência decrescente, apesar do incremento que se tem verificado do lado das vendas. Em 2014, face a 2013, o total dos gastos subiu apenas 0,8%. Entre 2010 e 2014, os gastos reduziram-se 4,5%.

Este comportamento resulta de um esforço do Departamento de Jogos no sentido de tornar a sua atividade cada vez mais eficiente, otimizando os recursos empregues na exploração dos jogos sociais.

Estrutura dos Gastos - 2010 a 2014

(Milhões de euros; %)



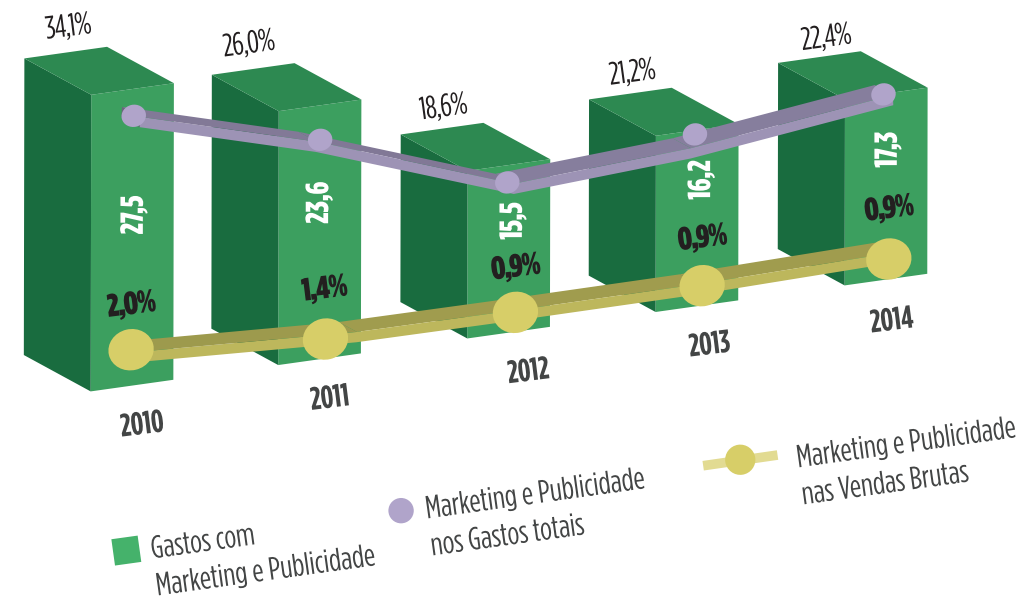
O crescimento dos gastos com pessoal é explicado pelo facto de, em 2013, o Departamento de Jogos ter internalizado um conjunto de funções instrumentais que estavam centralizadas na Santa Casa. Contudo, ao longo de 2014, estes gastos estabilizaram, tendo mantido o seu peso relativo no total de gastos registado.

Por sua vez, apesar da menor importância relativa que representam na estrutura de gastos, é de assinalar o crescimento dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que corresponde maioritariamente aos consumíveis de jogo, nomeadamente, rolos e bilhetes. Dada a sua natureza variável, e mantendo-se o nível de preços associados, esta rubrica acompanhará naturalmente o crescimento das vendas.

O comportamento dos gastos classificados como fornecimentos e serviços externos, é justificado pelo facto de, entre estes, se estar a reduzir aqueles que se materializam como gastos de estrutura, dando-se prioridade aos gastos de carácter mais variável, como o marketing e publicidade.

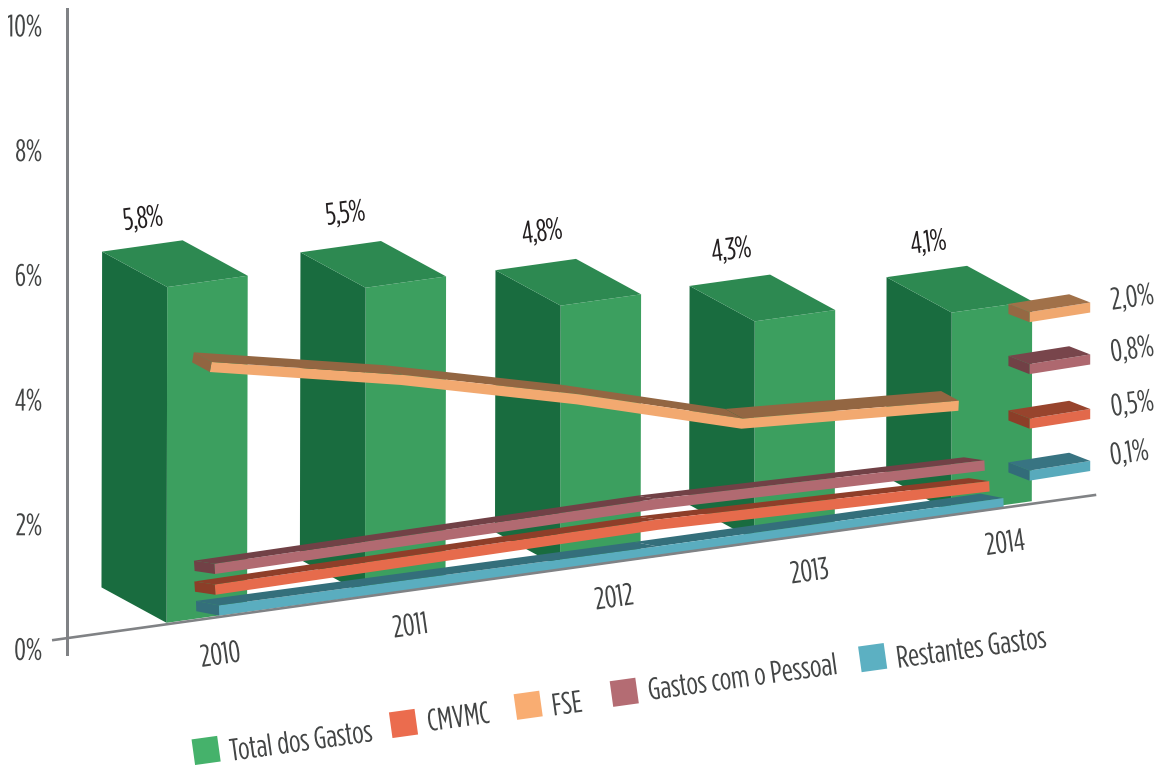
Apesar do corte significativo verificado em 2012, as despesas com campanhas de produto e institucionais, bem como os patrocínios, têm aumentado nos últimos três anos sustentada e estrategicamente, como forma de divulgação dos Jogos Santa Casa e o resultado tem sido visivelmente positivo.

Marketing e Publicidade em % dos Gastos Totais e das Vendas Brutas - 2010 a 2014
(milhões de euros; %)



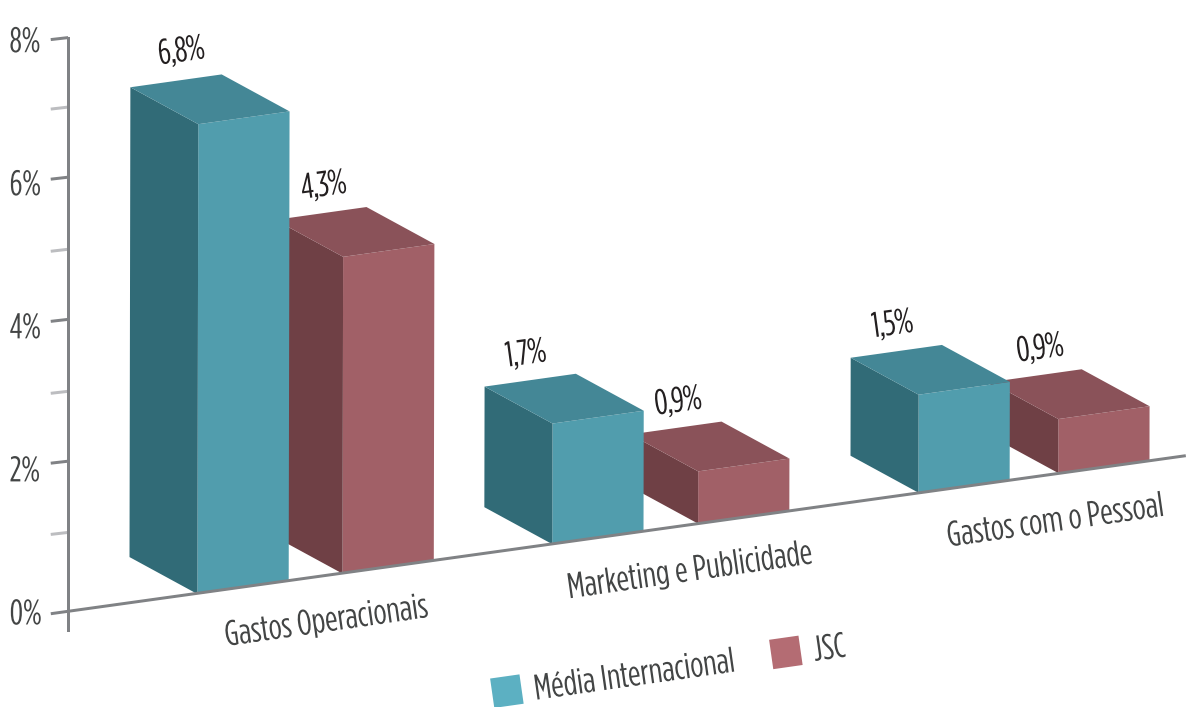
Por último, deve ser evidenciada a redução do custo da operação ao longo do período em análise, tendo-se **reduzido significativamente o peso dos gastos operacionais no total das vendas brutas**.

Gastos Totais e por Natureza em % das Vendas Brutas - 2010 a 2014
(%)



Estes ganhos de eficiência tornam-se ainda mais consideráveis se comparados com os *benchmarks* internacionais, em que os Jogos Santa Casa se diferenciam pela positiva.

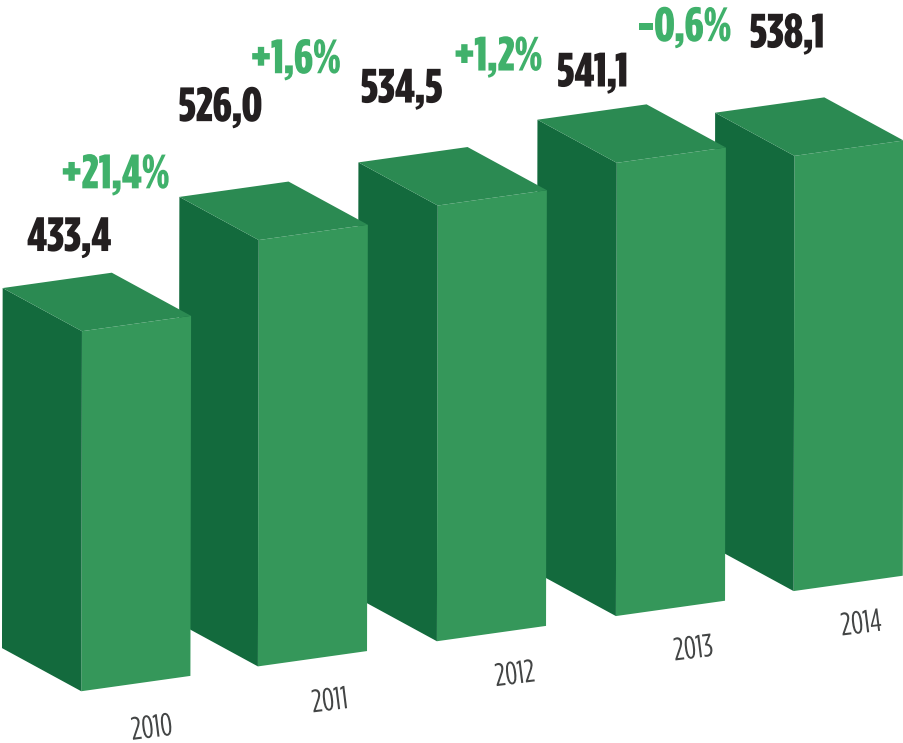
Gastos em % das Vendas Brutas - Comparação Internacional - 2013
(%)



RESULTADOS E RENDIBILIDADE

Em 2014, os resultados líquidos da exploração dos Jogos Santa Casa situaram-se em 538,1 milhões de euros.

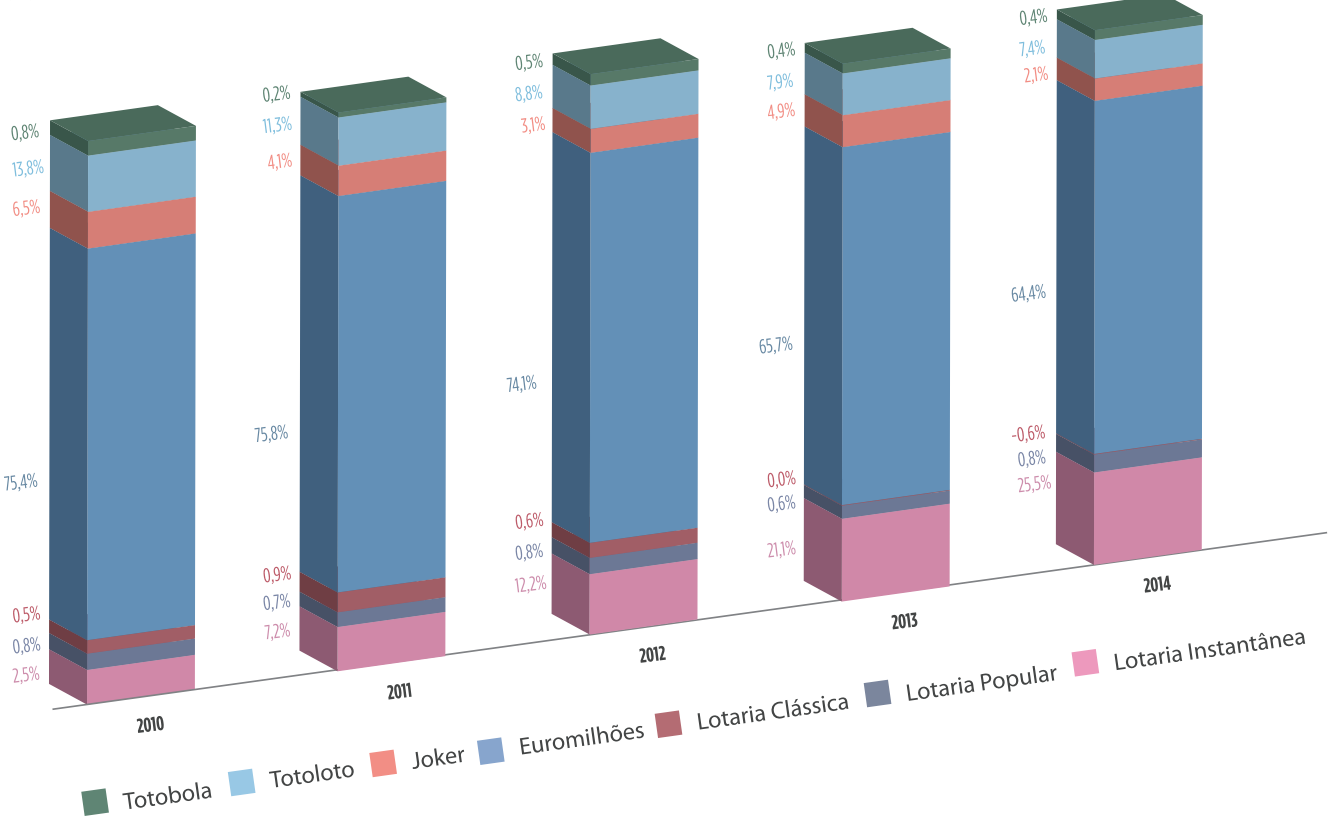
Resultados Líquidos de Exploração - 2010 a 2014
(Milhões de euros; %)



O valor obtido em 2014 representa uma ligeira descida em relação ao ano anterior. Contudo, esta resulta de, em 2013 ter ocorrido um facto de natureza “irrepetível” que condicionou a evolução futura. Já o referimos repetidamente, trata-se de um prémio caducado do Joker em 2013 e, no caso em concreto, o seu impacto foi de 2,6 pontos percentuais. Ou seja, anulando o seu efeito, o crescimento dos resultados em 2014 teria sido de 2,0%.

Há que referir, porém, o contributo negativo da Lotaria Clássica para a formação dos resultados, tendo este Jogo registado um prejuízo de 3,2 milhões de euros em 2014. O Jogo que continua a dar maior contributo para a formação dos resultados é o Euromilhões, mas é manifesto o crescimento da Lotaria Instantânea.

Resultados por Jogo em % dos Resultados Líquidos de Exploração - 2010 a 2014
(%)



Graças ao bom desempenho das vendas, ao equilíbrio conseguido nos rendimentos e à racionalização de gastos, os resultados obtidos pelos Jogos Santa Casa têm evoluído

de forma sustentada, como demonstram os principais indicadores de análise.

Indicadores de Exploração - 2010 a 2014
(Milhões de euros; %)

	2010	2011	2012	2013	2014
Rendimentos operacionais	514,1	617,0	617,7	617,6	615,2
Gastos operacionais	80,4	90,0	83,1	76,3	76,6
EBITDA	436,9	530,4	538,0	544,6	540,7
Resultado operacional	433,7	526,7	534,5	541,3	538,6
Resultado líquido do período	433,4	526,0	534,5	541,1	538,1
Margem EBITDA	31,6%	32,3%	31,1%	30,4%	28,8%
Margem operacional	31,4%	32,1%	30,9%	30,2%	28,6%
Margem líquida	31,4%	32,0%	30,9%	30,2%	28,6%

As margens incidem sobre as vendas brutas dos Jogos.

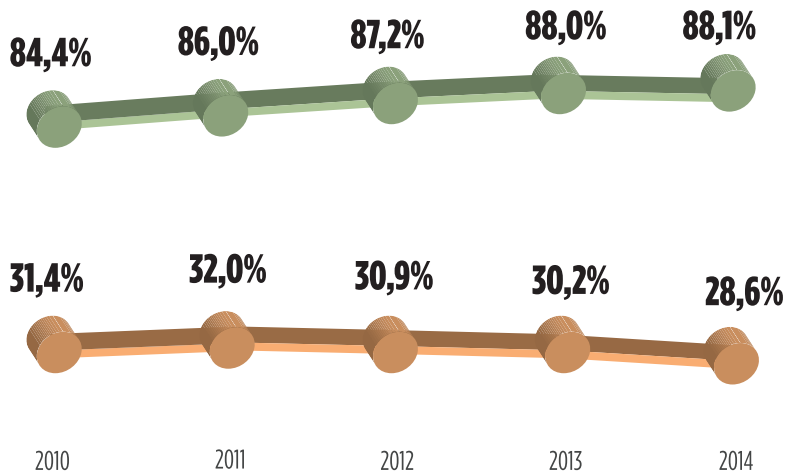
RENDIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO REVELA COMPORTAMENTO POSITIVO ANO APÓS ANO NA ATIVIDADE DOS JOGOS SANTA CASA

As diminuições das margens EBITDA, operacionais e líquidas, prendem-se fundamentalmente com o facto de estarem a aumentar os montantes destinados a prémios e as remunerações pagas aos mediadores. Como tal, a rentabilidade das vendas tende a descer.

Contudo, ao medir-se a rentabilidade de exploração, em que é feita a correção dos prémios caducados e passa a constituir a base de cálculo as vendas líquidas e não as vendas brutas, conclui-se que a rentabilidade operacional tem vindo a evoluir positivamente.

Rendibilidade Bruta e de Exploração - 2010 a 2014 (%)

- Rendibilidade Bruta das Vendas
- Rendibilidade Líquida de Exploração



Em resumo:
Evolução das Vendas Brutas 2014 vs 2010: +36,0%
Evolução dos Gastos 2014 vs 2010: -4,5%
Evolução dos Resultados Líquidos de Exploração 2014 vs 2010: +24,1%

ESTRATÉGIA E OPERAÇÃO



CANAIS DE VENDA

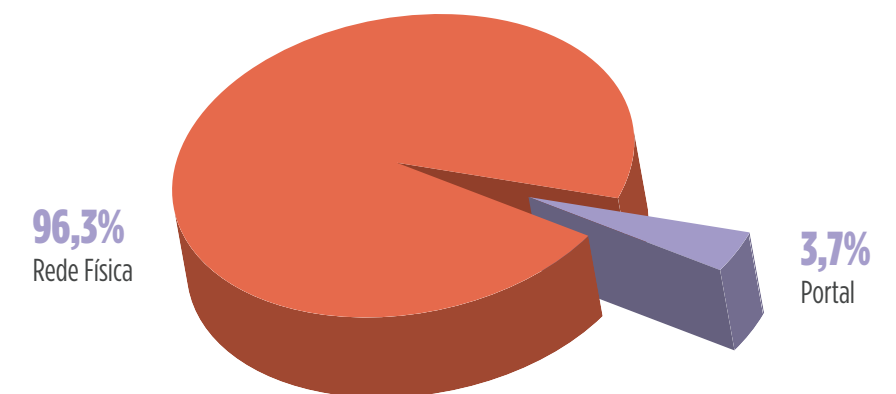
REDE FÍSICA

A REDE COMERCIAL TEM A PREFERÊNCIA DOS APOSTADORES PORTUGUESES.

A repartição de vendas por canal manteve-se em 2014, continuando a verificar-se que a maioria **dos apostadores nos jogos sociais do Estado prefere fazê-lo na Rede Física**.

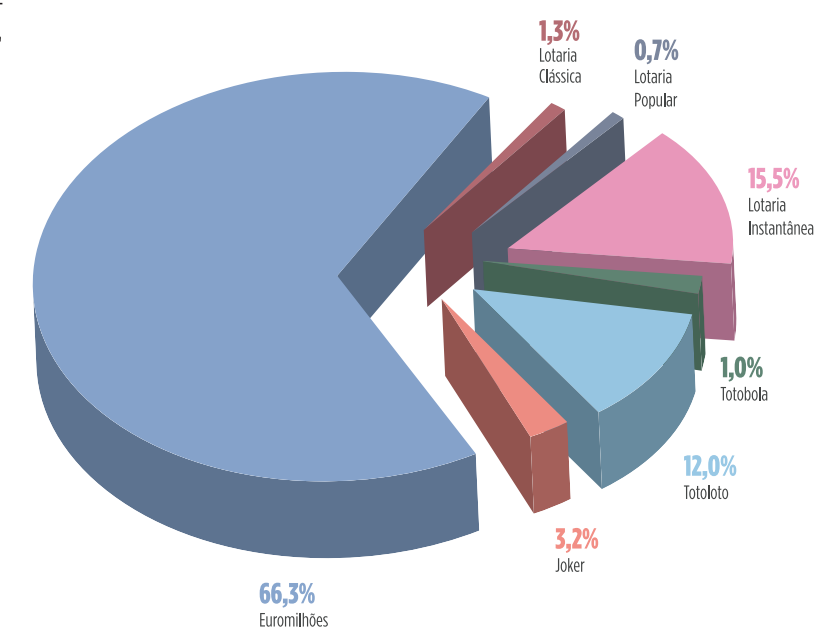
Na nossa base territorial registaram-se vendas no valor de **1.810,0 milhões de euros**.

Repartição das Vendas Brutas por Canal - 2014 (%)



As vendas através do Portal Jogos Santa Casa, embora com um crescimento de 7,7% em relação a 2013, superior portanto, ao do total das vendas, representaram 3,7% do total de vendas, ou seja, 70,3 milhões de euros.

Estrutura de Vendas Brutas Portal Jogos Santa Casa – 2014 (%)



REDE COMERCIAL – OS MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO



O ano de 2014 registou o maior número de prospeções comerciais das últimas três décadas em todo o país, com especial relevância nas Ilhas e Interior, com vista a um aumento do número de espaços de comercialização e uma melhor cobertura da Rede de mediadores dos jogos sociais do Estado, criando-se as condições para mais portugueses apostarem nos Jogos Santa Casa.

Procurando estar nos locais onde existem fluxos relevantes de pessoas, das prospeções efetuadas resultaram 800 publicações de procedimentos de seleção de mediadores, para abertura de novos pontos de venda no comércio tradicional e em galerias comerciais.

Reforçámos a nossa presença em áreas onde já existiam mediações e posicionámo-nos em novas áreas onde não existia a oferta de jogos sociais do Estado.

António Ricardo Subdiretor da Área de Gestão Comercial

O longo período de dificuldades económicas sentidas em Portugal condicionou as famílias na forma de aplicação dos seus rendimentos disponíveis, cada vez mais limitados, e estabeleceu novos hábitos de consumo.

Grande parte das experiências vividas pelos portugueses, a sua brusca necessidade de reajustamento e adoção de um novo modelo de vida, fez com que os **espaços públicos e de convívio social** ganhassem uma nova dinâmica e relevância para a sociedade portuguesa.

Perante estas novas tendências da geografia do consumo, que privilegiam o que é oferecido no espaço público e em proximidade, o Canal de Vendas Físico, tido como tradicional, foi um canal de forte aposta durante o ano de 2014, pela sua **inquestionável capacidade de permitir aliar o entretenimento partilhado, o convívio e a fruição do referido espaço público.**

O PAPEL DA REDE COMERCIAL DOS MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO REFORÇA, ASSIM, A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS SANTA CASA COMO INSTRUMENTO DE REFORÇO DA COESÃO SOCIAL.

Depois do enorme esforço empreendido pelos portugueses, e que implicou um ajuste rápido à sua nova condição socioeconómica, houve um fator que se manteve e se projetou em 2014: a **Esperança.**

Nesse sentido, os jogos sociais do Estado, através de um pequeno dispêndio comportável e adequado a este novo contexto de consumo, permitiram que fossem os portugue-

ses, eles próprios e individualmente, capazes de suportar o pagamento de uma pequena quantia numa aposta que lhes pudesse concretizar o sonho de melhorar a sua vida.

A nossa Rede de mediadores, presentes em todo o território nacional, conferiu expressão física à **possibilidade de sonhar.**



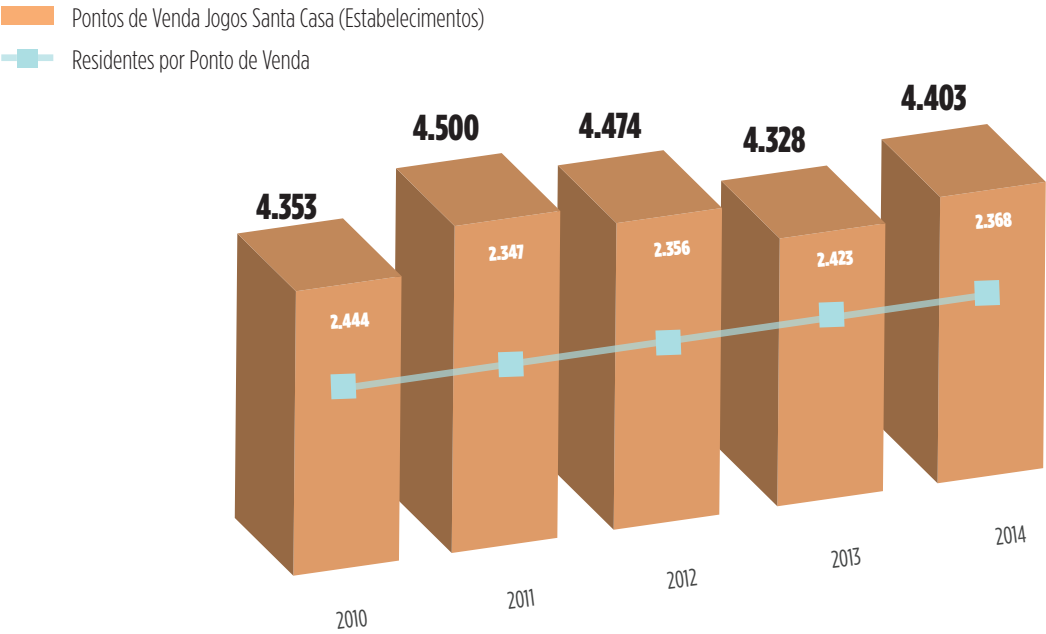
2014 foi um ano em que os apostadores não efetuaram apostas de grande valor, fizeram uma maior diversificação nas mesmas. No entanto, o saldo foi bastante positivo. A colocação dos novos terminais ajudou muito o apostador a ser atendido com uma maior segurança e rapidez.

Os Jogos Santa Casa provocam, tanto nos mediadores como nos apostadores, o sentido de segurança, confiança e esperança.

Manuel Simões Lopes Gerente da “Manuel da Silva Braga & Cª, Lda.”, Porto

Os estabelecimentos comerciais onde se desenvolve a atividade de mediador dos jogos sociais do Estado promoveram a dinamização da atividade empresarial, fomentaram o emprego e contribuíram para o reforço da economia local. As remunerações pagas aos mediadores **garantiram, a um número significativo de pequenas empresas, instaladas em todas as regiões do País, o financiamento e o suporte da sua atividade comercial.**

Pontos de Venda e Residentes por Ponto de Venda - 2010 a 2014



O crescimento da Rede em 2014 permitiu aumentar a oferta dos Jogos Santa Casa às populações.

O processo de reorganização administrativa do território nacional, e o consequente aumento do índice populacional agregado por freguesia, no absoluto respeito pelo índice de cobertura geográfica em que assenta a política de expansão da Rede Comercial, permitiu a abertura de mais pontos de venda e, assim, acompanhar mais eficazmente as necessidades da procura de jogo a dinheiro.

Em 2014, e ao contrário da redução verificada nos dois anos anteriores, a Rede Comercial passou a contar com mais 75 pontos de venda, resultantes da estratégia de expansão levada a cabo pelo Departamento de Jogos.

Ainda assim, o Departamento de Jogos manteve-se relativamente afastado da realidade de outras lotarias mundiais em que as suas redes comerciais são estabelecidas através do índice de ponto de venda que estabelece uma mediação por cada mil habitantes. A média mundial em 2013^[5] foi de 0,63.

Os Jogos Santa Casa apresentaram nesse ano um índice de 0,41, tendo em 2014 atingido um índice de 0,42.

É gratificante, como mediador, sentir que os apostadores ao jogar alimentam a esperança de um dia o jogo lhes dar uma vida melhor. Mas o mais importante é o sentimento de que, ao jogarem, estão a ajudar aqueles que mais precisam.

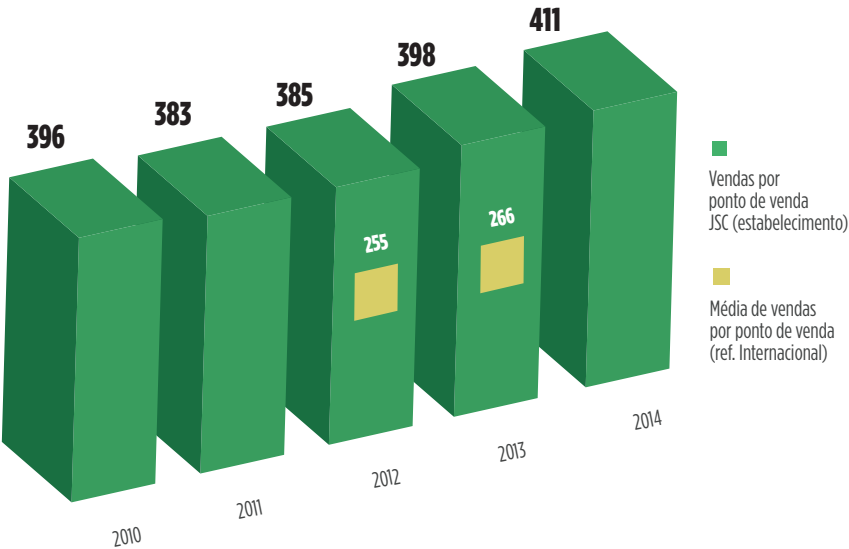
A Santa Casa sempre teve Jogos que, ao longo do tempo, foram crescendo na variedade e rigor. Neste momento é uma Instituição que transmite credibilidade, confiança e esperança a todos os apostadores dos Jogos Santa Casa.

António Abreu Gerente da “Vícios Urbanos”, Coimbra

Por outro lado, comparando o volume de vendas por estabelecimento, os Jogos Santa Casa situam-se consideravelmente acima dos referenciais internacionais. Em 2013, a média de vendas das Lotarias Internacionais foi de 256 mil

euros por ponto de venda, enquanto as receitas dos Jogos Santa Casa foram de 398 mil euros. Já em 2014 atingiram os 411 mil euros.

Vendas Brutas por Ponto de Venda - 2010 a 2014 (Milhares de euros)



[5] MECN, Lottery Benchmarking Study – 2014/2015 Edition

MODERNIZAÇÃO DOS PONTOS DE VENDA: RENOVAÇÃO DE TODOS OS TERMINAIS DE JOGO

Foi concluída, no último semestre de 2014, a substituição total dos equipamentos de registo de apostas, ficando assim os pontos de venda dotados de terminais modernos e de novas impressoras. Foi ainda possível disponibilizar um novo equipamento, agregado a estes terminais de jogo: um LCD para comunicar com os apostadores da Rede Física de forma atempada, contínua e eficaz.

Os novos terminais de jogo apresentam uma estética renovada e permitiram uma melhoria das funcionalidades e um desempenho mais eficiente ao nível das operações na mediação, o que se traduziu numa maior capacidade de resposta ao apostador.

Do ponto de vista técnico, os novos equipamentos são compostos por módulos que possibilitam uma assistência mais rápida, o que implica a redução dos tempos de intervenção e o aumento da disponibilidade dos equipamentos para as tarefas do registo de apostas.



Os jogos sociais, cuja exploração se encontra atribuída pelo Estado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, têm um papel preponderante na Sociedade, que lhe advém do facto de, desde sempre, os proventos líquidos deste tipo de jogos serem destinados a financiar apoio àqueles que são os mais carecidos e necessitados da nossa sociedade.

Hoje mais do que nunca, os jogos sociais representam, para a maior parte dos apostadores, uma enorme fonte de esperança e de sonho num futuro melhor, quer para si, quer para os seus mais próximos.

O ano de 2014 foi um ano extremamente positivo. Tal advém do facto de terem sido instalados os novos terminais de Jogos, cuja eficiência e rapidez permitem uma enorme melhoria em termos operacionais, e maior rapidez no atendimento dos apostadores.

Vasco de Mello Sócio-gerente da “Casa Campião”, Lisboa



Em termos gerais, este projeto não se resumiu meramente a aspetos relacionados com tecnologia e com a substituição de terminais antigos por novos, mas também à renovação de outras componentes como o design, a usabilidade e a comunicação com o sistema central, permitindo, ainda, homogeneizar processos, tendo sido elo de ligação na implementação dos projetos de uniformização de pagamento de prémios e de uniformização na faturação dos jogos. Foram ainda introduzidas novas componentes de monitorização e de comunicação, promovendo rapidez e eficácia na disponibilização de informação a apostadores e mediadores.

A última fase: a substituição dos terminais em toda a rede decorreu nas 40 semanas previstas com a substituição de 4.404 terminais, somente possível pelo empenho das equipas que o executaram.

Carla Berlim Subdiretora da Área Técnica

REVISÃO DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A GESTÃO DA REDE COMERCIAL

Foi introduzida uma alteração ao sistema de cobrança dos valores devidos pelos mediadores, através da unificação da prestação de contas para todos os Jogos, tornando desta forma o processo mais simples e objetivo.

Com o objetivo de promover e suportar a sustentabilidade económica dos mediadores, foi ainda alterado o critério para a prestação de caução obrigatória por parte dos mediadores, passando esta a ser transversal e aplicável a todos os jogos.

NOVOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE MEDIADORES: PROCESSO MAIS EXIGENTE

Tendo como objetivo satisfazer a necessidade de procura de jogo a dinheiro pela oferta legal do Estado, foram introduzidas adaptações aos critérios de seleção para novos mediadores, nomeadamente o reforço do peso dos critérios que permitem atestar a idoneidade dos candidatos.

INCLUSÃO DA REDE COMERCIAL NO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

Os mediadores dos jogos sociais do Estado estão abrangidos pelo “Sistema de Gestão da Segurança da Informação” enquanto parte interessada.

No âmbito da certificação do Departamento de Jogos e no que respeita a este sistema, foi realizada uma auditoria à Rede Comercial, que se focou sobretudo nos procedimentos de gestão do negócio.

Os mediadores auditados foram selecionados com base em critérios de amostragem e são representativos do universo de mediadores dos jogos sociais do Estado.

FORMAÇÃO

Todas as alterações introduzidas na Rede Comercial e a sua expansão fizeram com que 2014 tenha sido um ano intenso no que respeita a formação. Foram organizadas 302 ações, em todo o País, por forma a abranger a totalidade da Rede, tendo participado cerca de 7.530 colaboradores dos mediadores dos jogos sociais do Estado.



O jogo é, por definição, um desafio à sorte, daí que seja uma atividade estimulante e de entretenimento, gerando sentimentos de tensão e alegria, projetados no legítimo exercício do sonho de quem aposta.

Os jogos sociais do Estado dependem, tão só, de uma contingência baseada em probabilidades matemáticas, libertando o jogador da responsabilidade da qualidade do seu desempenho o que, tornando irracional o seu desfecho estimula a esperança no “bom destino”. Este facto é determinante para que TODOS, sem exceção, possam ser apostadores com sucesso!

O ponto forte do ano 2014 focalizou-se na transformação tecnológica efetuada pela Santa Casa da Misericórdia no sistema de apostas de jogos. Entre outras vantagens, com estes novos terminais foi possível aumentar a eficiência e rapidez da receção de apostas e leitura de prémios e dispor de informação atualizada sobre os resultados financeiros de cada mediador. Os novos terminais apresentam um ecrã LCD de maiores dimensões, que fornece mais informação aos apostadores, além da operação realizada.

Foi uma medida importante, que garante segurança, celeridade e comodidade ao processo de pagamento de prémios, quer para o Apostador, quer para o Mediador. E estão igualmente preparados para receber novos Jogos, que é sem dúvida o grande desafio que se coloca para os próximos anos.

Alfredo da Cunha Calvão Presidente do Conselho de Administração da Casa da Sorte, Lisboa



2014 foi um ano bom na medida em que todas as alterações introduzidas pela Santa Casa vieram proporcionar um serviço mais eficiente, célere e de melhor perceção para os apostadores. Enquanto mediadores somos uma extensão dos sonhos preconizados pela Santa Casa.

Bruno Ferreira Gerente da “Jornal & Companhia”, Madeira

CANAIS *ONLINE*

Para a maior parte das Lotarias a nível internacional, os canais digitais, como suporte ao negócio, são prioritários e cada vez mais importantes no modelo de exploração do negócio.

No entanto, os Jogos Santa Casa têm bem presente que o jogo a dinheiro praticado num contexto de maior isolamento pode acarretar riscos acrescidos para os apostadores, já que não estão presentes as condicionantes sociais que se fazem sentir quando as apostas são realizadas na rede física.

Relativamente aos Jogos Santa Casa, esta análise procura equilibrar o resultado da observação do comportamento e tendências dos consumidores, com a necessidade de acompanhar as tendências do mercado do Jogo.



CANAL *ONLINE*: UMA FORMA DE PROXIMIDADE

Este canal constitui um instrumento capaz de complementar a oferta de jogo disponibilizada através do canal tradicional, sendo ainda um veículo eficaz de comunicação.

Este canal permite, assim, e enquanto ferramenta de comunicação, disponibilizar informação útil, atempada e atualizada aos nossos apostadores,

de forma permanente e ao alcance de todos.

A utilização do Portal Jogos Santa Casa, cumprindo os requisitos de Jogo Responsável, permite satisfazer a procura de jogo a dinheiro por parte de apostadores mais jovens e utilizadores regulares de tecnologias digitais.

PERCENTAGEM DE APOSTAS *ONLINE* EM CONSONÂNCIA COM AS TENDÊNCIAS OBSERVADAS NAS LOTARIAS CONGÊNERES.

Se compararmos o peso das vendas *online* dos Jogos Santa Casa (3,7%) com o de outras Lotarias que têm portfólios de jogos e plataformas de oferta semelhantes, observamos um comportamento idêntico.

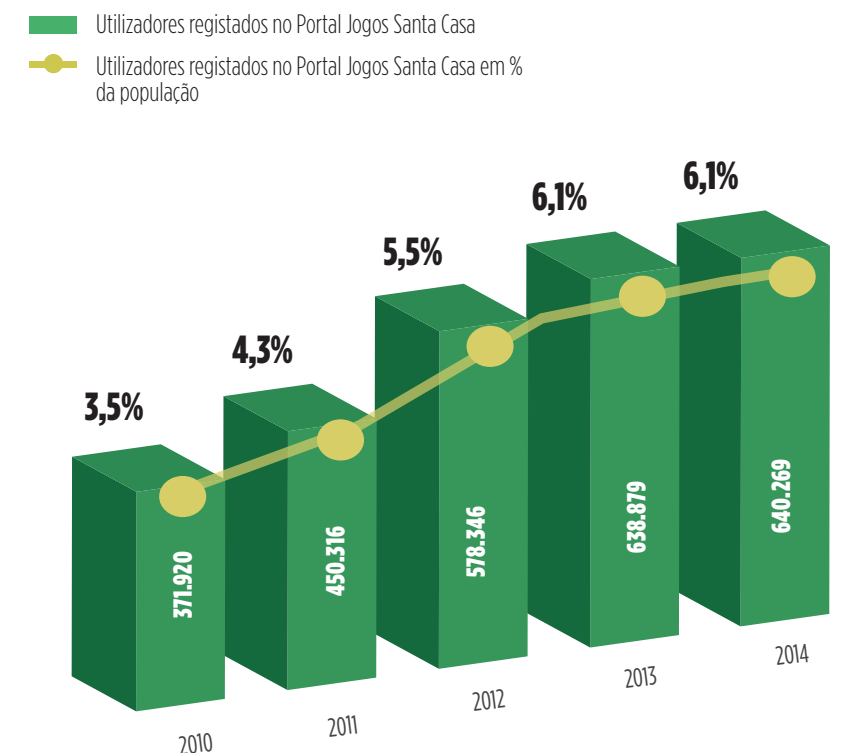
Os utilizadores registados no Portal Jogos Santa Casa atingiram, em 2014, um total de 640.269 apostadores. Em 2013, esta percentagem era de 6,1%, sendo assim superior à média internacional de 4,6%. Em 2014, manteve-se esta proporção.

A constância do número de utilizadores em 2014 reflete a introdução de medidas no âmbito do cartão de jogador, que tiveram como objetivo validar a conformidade e veracidade dos dados disponibilizados voluntariamente pelos apostadores.

Cumprindo aqueles que são os pressupostos de Jogo Responsável, os apostadores que não aderiram a este processo de validação viram os seus cartões de jogador suspensos ou desativados, o que os impossibilitou de jogar.

No entanto, os desenvolvimentos efetuados durante o ano de 2014, em projetos para lançamento de novas plataformas multicanal, faz com que a expectativa dos Jogos Santa Casa seja, num futuro próximo, a de aumentar o número de apostadores.

Utilizadores registados no Portal JSC - total e em % da população - 2010 a 2014 (número; %)



Em termos de caracterização do perfil dos apostadores *online* podemos concluir, a partir da análise de indicadores disponíveis, que:

- O segmento de apostadores entre os 20 e os 40 anos aumentou;

- Os segmentos entre os 40 e os 60 anos e entre os 60 e 80 anos diminuirão;
- A percentagem de mulheres registadas aumentou, passando de 20% para 23%.

NOVOS FORMATOS DE COMUNICAÇÃO *ONLINE*

Em 2014, os Jogos Santa Casa apostaram em novos formatos de comunicação através das potencialidades disponíveis no seu Portal.

Via *e-mail marketing*, procederam ao envio semanal de *newsletter* aos utilizadores registados, reforçando a frequência da comunicação e uma relação de proximidade com os seus apostadores *online*.

REFORÇO DA IDENTIFICAÇÃO DOS APOSTADORES DO PORTAL JOGOS SANTA CASA

Para maior segurança dos apostadores, para combater a fraude e branqueamento de capitais reforçámos, em 2014, o processo de identificação dos apostadores registados no Portal Jogos Santa Casa.

Foi implementado um processo de validação documental, de forma a atestar a identidade e a criar a evidência do controlo efetivo da idade dos apostadores, permitindo também tornar, ainda mais transparente, o pagamento de prémios aos seus verdadeiros titulares.

Desde o lançamento do Portal Jogos Santa Casa em 2004, a realização de apostas *online* nos jogos sociais do Estado está sujeita às regras estabelecidas pelas **Condições Gerais de Utilização do Cartão de Jogador (CGUCJ)**, que os apostadores, expressamente, aceitam e nos termos das quais ficou, desde logo, estabelecida a possibilidade do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Departamento de Jogos) solicitar a confirmação dos dados indicados, através do envio de um documento comprovativo dos mesmos.

Verificando-se, ao longo do tempo, a necessidade crescente de confirmação dos dados pessoais dos apostadores e face ao plano de expansão do tipo de Jogos oferecidos no Portal Jogos Santa Casa, em 2013 o Departamento de Jogos alterou as **CGUCJ** no sentido de tornar obrigatório o envio do comprovativo - no dia 1 de julho desse ano e após comunicação efetuada a todos os apostadores, o envio do comprovativo do documento de identificação pessoal passou a ser obrigatório.

No cumprimento da Lei n.º 67/98 de 26 de outubro, "Lei da Proteção de Dados Pessoais", importa reforçar que todos os documentos são destruídos, após a sua validação.

APLICAÇÃO DE JOGO EM TV INTERATIVA

Com o objetivo de alargar a sua base de apostadores e disponibilizar a sua oferta de jogo em novas plataformas digitais, os Jogos Santa Casa iniciaram o desenvolvimento de uma solução inovadora e permanente que lhes permitirá acompanhar a evolução tecnológica necessária ao negócio e ir ao encontro das expectativas e necessidades dos seus apostadores.

O projeto consiste no desenvolvimento de um canal de conteúdos para divulgação da atividade institucional dos Jogos Santa Casa, em simultâneo com a disponibilização de uma plataforma de jogo e de consulta de Chaves e Resultados.

OS JOGOS SANTA CASA NO CANAL MOBILE

Segundo estudos do *The Consumer Intelligence Lab*, **57% dos portugueses que utilizam a internet acedem através de equipamentos portáteis**. Assim, e indo ao encontro desta tendência de consumo, foi iniciado o processo de desenho das aplicações de jogo para telemóveis (*smartphones*) e os *tablets*, estando o lançamento previsto para o 2.º trimestre de 2015.



A COMUNICAÇÃO NA AFIRMAÇÃO DA MARCA

A marca Jogos Santa Casa constitui hoje um importante ativo na exploração dos jogos sociais do Estado.

Ao facilitar o reconhecimento perante as demais marcas no mercado, favorece a fidelização dos apostadores transformando-se numa ferramenta central e num ativo crítico para o Departamento de Jogos.

A marca Jogos Santa Casa afirma-se pela sua notoriedade e reputação que a distingue.

Internamente, a comunicação fortalece o sentimento de pertença das equipas que, no dia-a-dia, contribuem ativamente para o sucesso da atividade que é desenvolvida.

A marca Jogos Santa Casa encerra em si uma identidade própria e valores únicos que constituem, também eles, a sua matriz: idoneidade, integridade, rigor, tradição e confiança.

Através da assinatura "Uma Boa Aposta", reforça-se a comunicação do destino das verbas resultantes da atividade de exploração dos jogos sociais do Estado: o financiamento das "Boas Causas".

Criada há dez anos, a marca Jogos Santa Casa é hoje uma referência para os portugueses e apresenta-se como garantia de rigor e segurança, justificando a aposta de **6,5 Milhões de portugueses**.

CAMPANHA INSTITUCIONAL 2014 “DIREITO DE SONHAR”

“APOSTAMOS EM SI PARA APOIAR PORTUGAL. QUANDO APOSTA EM PORTUGAL GANHAMOS TODOS.”

Associando de forma direta as estrelas do futebol e os feitos da Seleção Nacional da modalidade ao trabalho excecional desenvolvido diariamente por todos os heróis anónimos que, através das receitas geradas e distribuídas pelos Jogos Santa Casa, contribuem para a coesão social no país. Com esta campanha pretendeu-se sobretudo evidenciar as afinidades entre a aposta nos jogos sociais do Estado e a Seleção Nacional de Futebol enquanto símbolos de desígnio nacional.



“A inversão dos papéis que a bola assinada representa é um elemento muito forte desta pequena narrativa porque, geralmente, são os craques do futebol quem assinam as bolas aos fãs. No filme da campanha institucional dos Jogos Santa Casa, os heróis que assinam a bola são todos os beneficiários das receitas dos Jogos Santa Casa, cabendo aos jogadores da Seleção Nacional preservar aquele objeto e atribuir-lhe o respeito e a atenção que ele merece.

Ao transportar consigo esta bola, a Seleção de Portugal leva na bagagem a força e os sonhos de todos nós.

É uma campanha impactante, emocional e humana, que remete para a esperança de cada um de nós, Portugueses, e para o nosso direito de sonhar.”

Maria João Matos Subdiretora da Área de Gestão da Comunicação e Canais

CAMPANHA “HÁ COISAS QUE NÃO VÃO MUDAR” OS 10 ANOS DO EUROMILHÕES EM PORTUGAL

Com o objetivo de celebrar o 10.º Aniversário do Euromilhões em Portugal, os Jogos Santa Casa lançaram, ainda em 2014, uma campanha multimeios que pretendeu demonstrar que quem ganha o Euromilhões muda de vida mas não muda a sua essência. “*Há coisas que não vão mudar*” foi o título da campanha que teve como personagens um vencedor do Euromilhões e os seus familiares. De forma caricaturada representam-se situações do quotidiano duma família de “excêntricos”, cujas relações se mantêm inalteradas apesar da sua nova situação financeira. No ano em que se comemoraram os 10 anos do lançamento do jogo em Portugal, esta campanha pretendeu associar o imaginário dos portugueses ao Euromilhões fazendo-os sonhar com

a possibilidade de ganhar um grande prémio e tornarem-se eles próprios “excêntricos”.



“Passados 10 anos desde o seu lançamento em Portugal, o Euromilhões mantém a promessa de valor pertinente e relevante, sendo o produto do portefólio dos Jogos Santa Casa que melhor representa “um pequeno dispêndio num grande sonho”.

Foi, sem dúvida, importante marcar esta efeméride, reforçando a promessa de um jogo que contribui, há 10 anos, para alimentar os sonhos dos portugueses e mostrar que é possível mudar de vida. O Euromilhões regista, efetivamente, uma performance francamente positiva: desde o nível de notoriedade, que ronda os 100%, ou seja, é um jogo conhecido por toda a população adulta portuguesa (segundo um estudo de Tracking de Marcas Jogos Santa Casa, de dezembro 2014), passando pelo nível de experimentação, em que 85% da população adulta portuguesa já jogou no Euromilhões, até ao nível de preferência, com 52% da população adulta portuguesa a considerá-lo como jogo preferido.”

Cristina Mendonça Subdiretora da Área de Gestão de Marketing

MERCADO DE NATAL JOGOS SANTA CASA: “UM PRESENTE CHEIO DE ESPERANÇA”

Com o objetivo de promover a Lotaria Clássica do Natal e marcar o início desta quadra, os Jogos Santa Casa celebraram um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Grupo Cofina para a realização do “Mercado de Natal”, que decorreu em Lisboa entre 12 e 28 de dezembro.

Promover a Esperança e o Sonho dos portugueses foi o mote para a partilha e celebração do Natal, de forma tradicional e em família, no Terreiro do Paço. Integrado no programa das festividades promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, esta iniciativa disponibilizou, gratuitamente, diversas atrações e animações para toda a família, para

além de incluir as atividades tradicionais neste tipo de eventos. Este foi também o palco escolhido para a promoção e venda da Lotaria Clássica do Natal.



OS 53 ANOS DO TOTOBOLA

No ano em que o Totobola comemorou o seu 53.º Aniversário, o Departamento de Jogos associou-se ao jornal “A Bola” para a publicação de 6 suplementos dedicados ao primeiro jogo de apostas desportivas do Estado, lançado em 1961. Foram destacados vários momentos marcantes na História do Totobola que constituíram assim, uma “peça histórica” sobre o produto e que consolidaram ainda mais a notoriedade do Totobola junto dos seus apostadores.



NOVO FORMATO DO PROGRAMA “HORA DA SORTE”

Depois de vários anos com o mesmo formato, o programa da RTP2 “Hora da Sorte”, onde são transmitidos os sorteios do Joker e as extrações da Lotaria Clássica, ao domingo e segunda-feira, respetivamente, apresentou-se aos telespetadores no dia 1 de dezembro com uma nova “cara”. Com um cenário que utiliza cenografia virtual, elementos multimédia, animação gráfica em 3D e desenhos de luz, este programa teve como novidade a inclusão de reportagens e entrevistas que espelham as diversas atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como do universo das partes interessadas, dando a conhecer aquelas que são as boas causas.



PATROCÍNIOS

Em 2014 foi atribuída uma verba que totalizou 2,4 milhões de euros, destinada a patrocínios, nomeadamente no âmbito do desporto e da cultura.

A promoção da marca Jogos Santa Casa e/ou dos produtos que integram o seu portefólio foi feita, nomeadamente, através dos vários patrocínios concedidos ao longo de 2014 e que se centraram no apoio a Federações Desportivas de várias modalidades.

Prosseguiu-se a estratégia já implementada, assente em três grandes eixos:

- Valorização do esforço e do mérito desportivo (individual ou coletivo) pelo apoio a atletas nacionais;
- Desenvolvimento de ações de formação sobre a prática desportiva e estilos de vida saudáveis;
- Promoção e apoio ao desporto enquanto motor de coesão e integração social.

Dada a proximidade temporal dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, considerados como eventos elite da competição desportiva a realizar em 2016, entendeu-se esta como uma oportunidade excelente para associar os valores da marca Jogos Santa Casa e consolidar o seu posicionamento no universo desportivo, assumindo-se como a marca que apoia a caminhada,

olímpica e paralímpica, dos atletas portugueses.

De acordo com a ideia chave que está na base de todas as comunicações do patrocínio ao Comité Olímpico de Portugal e ao Comité Paralímpico de Portugal – “Mais longe na formação, mais fortes para a vida” – foram assinados protocolos no âmbito da Responsabilidade Social nomeadamente na área da educação, com o objetivo de promover, entre os jovens atletas, a conciliação da prática desportiva com os seus estudos.

Os Jogos Santa Casa, na qualidade de parceiro oficial dos programas de responsabilidade social dos dois Comités, atribuíram 42 Bolsas de Educação a atletas que integram os Programas de Preparação Olímpica Rio 2016, Preparação Paralímpica Rio 2016 e Preparação Surdolímpica Ancara 2017.

Destinadas a atletas matriculados no ensino superior, no ano letivo 2014/2015, estas bolsas – com um valor pecuniário que pode ascender aos 3.000 euros/ano – combatem o abandono precoce quer do desporto de alto rendimento, quer da formação académica.



“O regime de treino e de preparação desportiva de um atleta de alto rendimento é muito difícil de conciliar com uma carreira escolar e académica. Por questões temporais, por participação em quadros competitivos muito exigentes e até pelo esforço físico que comporta, sobrando pouco tempo e disponibilidade emocional para o estudo. Agrava a situação o facto de a carreira académica muitas vezes se organizar sem levar em linha de conta as especificidades da prática desportiva.

Quando essa conciliação ocorre e o atleta consegue, apesar de tudo, preparar a sua vida desportiva sem descurar a formação académica, tal esforço é de saudar e de estimular.

As bolsas académicas que os Jogos da Santa Casa atribuem a atletas que estão no âmbito da chamada preparação olímpica, e que procuram conciliar esse objetivo desportivo com a formação escolar universitária, é um propósito de louvar e um exemplo de responsabilidade social dos Jogos Santa Casa que não podemos deixar de enaltecer.”

José Manuel Constantino Presidente do Comité Olímpico de Portugal



“2014 foi um ano de viragem para o Comité Paralímpico de Portugal (CPP). Pela primeira vez tivemos como patrocinador principal um parceiro de que nos orgulhamos: os Jogos Santa Casa. Pela primeira vez os atletas paralímpicos, surdolímpicos e olímpicos são tratados nas mesmas condições, correspondendo a um desejo que há muito procuramos: a igualdade plena entre atletas.

Com este apoio fizemos crescer alguns dos projetos do CPP. Mas mais do que a ajuda financeira atribuída aos atletas para o esforço de conjugação das suas carreiras duais, esta foi uma iniciativa que deve ser encarada pela sociedade portuguesa como um exemplo de promoção da igualdade e de enorme responsabilidade e sensibilidade social, valores transmitidos pelos Jogos Santa Casa.”

Humberto Santos Presidente do Comité Paralímpico de Portugal





O ano de 2014 foi sem dúvida, ao nível do alto rendimento, o melhor ano desportivo da Canoagem Nacional.

Com a conquista de 18 medalhas em Campeonatos da Europa e do Mundo, conseguimos 6 medalhas num só europeu de velocidade, fizemos 3 campeões da europa de maratona no mesmo campeonato, e trouxemos para Portugal a 1.ª medalha num mundial, conquistada numa distância olímpica.

Estes resultados desportivos não teriam sido possíveis sem o apoio dos Jogos Santa Casa. Esta parceria tem sido essencial para suprir o défice de financiamento por parte da Administração Pública, e permitiu nomeadamente que a canoagem portuguesa se afirmasse como uma das maiores referências do desporto nacional, assumindo-se como uma potência internacional.

Vitor Félix Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem

Patrocínio à Seleção Nacional de Futebol – Mundial 2014

Na qualidade de patrocinador oficial da Seleção Nacional de Futebol, os Jogos Santa Casa partilharam o sonho coletivo de acompanhar e apoiar a Seleção Nacional durante a campanha no Mundial 2014, num evento único, realizado com a chancela da Federação Portuguesa de Futebol.



A parceria entre os Jogos Santa Casa e a Federação Portuguesa de Futebol é única em termos simbólicos. Muito mais do que o patrocínio da Taça de Portugal, a Prova Rainha do Futebol Nacional, que este ano cumpriu 75 anos, ou do que o acordo através do qual os Jogos Santa Casa apoiam as Seleções Nacionais, esta união é e foi absolutamente estruturante na construção da identidade de duas das mais relevantes instituições portuguesas.

Gostaria igualmente de evocar a pequena contribuição que o futebol deu, no século XX, para a sustentabilidade da ação social prestada, desde 1498, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Na história entrecruzada de ambas as instituições nunca poderia ser esquecido o papel do totobola e o reconhecimento do papel pioneiro de José Guilherme de Melo e Castro, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que, em 1961, trouxe para Portugal o jogo de apostas mútuas que já existia na Europa e usou as receitas para construir e financiar o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão.

É um orgulho saber que fazemos parte dessa história e que assim, mesmo que de forma indireta, também assumimos o nosso papel na construção de uma sociedade socialmente responsável.

Também não seria justo deixar de assinalar que mais do que uma parceria com a FPF, os Jogos Santa Casa apresentam-se como alicerce de todo o Desporto Nacional. As receitas derivadas dos jogos sociais, é importante lembrar, servem para o financiamento indireto das mais de 60 federações desportivas. Grande parte delas não poderia ter atividade sem o apoio coerente, constante e generoso dos Jogos Santa Casa.

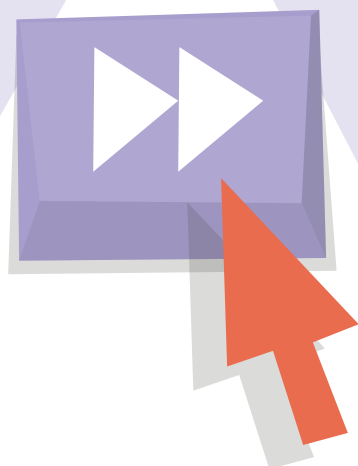
Cumpre-me ainda reiterar o compromisso da FPF perante o nosso parceiro quando novos desafios se adivinham na construção e aprofundamento da relação entre estas nossas duas casas. Uma instituição com a história, a cultura e o trabalho social desempenhado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa será sempre um parceiro de eleição para o Futebol Português que tem, igualmente, a obrigação de assumir as suas responsabilidades na construção de um país mais justo e solidário. Pela nossa parte, fica o compromisso de continuarmos a ser um parceiro exigente, comprometido e leal. Contem connosco!

Fernando Gomes Presidente da Federação Portuguesa de Futebol



BALANÇO 2014 E APOSTAS PARA O FUTURO

2014



MARCOS CORPORATIVOS ALCANÇADOS

PRÊMIOS RECEBIDOS

**1.º PRÊMIO NA CATEGORIA INSTITUCIONAL
DOS “*WORLD LOTTERY ASSOCIATION
ADVERTISING AWARDS*”**

Os Jogos Santa Casa foram galardoados com o 1.º prêmio na categoria institucional dos “*World Lottery Association Advertising Awards*”, um dos prêmios mais relevantes atribuídos pela Associação Mundial de Lotarias (WLA).

O Júri constituído por profissionais de comunicação e publicidade de grandes agências mundiais de publicidade apreciou as mais de 80 candidaturas recebidas e selecionou a candidatura da lotaria portuguesa como uma das 3 finalistas na categoria de Melhor Campanha Institucional.

Concorrendo numa *shortlist* de três com as campanhas institucionais da *Tennessee Lottery Corporation* e da lotaria islandesa, “Direito de sonhar” foi a grande vencedora deste troféu, pela primeira vez na História dos Jogos Santa Casa.

Em concurso estiveram 3 categorias: Melhor Campanha de Produto (prémio ganho pela lotaria sueca Svenska Spel, que acabou por ganhar também o *Grand Global Advertising Award*), Melhor Campanha de Canais Digitais (vitória da Norsk Tipping, lotaria da Noruega) e Melhor Campanha Institucional, prémio atribuído aos Jogos Santa Casa.

RENOVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO SELO DE QUALIDADE PELA APCC (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CONTACT CENTERS) AO CONTACT CENTER DOS JOGOS SANTA CASA



Com a visão do cliente no centro das interações, toda a política de Customer Service tem vindo a ser desenvolvida com uma aposta firme na qualidade do serviço, que passa por uma atualização constante dos procedimentos junto das diversas áreas da Organização e em estreita articulação com a estratégia interna da Instituição, assim como por uma comunicação multicanal com os nossos apostadores e mediadores.

Enquanto recetor, analista e muitas vezes solucionador dos vários problemas, o Contact Center assume o papel de “porta de entrada” da Instituição, com a consciência plena que a fidedignidade e integridade da informação prestada vão criar uma relação de confiança entre a nossa marca e os nossos apostadores e mediadores.

Por manter os altos níveis de integridade exigidos pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC), o Contact Center foi certificado pelo Selo de Qualidade da APCC que, anualmente, nos audita, verificando o cumprimento de níveis de serviço, canais de comunicação, correto dimensionamento da equipa e formação adequada e permanente dos nossos colaboradores.

Ana Cecília Martins Diretora da Unidade do Contact Center

1.º PRÉMIO “TROFÉU GLOBAL CONTACT CENTER”, DOS PRÉMIOS CALL CENTER 2014

A *Call Center Magazine* e a *International Faculty for Executives* (IFE) atribuíram, em Portugal, o 1.º Prémio ao *Contact Center* do Departamento de Jogos, que resultou da avaliação da qualidade de serviço prestado ao Cliente (atendimento telefónico e outros canais). O galardão, entregue durante a 14.ª cerimónia dos Troféus *Call Center* 2014, foi o reconhecimento da qualidade do atendimento telefónico, bem como do empenho da instituição e dos seus profissionais no apoio ao cliente.

TROFÉU SILVER NA CATEGORIA “OUTROS SETORES”, DOS PRÉMIOS APCC 2014

Ainda em 2014, o *Contact Center* voltou a ser distinguido entre os melhores *contact centers* nacionais pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* (APCC), nos Prémios “APCC Best Awards” 2014, recebendo o “Silver Award” na categoria “Outros Setores”.



O Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) é um instrumento de gestão que vai ao encontro dos valores e dos objetivos da organização e exploração dos jogos sociais do Estado, designadamente no que respeita à transparência e à integridade de todas as operações de jogo, conjugando as melhores práticas mundialmente aceites para a área das Lotarias, com o cumprimento rigoroso da legislação aplicável.

Com o objetivo de distinguir as organizações que mais se destacaram pela implementação de boas práticas organizacionais na atividade de *Contact Centers* em Portugal, ao nível da gestão estratégica e operacional e ao nível do capital humano, este prémio contribuiu para o reconhecimento e valorização do setor na generalidade.

CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS Sistema de Gestão de Segurança da Informação

O Sistema de Gestão de Segurança da informação dos Jogos Santa Casa está certificado, tendo como referência os seguintes referenciais internacionais:

- ISO/IEC 27001: 2005 – Information technology – Security techniques – Information Security management systems – Requirements;

- WLA – Security Control Standard: 2012

Em 2014 o Departamento de Jogos esteve entre as Lotarias de Estado que mantiveram as certificações, por terem conseguido demonstrar o cumprimento integral das práticas a que as normas obrigam. O cumprimento das certificações foi auditado pela British Standard Institution (BSI), entidade independente e reconhecida mundialmente.



CERTIFIED
SECURITY CONTROL STANDARD
VALID UNTIL JULY 14, 2016

A implementação do SGSI e a sua certificação, inicialmente tendo por base a Norma WLA – SCS (World Lottery Association – Security Control Standard) iniciou-se em 2004, no âmbito do projeto de lançamento do Euromilhões em Portugal. Desde então, o SGSI tem-se adaptado às alterações dos Jogos e da Organização e suas necessidades, bem como às alterações dos referenciais normativos, nomeadamente através da adoção e respetiva certificação pela Norma ISO/IEC 27001 – Information technology – Security techniques – Information security management systems – Requirements .

Em 2014, o Departamento de Jogos intensificou a integração das partes interessadas no SGSI, com a realização de auditorias a fornecedores relevantes e à rede de mediadores, e deu início ao projeto de adaptação do SGSI à nova versão da norma ISO /IEC 27001. O SGSI mantém o seu contributo para o reforço da confiança das partes interessadas na organização e na exploração dos jogos sociais do Estado, em particular dos apostadores, dos mediadores e dos beneficiários.

Magna Monte Diretora do Gabinete de Segurança e Qualidade

REFORÇO DA POLÍTICA DE JOGO RESPONSÁVEL



O ano de 2014 foi marcado pelo balanço das medidas de jogo responsável tomadas no passado, com a identificação concreta da atividade desenvolvida nesta matéria ao longo dos últimos anos, e pela definição de um caminho estratégico que consolide, no futuro, a política de jogo responsável implementada nos Jogos Santa Casa. É muito positivo o balanço da atividade que desenvolvemos no que diz respeito à tomada de medidas que promovem hábitos de jogo moderados e que previnem fenómenos de jogo problemático.

Pedro Leitão Diretor do Gabinete de Estudos e Projetos

Apesar da natureza própria dos jogos sociais do Estado, jogos responsáveis em si mesmo, existe ainda assim a consciência que o jogo a dinheiro é uma atividade especial que deve ser especialmente regulada e observada.

Os Jogos Santa Casa acompanham desde o início os esforços da Associação Mundial de Lotarias (WLA – World Lotteries Association) na promoção de práticas de jogo responsável junto dos seus membros, tendo sempre presente a segurança e proteção dos seus apostadores, procurando disponibilizar uma oferta equilibrada e moderada, cumprindo rigorosamente a legislação aplicável.

Em 2014 reforçou-se a importância do jogo responsável na gestão dos Jogos Santa Casa, assumindo-se este como um pilar estratégico no desenvolvimento da oferta de jogos e serviços, destacando-se:

- **A submissão do processo de recertificação em jogo responsável junto da WLA** (nível 2, no máximo de 4), cujo resultado deverá ser conhecido no início de 2015;

- A decisão de implementação de um **sistema de gestão de jogo responsável** que dará lugar à submissão de um processo de certificação em jogo responsável junto da Associação Europeia de Lotarias (EL – European Lotteries), de nível único e considerado como dos mais exigentes (dando acesso ao nível 4 da WLA).

JOGO RESPONSÁVEL, INSTRUMENTO AO SERVIÇO DAS BOAS CAUSAS

Inclui-se na lista de beneficiários das verbas distribuídas pelos Jogos Santa Casa, o Ministério da Saúde e, particularizando-se, neste âmbito, o SICAD, serviço especializado nas diversas componentes de intervenção relativamente a comportamentos aditivos e dependências, onde se inclui o jogo a dinheiro.

MECANISMOS DE JOGO RESPONSÁVEL REFORÇADOS EM 2014:

- Existência de sinalética específica no ponto de venda e no Portal Jogos Santa Casa relativa à proibição de jogo a menores de idade;

- Disponibilização de uma área de informação sobre jogo responsável no Portal Jogos Santa Casa;

- Imposição de limites de carregamento dos cartões de jogador do Portal Jogos Santa Casa;

- Reforço de conteúdos relativos a jogo responsável na formação dos Mediadores dos jogos sociais do Estado;

- Inclusão de conteúdos dinâmicos sobre jogo responsável, destinados aos apostadores, nos CDU dos novos terminais de jogo;

- Participação regular dos colaboradores do Departamento de Jogos em seminários sobre jogo responsável.

PORTUGAL COMO PALCO DAS LOTARIAS INTERNACIONAIS



Os Jogos Santa Casa são a única Lotaria que tem associada a si uma história de 516 anos. Frequentemente convidados a partilhar o seu know-how com outras Lotarias, chegam a ser peças fundamentais nos processos de transição de sistemas de exploração de jogos, como sucede com os PALOP. Através da celebração de Acordos de Cooperação, quer na área técnica quer na de recursos humanos, os Jogos Santa Casa têm mantido os laços de amizade com as Lotarias de Estado dos países africanos de língua oficial portuguesa e ainda com o Brasil.

Para além da colaboração que é regularmente prestada enquanto membro das diferentes Associações de Jogos (WLA, EL e CIBELAE), os Jogos Santa Casa foram eleitos para estar presentes nos órgãos de decisão das diferentes Associações, como é o caso da Comissão executiva da Associação Europeia, da Comissão de Nomeação da Associação Mundial de Jogos e da Comissão Executiva da Corporação Ibero Americana de Lotarias e Apostas de Estado. Em 2014 e no âmbito da sua colaboração com a Associação europeia, os Jogos Santa Casa aderiram ao Programa Europeu de luta contra a manipulação de resultados desportivos, promovido pelo Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de França com o apoio da EL e o financiamento da EU, integrando ainda o “European Disability Forum” (EDF), cujo objetivo é o de dar maior visibilidade à questão da integração das pessoas portadoras de deficiência, no mercado de trabalho.

Margarida Palma Diretora do Gabinete de Relações Internacionais



CRIAÇÃO DE UMA REDE NACIONAL DE CONTACTOS NA LUTA CONTRA A MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS DE EVENTOS DESPORTIVOS

Da iniciativa do *Institut de Relations Internationales et Stratégiques*, em colaboração com o Departamento de Jogos, este Seminário reuniu em Lisboa representantes do setor desportivo português, autoridades envolvidas na luta contra a manipulação dos resultados das competições desportivas, bem como reguladores e operadores do mercado das apostas.

A dificuldade de deteção de atividades criminosas na *internet* e as vulnerabilidades do próprio setor do desporto, especialmente no âmbito financeiro, são algumas das razões apontadas pelos peritos do IRIS para a proliferação da prática de manipulação de resultados de eventos desportivos, cujo volume financeiro em torno deste crime, apesar das dificuldades da sua quantificação, aponta para mais de 2 mil milhões de dólares por ano.

Este seminário decorreu no âmbito do Programa que está a ser implementado a nível europeu, com o apoio da Comissão Europeia e da Associação Europeia de Lotarias de Estado, que visa alertar para as ameaças associadas à manipulação dos resultados dos jogos e identificar as melhores práticas existentes em cada país.

INDUSTRY DAYS 2014

Sob o tema “*Gaming 2020 – Stand Out in the Market Place*”, realizou-se em Portugal o encontro da Associação Europeia de Lotarias (que congrega 81 Lotarias de 46 países do espaço europeu) e que contou com a presença de mais de 270 participantes, membros das diversas Lotarias europeias e fornecedores.

Os principais temas abordados foram o desenvolvimento de parcerias para impulsionar a inovação e o crescimento das Lotarias e *drivers* de mudança para a competição em mercado aberto, refletindo-se sobre o papel que as Lotarias poderão vir a desempenhar e a sua relevância na sociedade no século XXI.

Dadas as alterações na regulação do jogo em vários países europeus, são significativos os desafios que se colocam às Lotarias nos próximos anos – de forma a manterem o reconhecimento e importância na sociedade, nomeadamente através do financiamento das Boas Causas, as Lotarias terão de encontrar formas de se preparar para a mudança. Inovação e Criatividade foram, por isso, o mote das várias apresentações feitas ao longo deste evento.

Paralelamente ao *Industry Days*, teve lugar, em Lisboa, a Assembleia Geral da referida Associação.

REFORÇO DA SEGURANÇA NA EXPLORAÇÃO

Em 2014, evoluímos tecnologicamente para uma solução de virtualização dos postos de trabalho. Foi a concretização de um projeto que, no âmbito dos requisitos a que o Departamento de Jogos está sujeito, por estar abrangido pela norma ISO/IEC 27001, visou o reforço dos níveis de segurança da informação, passando esta a estar integralmente centralizada, sujeita a regras de *backup* otimizadas e menos vulnerável ao risco de falhas no posto de trabalho.

A implementação da solução exigiu a colaboração e a preparação de todos os colaboradores que passaram, assim, por um processo de adaptação a uma nova realidade de trabalho, com alterações substanciais na forma e política de acesso e arquivo de dados.

METAS PARA 2015

ALARGAMENTO DO PORTEFÓLIO DOS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO ATRAVÉS DA INTRODUÇÃO DE DOIS NOVOS JOGOS:
as Apostas Desportivas à Cota e a Rifa Milionária;

RENOVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA WLA;

MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE JOGOS;

REFORÇO DA FORMAÇÃO DA REDE COMERCIAL EM JOGO RESPONSÁVEL;

RENOVAÇÃO DO MODELO DE DISTRIBUIÇÃO DA LOTARIA NACIONAL;

MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DO PORTO DO DEPARTAMENTO DE JOGOS;

RENOVAÇÃO DO TOTOBOLA ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE BILHETES SEM ELENCO;

CONCLUSÃO DAS OBRAS DO ARMAZÉM DO PRIOR VELHO;

LANÇAMENTO DA APLICAÇÃO *MOBILE* DOS JOGOS SANTA CASA.

PARTE II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO				(euros)
	NOTAS	31-dez-14	31-dez-13	
ATIVO				
Não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6	8.673.540	4.286.960	
Ativos intangíveis	7	1.172.815	1.572.423	
Participações financeiras - outros métodos	8	94.600	94.600	
Mediadores	9	—	156.250	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10	—	187.529	
Outros ativos financeiros	11	128.400.548	116.324.015	
		138.341.503	122.621.777	
Corrente				
Inventários	12	5.503.149	5.145.277	
Mediadores	9	20.483.778	45.871.190	
Adiantamentos a fornecedores		42.668	709.004	
Estado e outros entes públicos	13	—	415	
Outras contas a receber	14	26.419.413	33.880.344	
Diferimentos	15	5.432.546	2.607.928	
Caixa e depósitos bancários	4	167.138.984	128.615.219	
		225.020.536	216.829.376	
Total do ativo		363.362.039	339.451.153	
CAPITAL PRÓPRIO				
Fundo social	16	181.277	181.277	
Resultados transitados	17	5.219.351	5.219.351	
Outras variações no capital próprio	18	44.431.322	42.203.090	
		49.831.950	47.603.718	
Resultado líquido do período	17	538.051.368	541.086.300	
Resultado distribuído aos Beneficiários	17	(534.720.368)	(539.155.421)	
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	17	(3.331.000)	(1.930.879)	
Total do capital próprio		49.831.950	47.603.718	
PASSIVO				
Não corrente				
Provisões	19	70.778.097	60.979.406	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10	22.461	—	
Prémios a pagar	20	28.873.749	23.083.517	
		99.674.307	84.062.923	
Corrente				
Fornecedores	21	4.565.028	6.732.674	
Estado e outros entes públicos	13	14.884.341	11.719.827	
Prémios a pagar	20	29.309.753	33.003.290	
Outras contas a pagar	22	157.588.291	147.509.420	
Diferimentos	23	7.508.370	8.819.303	
		213.855.783	207.784.512	
Total do passivo		313.530.090	291.847.435	
Total do capital próprio e do passivo		363.362.039	339.451.153	

O Diretor de Gestão Financeira


(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo


(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	24	600.107.565	587.274.863
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(9.186.639)	(8.239.976)
Fornecimentos e serviços externos	26	(37.812.196)	(37.743.973)
Gastos com o pessoal	27	(15.439.230)	(15.247.716)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	12	-	7.937
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	(21.704)	(47.283)
Provisões (aumentos/ reduções)	19	(10.291.449)	(10.405.643)
Aumentos/ reduções de justo valor	11	1.874	(6.270)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3.298.615	4.075.911
Outros rendimentos e ganhos	29	11.381.870	26.263.040
Outros gastos e perdas	30	(1.307.992)	(1.351.253)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		540.730.713	544.579.638
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6,7	(2.141.579)	(3.263.346)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		538.589.135	541.316.292
Juros e gastos similares suportados	31	(537.767)	(229.992)
Resultado líquido do período		538.051.368	541.086.300

O Diretor de Gestão Financeira


(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo


(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(euros)

	FUNDO SOCIAL	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
1 de janeiro de 2013	181.277	5.219.351	41.693.426	-	47.094.054
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	509.663	-	509.663
	181.277	5.219.351	42.203.090	-	47.603.718
Resultado líquido do período	-	-	-	541.086.300	541.086.300
Resultado integral	181.277	5.219.351	42.203.090	541.086.300	588.690.017
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(539.155.421)	(539.155.421)
Outras operações	-	-	-	(1.930.879)	(1.930.879)
	-	-	-	(541.086.300)	(541.086.300)
31 de dezembro de 2013	181.277	5.219.351	42.203.090	-	47.603.718
1 de janeiro de 2014	181.277	5.219.351	42.203.090	-	47.603.718
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	2.228.232	-	2.228.232
	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950
Resultado líquido do período	-	-	-	538.051.368	538.051.368
Resultado integral	181.277	5.219.351	44.431.322	538.051.368	587.883.318
Outras Operações					
Distribuições				(534.720.368)	(534.720.368)
Outras operações	-	-	-	(3.331.000)	(3.331.000)
	-	-	-	(538.051.368)	(538.051.368)
31 de dezembro de 2014	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950

O Diretor de Gestão Financeira


(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo


(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de mediadores	1.107.734.354	1.386.835.828
Pagamentos a fornecedores	(51.912.424)	(48.668.839)
Pagamentos ao pessoal	(9.538.022)	(9.442.112)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	1.046.283.907	1.328.724.878
Outros recebimentos/pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	333	17.539
Euromilhões	1.829.691	1.192.956
Outros recebimentos	402.830	319.519
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(151.759.364)	(129.167.770)
Prémios	(310.777.536)	(630.160.902)
Distribuição de resultados pelos beneficiários	(530.786.527)	(548.313.575)
Euromilhões	(331.112)	(1.215.980)
Outros Pagamentos	(1.174.807)	(1.234.388)
Rec./Pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	(2.915.042)	1.991.681
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	50.772.374	22.153.957
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
• Ativos fixos tangíveis	(3.960.205)	(1.589.440)
• Investimentos financeiros	(13.624.258)	(8.028.124)
Recebimentos provenientes de:		
• Investimentos financeiros	5.288.967	1.719.437
• Juros e rendimentos similares	43.947	105.101
• Dividendos	2.940	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(12.248.608)	(7.793.026)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
• Juros e gastos e similares	-	(14)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	(14)
Variação de caixa e seus equivalentes	38.523.765	14.360.916
Caixa e seus equivalentes no início do período	128.615.219	114.254.302
Caixa e seus equivalentes no fim do período	167.138.984	128.615.219

O Diretor de Gestão Financeira


(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo


(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O Departamento de Jogos (referido neste anexo como “Departamento de Jogos” ou “Entidade”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste anexo como “Santa Casa” ou “Serviços Centrais”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Rua das Taipas, n.º 1, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa.

Esta Entidade tem como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados ou por qualquer forma concedidos à Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os Jogos atualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- Lotaria Clássica
- Lotaria Popular
- Lotaria Instantânea
- Totoloto
- Totobola
- Joker
- Euromilhões

No âmbito da concessão o Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu Plano de Atividades, Orçamento e Relatório e Contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta e o valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;

• Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;

• Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). Como Administrador Executivo, encontra-se nomeado o Vice-Provedor da Santa Casa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 12 de março de 2015. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Em 2014 (e comparativo) procedeu-se à reclassificação/reapresentação da linha de juros e rendimentos similares obtidos na demonstração dos resultados por naturezas, conforme descrito na Nota 5.1.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento ou, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

MOEDA	2014	2013
USD	1,2141	1,3791

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são

reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

VIDA ÚTIL	
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 17 anos
Equipamento informático	Entre 1 a 10 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 3.4).

A vida útil dos ativos é revista em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações à vida útil são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que, da sua utilização, possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;

- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas *online* para os apostadores dos jogos sociais;

- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:

- A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;

- Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar

a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;

- Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;

- Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto;

- O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

VIDA ÚTIL	
Programas de computador	Entre 1 a 8 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. ATIVOS FINANCEIROS

Determina-se a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado;

- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos fi-

nanceiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. COMPENSAÇÃO DE SALDOS

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

3.7. INVENTÁRIOS

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo *online*) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

3.8. MEDIADORES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Mediadores e de Outras Contas a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

A cobrança das receitas das Apostas Mútuas, da Lotaria Instantânea e da Lotaria Nacional desmaterializada, é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior.

No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas aos concursos realizados. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao Jogo ativado nos terminais do mediador. Relativamente à Lotaria Nacional desmaterializada a cobrança diz respeito às vendas realizadas, independentemente do momento da extração.

As receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com garantia bancária, são entregues ao Departamento de Jogos até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a Mediadores sem garantia bancária são realizadas no ato do levantamento do jogo.

As perdas por imparidade dos mediadores e das outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

3.10. PASSIVOS FINANCEIROS

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e

- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

3.11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de Fornecedores e de Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços, sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de dois-três meses.

Conforme referido na Nota 10, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

Plano de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008, foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º);

- Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);

- Quotização à CGA (10% do salário).

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez

Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência” a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.13. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem:

- Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;

- Para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e

- O montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas

suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

(euros)			
DIPLOMA LEGAL	JOGO	% RECEITAS	LIMITE MÁXIMO FIXADO
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	423.978
	Totobola	0,5%	74.820
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, alterado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150.000.000

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável que a Empresa tenha de pagar.

3.14. FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DO TOTOLOTO

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

3.15. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS JOGOS SOCIAIS

A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

3.16. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO – SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo *online* em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das depreciações e amortizações dos equipamentos de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

3.17. LOCAÇÕES

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

3.19. RÉDITO

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Apostas Mútuas e Lotarias. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas e imposto do selo sobre apostas.

Apostas de jogo

- Lotarias Clássica e Popular
 - Lotaria Instantânea
- O rédito é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

O rédito é reconhecido em função das vendas efetuadas aos mediadores nos pontos de venda e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa, face ao capital emitido e prémios já pagos.

- Apostas Mútuas
- Os réditos são reconhecidos na data da realização dos Concursos.
- Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

- Lotarias Clássica e Popular
 - Lotaria Instantânea
- Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.
- Os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada Jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/ vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso.
- Apostas Mútuas

Os prémios são reconhecidos na data de realização do Concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

Até 11 de março de 2011 as percentagens para prémios eram regulamentadas pela Portaria n.º 973/2009, de 31 de agosto. A Portaria n.º 102/2011, de 11 de março revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

As percentagens para prémios incidem sobre os vendas brutas das Apostas Mútuas, e sobre o capital emitido das Lotarias:

JOGO SOCIAL	% PRÉMIOS
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%

Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

Remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos mediadores (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

JOGO SOCIAL	% REMUNERAÇÃO
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica - Venda terminal	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular - Venda terminal	7%
Lotaria Instantânea	10%

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Outros

O rédito proveniente de ativos financeiros é reconhecido através do método do juro efetivo.

3.20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados e, ainda, remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

3.21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.22. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais, sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

3.24. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e

que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 10).

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 6 e Nota 7).

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não

constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	2014	2013
(euros)		
Numerário		
• Caixa	241.383	179.605
	241.383	179.605
Depósitos bancários		
• Depósitos à ordem	11.857.280	(5.544.715)
• Depósitos a prazo < 90 dias	143.670.000	93.210.000
• Depósitos a prazo > 90 dias	11.370.321	40.770.329
	166.897.601	128.435.613
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	167.138.984	128.615.219
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa	167.138.984	128.615.219

Não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

5.1. RECLASSIFICAÇÕES

Em conformidade com esclarecimento da Comissão de Normalização Contabilística (FAQ 26), os Juros e rendimentos similares obtidos que não derivem diretamente do financiamento da en-

tidade passaram a ser apresentados em linha própria anterior à linha dos Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, como segue:

	2013 (REEXPRESSO)	REEXPRESSÕES / RECLASSIFICAÇÕES	2013
(euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	587.274.863	-	587.274.863
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8.239.976)	-	(8.239.976)
Fornecimentos e serviços externos	(37.743.973)	-	(37.743.973)
Gastos com o pessoal	(15.247.716)	-	(15.247.716)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	7.937	-	7.937
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(47.283)	-	(47.283)
Provisões (aumentos/reduções)	(10.405.643)	-	(10.405.643)
Aumentos/reduções de justo valor	(6.270)	-	(6.270)
Juros e rendimentos similares obtidos	4.075.911	4.075.911	-
Outros rendimentos e ganhos	26.263.040	-	26.263.040
Outros gastos e perdas	(1.351.253)	-	(1.351.253)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	544.579.638	4.075.911	540.503.727
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3.263.346)	-	(3.263.346)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	541.316.292	4.075.911	537.240.380
Juros e gastos similares suportados	(229.992)	-	(229.992)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	(4.075.911)	4.075.911
Resultado líquido do período	541.086.300	-	541.086.300

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	OUTRO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	SINALÉTICA	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	(euros) TOTAL
1 de janeiro de 2013									
Custo de aquisição	2.483.397	42.196.764	181.441	4.772.687	993.297	2.196.588	571.845	245.833	53.641.853
Depreciações acumuladas	(1.320.886)	(40.697.102)	(141.664)	(3.881.742)	(714.233)	(1.729.180)	(348.319)	-	(48.833.126)
Valor líquido	1.162.511	1.499.662	39.777	890.946	279.064	467.408	223.526	245.833	4.808.727
Adições	-	47.515	-	169.984	79.060	105.867	22.640	1.817.290	2.242.356
Transferências e abates	-	-	-	1.596.165	-	(6.093)	-	(1.596.165)	(6.093)
Depreciação - período	(106.206)	(891.596)	(10.218)	(1.201.473)	(119.130)	(385.753)	(49.176)	-	(2.763.554)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	5.524	-	-	5.524
Valor líquido	1.056.305	655.581	29.559	1.455.622	238.993	186.952	196.989	466.958	4.286.960
31 de dezembro de 2013									
Custo de aquisição	2.483.397	42.244.279	181.441	6.538.837	1.072.357	2.296.362	594.485	466.958	55.878.116
Depreciações acumuladas	(1.427.093)	(41.588.698)	(151.882)	(5.083.215)	(833.363)	(2.109.410)	(397.495)	-	(51.591.156)
Valor líquido	1.056.305	655.581	29.559	1.455.622	238.993	186.952	196.989	466.958	4.286.960
1 de janeiro de 2014									
Custo de aquisição	2.483.397	42.244.279	181.441	6.538.837	1.072.357	2.296.362	594.485	466.958	55.878.116
Depreciações acumuladas	(1.427.093)	(41.588.698)	(151.882)	(5.083.215)	(833.363)	(2.109.410)	(397.495)	-	(51.591.156)
Valor líquido	1.056.305	655.581	29.559	1.455.622	238.993	186.952	196.989	466.958	4.286.960
Adições	-	190.871	-	692.737	90.530	27.853	104.616	4.764.552	5.871.158
Transferências e abates	214.000	3.503.001	-	-	-	-	-	(3.717.001)	-
Depreciação - período	(107.990)	(315.888)	(7.950)	(809.190)	(100.924)	(83.821)	(58.816)	-	(1.484.579)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540
31 de dezembro de 2014									
Custo de aquisição	2.697.398	45.938.151	181.441	7.231.574	1.162.887	2.324.215	699.100	1.514.509	61.749.274
Depreciações acumuladas	(1.535.083)	(41.904.586)	159.832)	(5.892.405)	(934.287)	(2.193.231)	(456.312)	-	(53.075.735)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540

Dos ativos registados na classe “Edifícios e outras construções”, relativo à conta “Obras em edifícios arrendados/ cedidos”, encontram-se reconhecidos investimentos em obras de beneficiação no edifício sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas n.º1.

Os valores mais significativos contabilizados como “Equipamento básico” correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais, nomeadamente os terminais *online* e equipamento de impressão complementar.

Os aumentos ocorridos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2014, refletem 5.871.158 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico, informático e em curso (adições 2013: 2.242.356 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento informático, de sinalética e em curso).

No período findo em 31 de dezembro de 2014, não se registaram abates (2013: 6.093 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2014 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 3.639.191 euros (3.508.207 euros relativos a terminais e 130.984 euros relativos a peças promocionais de sinalética).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como segue:

A rubrica programas de computador é composta por *software* e o sistema *online*.

	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
(euros)				
1 de janeiro de 2013				
Custo de aquisição	3.442.657	19.526.454	-	22.969.111
Amortizações acumuladas	(2.983.567)	(19.071.148)	-	(22.054.715)
Valor líquido	459.090	455.306	-	914.396
Adições	-	1.157.820	-	1.157.820
Amortização - período	(157.402)	(342.391)	-	(499.793)
Valor líquido	301.688	1.270.735	-	1.572.423
31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	3.442.657	20.684.274	-	24.126.931
Amortizações acumuladas	(3.140.969)	(19.413.538)	-	(22.554.507)
Valor líquido	301.688	1.270.735	-	1.572.423
1 de janeiro de 2014				
Custo de aquisição	3.442.657	20.684.274	-	24.126.931
Amortizações acumuladas	(3.140.969)	(19.413.538)	-	(22.554.507)
Valor líquido	301.688	1.270.735	-	1.572.423
Adições	-	11.441	245.951	257.392
Transferências e abates	-	245.951	(245.951)	-
Amortização - período	(157.402)	(499.598)	-	(657.000)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815
31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	3.442.657	20.941.666	-	24.384.322
Amortizações acumuladas	(3.298.371)	(19.913.136)	-	(23.211.507)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

O saldo registado nesta rubrica contempla:

- A participação de 5,2% no capital social da SLE – *Services aux Loteries en Europe*, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e
- A participação de 50% no capital social da NLCS - *National Lotteries Common Services*, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013 e com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

9. MEDIADORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, a decomposição da rubrica de mediadores, é como se segue:

	2014			2013		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Mediadores	20.483.778	-	20.483.778	45.934.832	162.036	46.096.868
Mediadores cobrança duvidosa	1.019.797	-	1.019.797	1.134.800	-	1.134.800
	21.503.575	-	21.503.575	47.069.632	162.036	47.231.668
Ajustamentos de mediadores	(1.019.797)	-	(1.019.797)	(1.134.800)	-	(1,134.800)
Plano pagamentos mediadores	-	-	-	(63.642)	(5.786)	(69.428)
Total mediadores	20.483.778	-	20.483.778	45.871.190	156.250	46.027.440

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular) e Lotaria Instantânea.

Os mediadores mais relevantes são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 7.652.213 euros e 2.902.856 euros em 31 de dezembro de 2014 (2013: 10.603.522 euros e 3.228.844 euros).

Relativamente à Casa da Sorte, o plano de pagamentos relativo ao jogo entregue (em particular a Lotaria Nacional) negociado e aprovado pela deliberação n.º 96/2011, de 27 de janeiro, da Mesa da Santa Casa, ficou concluído em dezembro de 2014.

9.1. IMPARIDADE DE MEDIADORES

	(euros)	
	2014	2013
1 de janeiro	1.134.800	1.205.486
Aumentos	66.202	70.113
Utilizações	(136.706)	(117.969)
Reversões	(44.498)	(22.831)
31 de dezembro	1.019.797	1.134.800

9.2. DETALHE DA IMPARIDADE POR NATUREZA DE JOGO SOCIAL

	2014				2013			
	APOSTAS MÚTUAS	LOTARIA NACIONAL	LOTARIA INSTANTÂNEA	TOTAL	APOSTAS MÚTUAS	LOTARIA NACIONAL	LOTARIA INSTANTÂNEA	TOTAL
1 de janeiro	980.217	112.281	42.301	1.134.800	1.007.674	158.066	39.746	1.205.486
Aumentos	54.235	313	11.654	66.202	53.377	9.053	7.683	70.113
Utilizações	(137.016)	(36)	346	(136.706)	(70.765)	(46.896)	(308)	(117.969)
Reversões	(21.670)	(80)	(22.749)	(44.498)	(10.069)	(7.941)	(4.820)	(22.831)
31 de dezembro	875.766	112.478	31.553	1.019.797	980.217	112.281	42.301	1.134.800

10. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões

de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(22.461)	187.529
	(22.461)	187.529
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	(209.989)	(28.641)
	(209.989)	(28.641)

A redução do grau de cobertura das responsabilidades pelos ativos do fundo em 2014, face a 2013, implica um impacto negativo em resultados no ano 2014, ou seja, aumento dos gastos com pessoal em 209.989 euros.

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2014, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, manteve os pressupostos em vigor no ano transato, conforme segue:

	2014	2013
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
• Até 2020	0,00%	0,00%
• Após 2020	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

O método usado para determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos foi o Método da Unidade de Crédito Projetada.

10.1. PLANO DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

	2014	2013
Valor presente da obrigação	(15.604.679)	(16.332.349)
Justo valor dos ativos do plano	15.582.218	16.519.878
Impacto no balanço	(22.461)	187.529

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2013 e 2014 detalha-se como se segue:

	2014	2013
1 de janeiro	16.332.349	17.285.053
Custo dos juros	709.888	761.824
Pagamento de benefícios	(1.421.510)	(1.509.060)
Ganhos/(perdas) atuariais	(16.048)	(205.468)
31 de dezembro	15.604.679	16.332.349

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	2014	2013
1 de janeiro	16.519.878	17.501.223
Contribuições entregues	-	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(230.526)	(240.549)
Benefícios pagos	(1.421.510)	(1.509.060)
Retorno esperado dos ativos do fundo	714.376	768.265
31 de dezembro	15.582.218	16.519.878

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	2014	2013
Obrigações	57.146.440	62.813.396
Depósitos curto prazo	12.407.946	13.615.605
Produtos Estruturados	500.900	345.625
Fundos investimento	5.957.067	5.070.829
	76.012.352	81.845.455

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2014	2013
Custos dos juros	(709.888)	(761.824)
Ganhos / (perdas) atuariais	(214.477)	(35.082)
Retorno estimado dos ativos do plano	714.376	768.265
Total incluído em gastos com pessoal	(209.989)	(28.641)

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, a rubrica de Outros ativos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013	(euros)
Fundos obrigatórios	128.384.669	116.310.009	
Outros ativos financeiros	15.879	14.005	
Total	128.400.548	116.324.015	

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da concessão da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material.

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% RECEITAS	% PRÉMIOS	LIMITE MÁXIMO FIXADO (EUROS)	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e n.º 258/97, de 30 set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totoloto	0,5%	-	423.978	
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 dez. e Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 jul.
Euromilhões	1,0%	-	150.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 ago, alterado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 mar.
Fundo para pagamento do 1.º prémio e "Número da Sorte"				
Totoloto	-	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totoloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85,de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 ago.

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados “para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *online*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros”.

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, veio permitir que “a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os jogos sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões”. A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.596 euros para 1.000.000 euros.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado a partir de 1 de janeiro de 2012 “à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento”.

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada “Número da Sorte”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÊMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO 1.º PRÊMIO TOTOLOTO E “NÚMERO DA SORTE”	(euros) TOTAL
TOTOBOLA				
1 de janeiro de 2013	234.069	74.820	-	308.888
Reforços	153.788	-	-	153.788
Utilizações	(36.573)	-	-	(36.573)
31 de dezembro de 2013	351.283	74.820	-	426.103
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
TOTOGOLO				
1 de janeiro de 2013	29.032	74.820	-	103.852
Reforços	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
31 de dezembro de 2013	29.032	74.820	-	103.852
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
TOTOLOTO				
1 de janeiro de 2013	19.964.551	423.978	13.691.711	34.080.240
Reforços	1.453.439	-	8.491.201	9.944.639
Utilizações	(1.432.425)	-	(7.404.657)	(8.837.082)
31 de dezembro de 2013	19.985.564	423.978	14.778.254	35.187.797
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	
JOKER				
1 de janeiro de 2013	-	1.000.000	-	1.000.000
Reforços	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
31 de dezembro de 2013	-	1.000.000	-	1.000.000
Limite máximo fixado		1.000.000		
EUROMILHÕES				
1 de janeiro de 2013	20.000.000	50.201.463	-	70.201.463
Reforços	344.666	9.390.795	-	9.735.461
Utilizações	(344.666)	-	-	(344.666)
31 de dezembro de 2013	20.000.000	59.592.258	-	79.592.258
Limite máximo fixado	20.000.000	150.000.000		
TOTAIS				
1 de janeiro de 2013	40.227.651	51.775.080	13.691.711	105.694.443
Reforços	1.951.892	9.390.795	8.491.201	19.833.888
Utilizações	(1.813.664)	-	(7.404.657)	(9.218.322)
31 de dezembro de 2013	40.365.879	61.165.875	14.778.254	116.310.009

	FUNDO PARA RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E MATERIAL	FUNDO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÊMIOS	FUNDO PARA PAGAMENTO 1.º PRÊMIO TOTOLOTO E “NÚMERO DA SORTE”	(euros) TOTAL
TOTOBOLA				
1 de janeiro de 2014	351.283	74.820	-	426.103
Reforços	186.714	-	-	186.714
Utilizações	(69.130)	-	-	(69.130)
31 de dezembro de 2014	468.867	74.820	-	543.686
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
TOTOGOLO				
1 de janeiro de 2014	19.985.564	423.978	14.778.254	35.187.797
Reforços	2.544.740	-	8.251.193	10.795.932
Utilizações	(2.523.917)	-	(5.244.282)	(7.768.199)
31 de dezembro de 2014	20.006.387	423.978	17.785.165	38.215.530
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	
TOTOLOTO				
1 de janeiro de 2014	29.032	74.820	-	103.852
Reforços	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014	29.032	74.820	-	103.852
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
JOKER				
1 de janeiro de 2014	-	1.000.000	-	1.000.000
Reforços	-	787.371	-	787.371
Utilizações	-	(1.028.261)	-	(1.028.261)
31 de dezembro de 2014	-	759.110	-	759.110
Limite máximo fixado		1.000.000		
EUROMILHÕES				
1 de janeiro de 2014	20.000.000	59.592.258	-	79.592.258
Reforços	620.369	9.170.234	-	9.790.603
Utilizações	(620.369)	-	-	(620.369)
31 de dezembro de 2014	20.000.000	68.762.492	-	88.762.492
Limite máximo fixado	20.000.000	150.000.000		
TOTAIS				
1 de janeiro de 2014	40.365.879	61.165.875	14.778.254	116.310.009
Reforços	3.351.822	9.957.604	8.251.193	21.560.619
Utilizações	(3.213.416)	(1.028.261)	(5.244.282)	(9.485.959)
31 de dezembro de 2014	40.504.286	70.095.219	17.785.165	128.384.669

Em 2014 uniformizou-se o tratamento contabilístico do fundo para reclamação e pagamento de prémios do Joker, tomando por base o limite máximo fixado. Nesta base regularizaram-se os anos 2012 e 2013.

encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2014, tiveram um impacto positivo de 1.874 euros (2013: -6.270 euros).

Os “Outros ativos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se

12. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2013 e 2014 é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Consumíveis para jogo	349.253	246.233
Bilhetes de Lotaria Instantânea	2.377.963	2.064.717
Bilhetes de Apostas Mútuas	258.358	216.988
Papel térmico	2.498.470	2.598.233
Papel térmico (em trânsito)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(10.765)	(10.765)
Total inventários	5.503.149	5.145.277

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 9.186.639 euros (2013: 8.239.976 euros).

- Imparidade de inventários

Em 2014 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2013, que corresponde a 10.737 euros e a 28 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e de Lotaria Instantânea, respetivamente.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

	2014		2013		(euros)
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR	
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	5.683	81	5.467	
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	-	333	-	
Contribuições p/ segurança social	-	-	-	-	
Imposto do selo	-	14.878.658	-	11.714.359	
Total	-	14.884.341	415	11.719.827	

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, a decomposição da rubrica “Outras Contas a Receber”, é como segue:

	2014			2013			(euros)
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	
Pessoal	20.586	-	20.586	28.467	-	28.467	
Outras contas a receber							
Euromilhões - <i>Primary Insurance</i>	5.932.830	-	5.932.830	6.130.485	-	6.130.485	
Euromilhões - <i>Pre-deposit amount</i>	5.603.205	-	5.603.205	6.904.129	-	6.904.129	
Euromilhões (Saldo Inicial) - <i>Booster</i>	3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447	
Euromilhões - <i>Mutual Insurance</i>	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000	
Outras	506.482	-	506.482	649.253	-	649.253	
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.300.863	-	9.300.863	15.112.562	-	15.112.562	
Outras contas a receber	26.419.413	-	26.419.413	33.880.344	-	33.880.344	

14.1. PESSOAL

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e empréstimos concedidos.

14.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Euromilhões – Primary Insurance: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euro-milhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre;

Euromilhões – Pre-deposit Insurance: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super *jackpot* mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,2 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde ao peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses.

Euromilhões - Saldo Inicial – Prize Guarantee Fund: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”. Este Fundo corresponde a 8,6% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais);

Euromilhões – Mutual Insurance: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo;

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Adicionalmente, esta situação tem que ser ulteriormente objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3. DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Juros a receber ^(a)	2.655.720	3.267.567
Outros devedores por acréscimos de rendimentos ^(b)	5.203	4.950
Lotaria Nacional ^(b)	68.299	292.652
Totobola ^(b)	-	10.917
Totoloto ^(b)	1.009.037	38.423
Euromilhões ^(b)	5.562.604	11.487.579
Joker ^(b)	-	10.475
Total	9.300.863	15.112.562

a) Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos *online* e aplicações de tesouraria de curto-prazo;
b) Especialização referente a prémios caducados provenientes de Lotaria Nacional e reconhecimento das vendas do último concurso do Euromilhões e do Totoloto.
Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. DIFERIMENTOS – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

	(euros)	
	2014	2013
Especialização da remuneração dos mediadores pagas p/ apostadores	769.114	918.479
Seguros	-	703
Outros	4.663.431	1.688.746
Gastos a reconhecer	5.432.546	2.607.928

Na rubrica Especialização da remuneração dos mediadores pagas pelos apostadores, os valores reconhecidos respeitam às remunerações relativas às apostas cujas vendas são antecipadas. Estes valores discriminam-se pelos jogos sociais da seguinte forma: 511,1 mil euros - Lotaria Clássica; 250,2 mil euros - Lotaria Popular; e 7,8 mil euros - Euromilhões.

Na rubrica Outros encontram-se registados 4,6 milhões de euros relativos a investimentos e encargos referentes ao desenvolvimento do Projeto de alargar a oferta das apostas desportivas, a serem reconhecidos a partir do momento do início da exploração deste novo Jogo.

16. FUNDO SOCIAL

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo

social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. RESULTADOS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante

exigido para a constituição do Fundo de renovação do equipamento de jogo *online*.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2013 e 2014 é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Resultado distribuído	534.720.368	539.155.421
Resultado retido (constituição fundos <i>online</i>)	3.331.000	1.930.879
	538.051.368	541.086.300

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes

no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

A distribuição pelos beneficiários é a seguinte:

		(euros)	
BENEFICIÁRIOS		2014	2013
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	14.474.443	14.557.794
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	1.567.629	1.576.656
	Secretaria-Geral do MAI (Policimento de espetáculos desportivos)	3.605.547	3.626.310
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		11.913.982	11.982.589
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	18.290.940	18.396.270
	Instituto Português do Desporto e Juventude	48.852.576	49.133.897
	Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	2.615.981	2.631.045
Ministério da Solidariedade Emp. Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	174.163.599	175.166.531
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	6.218.262	6.254.071
Ministério da Saúde		85.906.077	86.400.773
Ministério da Educação e Ciência	Desporto escolar	5.225.431	5.255.521
	Projetos especiais destinados a estudantes do ensino secundário	2.560.461	2.575.206
Direção Regional de Juventude e Desporto - Madeira		1.045.086	1.051.104
Instituto de Desporto dos Açores		1.045.086	1.051.104
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		145.057.951	145.893.276
Subtotal dos resultados a distribuir		522.543.050	525.552.147
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2.884.904	2.964.725
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ^(a)		9.292.414	10.638.549
TOTAIS		534.720.368	539.155.421

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados da Lotaria Nacional e do Euromilhões (2014: 8.232 mil euros; 2013: 9.578 mil euros), 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2014: 911 mil euros; 2013: 929 mil euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (2014: 149 mil euros; 2013: 132 mil euros).

18. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	2014	2013
(euros)		
TOTOBOLA		
1 de janeiro	351.283	234.069
Adições	186.714	153.788
Utilizações	(69.130)	(36.573)
31 de dezembro	468.867	351.283
TOTOGOLO		
1 de janeiro	29.032	29.032
Adições	-	-
Utilizações	-	-
31 de dezembro	29.032	29.032
TOTOLOTO		
1 de janeiro	19.985.564	19.964.551
Adições	2.544.740	1.432.425
Utilizações	(2.544.740)	(1.432.425)
Transferências	20.822	21.014
31 de dezembro	20.006.387	19.985.564
EUROMILHÕES		
1 de janeiro	20.000.000	20.000.000
Adições	620.369	344.666
Utilizações	(620.369)	(344.666)
31 de dezembro	20.000.000	20.000.000
Total do Fundo renovação do equipamento	40.504.286	40.365.879
VALOR LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELO FUNDO		
1 de janeiro	1.837.210	1.465.775
Investimentos	3.213.417	1.813.664
Regularização por resultados	(1.123.590)	(1.442.229)
31 de dezembro	3.927.037	1.837.210
TOTAIS		
1 de janeiro	42.203.090	41.693.426
Adições	6.565.239	3.744.543
Utilizações	(3.234.238)	(1.813.664)
Regularização por resultados	(1.123.590)	(1.442.229)
Transferências	20.822	21.014
31 de dezembro	44.431.322	42.203.090

Os valores apresentados correspondem à rubrica Fundos *online*, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo *online* (ver Nota 11 – Outros ativos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação do sistema *online*, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontra integralmente constituído, valores referentes a investimentos efetuados durante o período.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de equipamento pertencente ao sistema de jogo *online*.

Como previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto, as transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo *online* para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo o primeiro prémio do Totoloto (com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”).

As utilizações correspondem aos investimentos efetuados com recurso a este Fundo.

19. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

(euros)							
	PROCESSOS JUDICIAIS	PAGAMENTO DE PRÉMIOS				OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
		JOKER	TOTOBOLA	TOTOLOTO	EUROMILHÕES		
1 de janeiro de 2013	228.695	889.376	74.820	423.978	50.201.463	-	51.818.332
Dotação	195.158	819.690	-	-	9.390.795	-	10.405.643
Utilização	-	(1.244.569)	-	-	-	-	(1.244.569)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2013	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	60.979.406
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	60.979.406
	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	60.979.406
1 de janeiro de 2014	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	60.979.406
Dotação	691.641	787.371	-	-	9.170.234	-	10.649.245
Utilização	-	(492.758)	-	-	-	-	(492.758)
Reversão	(357.795)	-	-	-	-	-	(357.795)
31 de dezembro de 2014	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	70.778.097
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	70.778.097
	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	70.778.097

19.1. PROCESSOS JUDICIAIS

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

19.2. PAGAMENTOS DE PRÉMIOS

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das

receitas de Totoloto, Totobola, Joker e Euromilhões para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 3.14 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço da provisão para pagamento de prémios Euromilhões, para o qual ainda não havia sido atingido o limite previsto na republicação do Decreto-Lei n.º 210/2004, pelo Decreto-Lei n.º 44/2011 de 24 de março, e ainda devido à utilização pelo pagamento de prémios do Joker e o seu consequente reforço.

20. PRÉMIOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como segue:

(euros)						
DESCRIÇÃO	2014			2013		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Prémios a pagar	22.557.513	-	22.557.513	30.593.517	-	30.593.517
Euromilhões - 50%	20.279.198	-	20.279.198	40.715.304	-	40.715.304
Euromilhões - <i>Prize Guarantee Fund</i>	(20.279.198)	-	(20.279.198)	(26.008.317)	-	(26.008.317)
Euromilhões - <i>Jackpot</i>	-	-	-	(14.706.987)	-	(14.706.987)
Lotaria Instantânea	6.799.239	11.088.583	17.887.823	2.488.010	8.305.262	10.793.273
Fundo pagamento prémios Totoloto	-	17.785.165	17.785.165	-	14.778.254	14.778.254
Outros	(47.000)	-	(47.000)	(78.238)	-	(78.238)
Total prémios a pagar	29.309.753	28.873.749	58.183.501	33.003.290	23.083.517	56.086.807

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prémios de valores entre 150 euros e 5.000 euros, estes são pagos por transferência bancária para a conta do premiado indicada através dos mediadores. Os restantes prémios são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões - 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM - Prize Guarantee Fund: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo;

Euromilhões - Jackpot: Saldo referente a pagamento de prémios de *jackpot*. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos jogos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia”, “Mega Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, jogos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como se segue:

(euros)						
2014			2013			
DESCRIÇÃO	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores gerais	4.565.028	-	4.565.028	6.732.674	-	6.732.674
Total saldo fornecedores	4.565.028	-	4.565.028	6.732.674	-	6.732.674

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)		
ENTIDADE	2014	2013
PT Comunicações	737.549	835.673
Scientific Games International , LTD.	471.360	401.561
TVI - Televisão Independente S.A.	470.104	244.213
Urbanos , Soluções S.A.	331.250	364.486
OliveDesportos	328.000	1.070.100
Soc. Independente Comunicação, S.A.	289.385	253.396
Accenture, Consultores de Gestão, S.A.	246.000	-
Press livre, Imprensa Livre, S.A.	63.472	346.550
Gtech Foreign Holding Corporation	19.460	317.629
Outros	1.608.448	2.899.065
Total	4.565.028	6.732.674

Em 31 de dezembro de 2014 encontra-se registado o montante de 42.668 euros em adiantamentos a fornecedores (2013: 709.004 euros).

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 a decomposição da rubrica “Outras contas a pagar” era como se segue:

(euros)						
	2014			2013		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores investimentos	390.577	-	390.577	1.161.078	-	1.161.078
Outros credores						
Lucros - resultados antecipados	99.655.784	-	99.655.784	95.573.901	-	95.573.901
Partes relacionadas	554.926	-	554.926	3.054.129	-	3.054.129
Cauções mediadores (numerário)	9.613.122	-	9.613.122	8.006.773	-	8.006.773
Cartões portal	3.333.481	-	3.333.481	3.190.809	-	3.190.809
Vendas portal	644.887	-	644.887	838.079	-	838.079
Benefícios de reforma	-	-	-	-	-	-
Outros	68.711	-	68.711	287.740	-	287.740
Credores por acréscimos de gastos	43.326.803	-	43.326.803	35.396.912	-	35.396.912
Outras contas a pagar	157.588.291	-	157.588.291	147.509.420	-	147.509.420

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2014 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;

Cauções mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;

Cartões portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações

de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

(euros)		
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2014	2013
Remunerações a pagar	1.651.670	1.514.437
Prémios Lotaria Instantânea	33.837.718	22.010.722
Comissões 2% s/prémios Lotaria Instantânea	366.298	4.186.899
Outros credores por acréscimos de gastos	5.976.321	5.983.090
Lotaria Nacional	1.162.802	1.179.886
Totoloto	65.572	-
Euromilhões	266.422	521.878
Total	43.326.803	35.396.912

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre os 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Comissões 2% s/prémios Lotaria Instantânea: especialização da remuneração dos mediadores de Lotaria Instantânea que será paga aos mediadores quando determinado jogo é dado por encerrado pelo Departamento de Jogos (ver Nota 26 que refere a alteração do Regulamento dos Mediadores ocorrida em 2013);

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros);

Lotaria Nacional: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização da extração;

Totoloto: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização do sorteio;

Euromilhões: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização do sorteio.

23. DIFERIMENTOS – RENDIMENTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

(euros)		
	2014	2013
Vendas antecipadas	7.508.370	8.819.303
Rendimentos a reconhecer	7.508.370	8.819.303

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais com a natureza de Apostas Mútuas e Lotaria Nacional, cujas extrações/sorteios apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

24. RÉDITO

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

(euros)		
RÉDITO DE JOGOS SOCIAIS	2014	2013
Vendas brutas dos Jogos Sociais		
Totobola	10.235.785	10.466.049
Totoloto	126.190.792	127.354.020
Joker	39.366.923	42.252.065
Euromilhões	916.971.655	939.051.132
Lotaria Clássica	51.061.740	53.628.467
Lotaria Popular	25.729.626	26.565.095
Lotaria Instantânea	710.778.866	590.716.803
Subtotal	1.880.335.387	1.790.033.631
Imposto do Selo		
Totobola	(440.775)	(450.691)
Totoloto	(5.434.053)	(5.484.144)
Joker	(1.695.226)	(1.819.467)
Euromilhões	(39.486.818)	(40.437.609)
Lotaria Clássica	(2.198.831)	(2.309.360)
Lotaria Popular	(1.107.974)	(1.143.952)
Lotaria Instantânea	(30.607.053)	(25.437.566)
Subtotal	(80.970.731)	(77.082.788)
Prémios		
Totobola	(6.141.815)	(6.280.174)
Totoloto	(69.407.727)	(70.046.239)
Joker	(21.652.690)	(23.239.509)
Euromilhões	(458.511.676)	(469.539.763)
Lotaria Clássica	(45.212.150)	(42.231.045)
Lotaria Popular	(17.027.636)	(18.825.167)
Lotaria Instantânea	(447.651.645)	(371.518.093)
Subtotal	(1.065.605.339)	(1.001.679.989)
Remunerações dos mediadores pagas p/ apostadores		
Totobola	(668.524)	(688.875)
Totoloto	(8.243.282)	(8.342.446)
Joker	(2.598.953)	(2.805.936)
Euromilhões	(43.516.548)	(44.640.179)
Lotaria Clássica	(5.848.226)	(6.199.313)
Lotaria Popular	(2.800.017)	(2.930.574)
Lotaria Instantânea	(69.989.816)	(58.390.672)
Subtotal	(133.665.366)	(123.997.995)
Vendas líquidas dos jogos sociais	600.093.952	587.272.859
Outras vendas	13.613	2.004
Total	600.107.565	587.274.863

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/concurso.

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de imposto do selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O imposto do selo encontra-se incluído no preço da aposta, desde setembro de 2009;

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período;

Remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 3.20 – Rédito.

25. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2013 e 2014 é como segue:

(euros)		
	2014	2013
Bilhetes de Lotaria Instantânea	6.422.804	5.486.010
Bilhetes de Apostas Mútuas	452.163	723.356
Papel térmico	2.127.139	1.824.284
Consumíveis para jogo	184.532	206.326
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.186.639	8.239.976

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2013 e 2014 é como segue:

	2014	2013
Existências iniciais	5.145.277	3.856.979
Compras	9.631.583	9.588.601
Regularizações	(87.073)	(60.328)
Existências finais	5.503.149	5.145.277
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.186.639	8.239.976

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2014	2013
Comunicação	3.871.207	3.390.766
Conservação e reparação	8.603.011	6.290.835
Publicidade e propaganda	17.311.287	16.201.259
Transporte de bens e valores	1.920.232	1.977.270
Comissões 2% s/prêmios Lotaria Instantânea	-	1.597.487
Rendas de edifícios	1.077.193	774.592
Trabalhos especializados	1.649.955	4.077.912
Outros	3.379.309	3.433.853
Fornecimentos e serviços externos	37.812.196	37.743.973

Comissões 2% s/prêmios Lotaria Instantânea: redução que decorre da alteração do Regulamento dos Mediadores dos jogos sociais do Estado, presente na Portaria n.º 112/2013, que elimina a remuneração paga aos mediadores no valor correspondente a 2% sobre os montantes dos prémios pagos por estes. Esta alteração entrou em vigor no dia 22 de março de 2013.

27. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2013 e 2014, foram como segue:

	2014	2013
Remunerações		
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações	230.290	227.974
Pessoal	11.952.626	12.021.894
Subtotal	12.182.916	12.249.868
Encargos sociais		
Benefícios de reforma (Nota 10)	209.989	28.641
Encargos sobre remunerações	2.687.183	2.607.220
Gastos de ação social	37.237	33.537
Outros	321.904	328.449
Subtotal	3.256.314	2.997.847
Gastos com o pessoal	15.439.230	15.247.716

Nos períodos em análise, destacam-se:

- Aumento de quatro pessoas ao número total de funcionários;
- Reconhecimento de perdas atuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais produzem um impacto em resultados de -209.989 euros, conforme descrito na Nota 10;

Os gastos com pessoal, associados à imputação dos gastos com pessoal realizado pelos serviços instrumentais (Direção Financeira, Direção de Recursos Humanos, Direção de Aprovisionamento e Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação), ascendem, em 2014, a 4.659.407 euros (2013: 4.486.361 euros).

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2014 era de 304 (2013: 300).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Juros e rendimentos similares		
• Juros obtidos (depósitos à ordem)	29.795	98.687
• Juros obtidos (depósitos a prazo)	3.182.810	3.826.163
• Outros financiamentos concedidos	69.428	142.201
• Outros juros	16.583	8.860
	3.298.615	4.075.911

29. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é apresentada como se segue:

	(euros)	
	2014	2013
Prémios caducados	9.088.630	24.321.421
Correções relativas a períodos anteriores	530.120	44.477
Outros	1.763.120	1.897.142
Total de Outros rendimentos e ganhos	11.381.870	26.263.040

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias durante o qual estes prémios podem ser reclamados.

30. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Despesas bancárias	1.024.386	1.084.998
Outros	283.607	266.255
Total de Outros gastos e perdas	1.307.992	1.351.253

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos juros e gastos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2014	2013
Juros e gastos similares		
Outros	537.767	229.992
	537.767	229.992

32. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2014:

(euros)				
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Viaturas	124.321	40.435	-	164.756
	124.321	40.435	-	164.756

33. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2014 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

34. PARTES RELACIONADAS

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que atua sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

34.1. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (Júris dos concursos, das extrações e das reclamações e Administrador Executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de

2014, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 230.290 euros.

(euros)		
	2014	2013
Vencimentos	39.736	38.723
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	190.554	189.251
Total	230.290	227.974

O Departamento de Jogos suportou 49% dos encargos com remunerações do Administrador Executivo.

34.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Hospital Ortopédico de Sant’Ana (HOSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA).

(b) Transações e saldos pendentes

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Durante os períodos de 2013 e 2014, o Departamento de Jogos não efetuou quaisquer aquisições de serviços com estas entidades, apresentando os seguintes saldos correntes com as mesmas:

Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2013 e 2014, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços a terceiros, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)

	2014		2013	
	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR
Outras contas a pagar / receber				
Santa Casa				
• Referentes a remunerações	-	77.707	-	1.840.843
• Referentes à aquisição de bens e serviços	-	318.236	-	1.250.694
• Referentes à aquisição ativos fixos	-	27.232	-	87.375
• Referentes a Impostos	-	227.796	-	226.030
• Referentes a juros	-	132.215	-	111.410
	-	783.186	-	3.516.351
Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA)				
• Referentes a remunerações	310.908	-	310.908	-
• Referentes à aquisição de bens e serviços	150.554	-	150.554	-
• Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
• Referentes a Impostos	-	-	-	-
• Referentes a juros	-	-	-	-
	461.462	-	461.462	-
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA)				
• Referentes a remunerações	-	-	-	-
• Referentes à aquisição de bens e serviços	-	-	761	-
• Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
• Referentes a Impostos	-	-	-	-
• Referentes a juros	-	-	-	-
	-	-	761	-
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)				
• Referentes a remunerações	-	-	-	-
• Referentes à aquisição de bens e serviços	-	-	-	-
• Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
• Referentes a Impostos	-	-	-	-
• Referentes a juros	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza				
• Referentes a remunerações	233.201	-	-	1.529.935
• Referentes à aquisição de bens e serviços	-	167.683	-	1.099.379
• Referentes à aquisição ativos fixos	-	27.232	-	87.375
• Referentes a Impostos	-	227.796	-	226.030
• Referentes a juros	-	132.215	-	111.410
	233.201	554.926	-	3.054.129
Distribuição de Resultados				
• Santa Casa	-	24.751.891	-	24.916.027
• Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	-	497.336	-	400.220
	-	25.249.227	-	25.316.247
TOTAL	233.201	25.804.153	-	28.370.376

O Diretor de Gestão Financeira


(Manuel Carlos Rodrigues Pereira)

O Administrador Executivo


(Fernando Eduardo Cabral Paes de Sousa Afonso)

